

Território angolano invadido por tropas da África do Sul

Num comunicado emitido esta madrugada, o Ministério angolano da Defesa denuncia a penetração de duas colunas constituídas por tropas racistas da África do Sul e mercenários em território da RPA. Essa penetração teria já atingido os 150 quilómetros. Uma das colunas invasoras, diz o ministério, é formada por 32 blindados e 82 carros de combate.

Em comunicado distribuído em Luanda, a SWAPO, movimento nacionalista da Namíbia, confirma que, a pretexto de caça a guerrilheiros seus, dez localidades angolanas foram ocupadas pela tropa racista e seus servidores.

O presidente da RPA dirigiu, entretanto, mensagens ao presidente do Movimento dos Não-Alinhados, Fidel Castro e ao presidente da Organização da Unidade Africana, o



José Eduardo dos Santos, Sam Nujona e Peter Botho, presidente da RPA, da SWAPO (Namíbia) e da África do Sul

queniano Arap Moi, mensagens nas quais chama a atenção para «a concentração de mais de 45 mil soldados sul-africanos, enquadrando mercenários e fantoches cujo objectivo é o de ocupar parte do território soberano do nosso país».



Por sua vez, o representante permanente de Angola junto da ONU formalizará ainda hoje, ao que se diz nos bastidores do «palácio de vidro», queixa contra a invasão de que está a ser vítima a RPA.

Os acontecimentos



estão a provocar vivas reacções em todo o mundo. De um modo geral, é condenada a convivência Washington-Pretória e denunciado o «atrevimento» do país do «apartheid» e dos mercenários ao seu serviço.

Em telegrama recebido

ao fim da manhã, a agência angolana Angop desmente notícias de Pretória, veiculadas pela France Presse, segundo as quais tropas cubanas estariam concentradas em Lubango, para fazer face ao invasor.

Em Luanda, os Jogos da África Central não foram afectados pela situação que se vive no Sul de Angola, afirma ainda a Angop, que lamenta, simplesmente: «A nossa equipa está quase sempre a perder.»

Entretanto, a SWAPO, único movimento independentista da Namíbia reconhecido pela ONU, acaba de manifestar, em comunicado distribuído em Luanda, a sua solidariedade com o MPLA-PT, as Forças Armadas e o povo angolano em geral.

Pág. 11

Numa nota emitida esta manhã

Governo português condena a invasão

O Governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, manifestou esta manhã a sua solidariedade com a República Popular de An-

gola. Num comunicado entregue ao encarregado de Negócios angolano, na ausência do embaixador Adriano Sebastião, e ao embaixador da República

da África do Sul, chamados ao Palácio das Necessidades, o Governo português afirma o seu repúdio pela acção sul-africana e exprime o seu apoio à inde-

pendência da Namíbia. Paralelamente a esta tomada de posição oficial, também a Associação de Amizade Portugal-Angola e partidos

políticos como o PS, PCP e UEDS se pronunciaram contra a agressão sul-africana.

Pág. 5

Já se fala em requisição civil nos CTT

Considerando-se terem-se esgotado todos os meios normais para alcançar um acordo que abranja todos os trabalhadores dos CTT, um comunicado conjunto dos ministros Viana Baptista e Nascimento Rodrigues, ontem divulgado, refere que o Governo poderá recorrer aos meios que a lei lhe faculta para normalizar a situação nos Correios, não excluindo a possibilidade de requisição civil dos trabalhadores, que amanhã iniciam uma semana de greves regionais, seguidas de dois dias de paralisação nacional.

Entretanto, a FCT, em resposta àquele comunicado e a afirmações proferidas no Porto por um membro do conselho de administração dos CTT, que atribuiu às greves objectivos «políticos», afirma que os trabalhadores «não desistirão de conseguir aquilo que lhes pertence e que não admitirão qualquer solução administrativa».

Pág. 9

Freitas e Ribeiro Telles recebidos por Balsemão

Pág. 4

A morte de Glauber Rocha Médicos portugueses respondem a acusações de brasileiros

Pág. 24

Banco Mundial espreita enquanto o País arde

Portugal está a arder perante a perplexidade e a indignação dos portugueses. A «rota da madeira» é obscura e perigosa e envolve interesses tentaculares e complexos, de que pouco se fala. Sociedades urbanizadoras põem e dispõem das florestas, de Portugal à Suécia. Entretanto, sabe-se que o Banco Mundial tem preparado um plano de reforestação de 150 mil hectares no

nosso País, realizável em cinco anos. Esse é o período que tal área demora a arder ao ritmo actual.

Reunida ontem, a Câmara da Sertã pediu às autoridades competentes a declaração do estado de calamidade pública em toda a zona Centro devastada pelos incêndios, pede a colaboração firme da Força Aérea com aviões

e helicópteros e também do Exército no combate aos sinistros. A mesma Câmara, fazendo-se intérprete do sentir que começa a ser o das populações de toda o País, avisa solenemente os poderes constituídos de que o estado de espírito de todos quantos vivem na região pode levar os habitantes a «atitudes drásticas e irreparáveis» se não houver uma acção que ponha imedia-

tamente cobro as liberdades de movimentos de que têm gozado os incendiários. O nosso enviado especial afirmava-nos ao fim da manhã, em contacto telefónico, que a vontade geral da população é a de fazer justiça pelas suas próprias mãos, e que o estado de espírito que se vive na região começa a parecer «incontrolável».

Pág. 8

Concurso "DL"/81

Aviso ao leitor concorrente

O prazo de entrega das colecções termina em 17 de Setembro e não voltará a ser prorrogado. Por isso envie já as suas colecções!

LEIA A PAGINA 2

comunicação social

Nova ordem informativa

Organismo dos EUA reconhece menosprezo pela cobertura das reuniões da UNESCO

Uma das críticas mais frequentes à cobertura informativa que os meios noticiosos ocidentais fazem dos mais importantes congressos e conferências do Terceiro Mundo é que essa cobertura se centra sobretudo nas divergências existentes entre os países em desenvolvimento.

Alguns observadores acham que isto não é mais que um indicio de uma atitude conscientemente hostil dos editores ocidentais, que optam por centrar a sua atenção nas divergências e pugnas de interesses entre os países em vias de desenvolvimento, com que minimizam a ameaça da sua acção concertada nos temas Norte-Sul.

Aliás, opinam esses observadores, é muito significativo, e até simbólico, que a cobertura informativa dos meios noticiosos ocidentais acerca das importantes conferências internacionais referentes aos temas das omissões do sistema informativo mundial, esteja a causar uma certa preocupação.

As queixas referentes ao tratamento jornalístico ocidental dos esforços da UNESCO destinados à reorientação dos desequilíbrios no sistema informativo não provêm somente do Terceiro Mundo, mas também de organismos que não estão envolvidos directamente na luta por uma nova ordem internacional da Informação.

Com efeito, o Conselho Nacional de Notícias (CNN), organismo independente, sem fins lucrativos, fundado nos Estados Unidos em 1973, para defesa de qualquer pessoa ou organismo que deseje queixar-se sobre notícias injustas ou impróprias, estudou 448 recortes de informação e 206 editoriais de diários em todo o território americano com o objectivo de analisar a cobertura informativa da Conferência de Belgrado, reunião da UNESCO efectuada no começo do ano que precisamente abriu o «dossier» de uma nova ordem noticiosa.

Esse estudo do CNN demonstrou que não havia nenhuma informação que reflectisse as actividades na UNESCO nos campos, por

exemplo, da sua luta contra o analfabetismo, o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas, etc.

O grosso dos materiais concentrou-se nos argumentos manifestados na Conferência acerca da Informação. Além disso, predominava nesses recortes uma visão anti-UNESCO, mencionando-se principalmente as opiniões alternativas.

A própria UNESCO, perante tal silêncio, viu-se obrigada a referir-se à cobertura noticiosa das suas actividades. Assim, o director-geral da organização, Amadou M'Bow, pronunciou-se contra a cobertura informativa acerca da UNESCO nas diferentes reuniões que versaram o tema de uma nova ordem internacional da Informação. E se essas críticas foram bem recebidas no Terceiro Mundo e no bloco socialista, o mesmo não aconteceu em certas capitais do Ocidente. O diferendo, portanto, mantém-se entre forças que se opõem no mundo de hoje: de um lado, o apoio ao «establishment»; e do outro, uma ética renovadora no que se observa e se comunica.

CR considera constitucional tributação do casal

O Conselho da Revolução deliberou considerar constitucional a tributação conjunta do marido e da mulher pelo Imposto Complementar, segundo uma resolução ontem publicada no «Diário da República».

A norma sujeita a análise pelo Conselho da Revolução é a redacção anterior, já revogada, do artigo sétimo do código do imposto complementar, mas a declaração de inconstitucionalidade, a ser proferida, iria pôr em causa a cobrança dos impostos que se tinha processado de acordo com ela, que ficaria sem base legal.

O artigo sete do código do imposto complementar, que atribui

ao marido o rendimento do seu cônjuge para assim tributar o casal, foi considerado inconstitucional, à face da Constituição de 1976, por alguns especialistas em Direito Fiscal, essencialmente por violar a igualdade entre os sexos.

A outra solução possível para tributar os casais, adoptada em alguns países, é tributar separadamente o marido e a mulher, procedendo assim a cisão dos rendimentos do casal.

Na mesma resolução, o Conselho da Revolução considera também constitucional um Decreto-Lei de 1979, que institui um adicional de 15 por cento para os rendimentos do ano anterior.

Esta tributação dos rendimentos de um ano, por um Decreto que é publicado no ano seguinte, viola a regra de não retroactividade, isto é que ninguém é obrigado a pagar impostos a não ser que tenham sido criados por lei anterior ao aparecimento do facto tributário.

Era esta a posição corrente no domínio da Constituição de 1933, estando a questão por analisar no domínio da actual Constituição.

Esta resolução do Conselho da Revolução parece indicar que este considera admissível a criação retroactiva de impostos, não constituindo esta retroactividade violação da Constituição.

Carne mais cara ainda este ano

Comerciantes pedem exoneração da JNPP

A Federação Nacional das Associações de Comerciantes de Carnes (FNACC) pediu a exoneração da Direcção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários (JNPP) ao Governo.

A FNACC acusa a Direcção da JNPP, a propósito dos novos preços da carne para o produtor, de ser mais um intermediário levalizado, cujo lucro se situa em 14 escudos por cada quilograma de carcaça.

O comunicado que a federação decidiu divulgar, refere que a JNPP «entendeu por bem alterar os preços à produção sem auscultar um parceiro fundamental» (FNACC) e denuncia a «situação de mEntira conflituosa» implicada nos novos valores publicados na Imprensa. A FNACC sublinha que esta situação «induz em erro o comerciante menos esclarecido, que terá de adquirir o produto por mais 14 escudos-

/quilo carcaça do que o preço contido no respectivo anúncio».

«Consequentemente — remata o comunicado —, se este preço fosse verdadeiro para o comerciante, não obrigaria a aumentos tão significativos para o consumidor como aqueles que se irão praticar num futuro próximo», prevê esta que não pudemos apurar esta manhã junto dos organismos competentes.

Concurso "DL"/81

DATA LIMITE: 17 DE SETEMBRO

...mas envie hoje mesmo
as suas colecções!

Em face do atraso da correspondência resultante da greve dos CTT, e para que nenhum dos nossos leitores fique prejudicado, foi decidido alterar a data limite de envio pelo correio (única forma de entrega das colecções) para 17 DE SETEMBRO, passando a data do sorteio para 13 de Outubro. Mas não espere pelo último dia: envie hoje mesmo as suas colecções!

Terminada a Repetição das duas Séries de Cupões e do Boletim de Identificação, o leitor só tem agora que enviar as suas Colecções (cupões n.ºs 1 a 30 de qualquer das séries).

Lembramos que:

● O leitor deve usar apenas um boletim por cada colecção e enviar apenas uma colecção em cada envelope.

● O BOLETIM DE IDENTIFICAÇÃO deverá ser totalmente preenchido com letra bem legível, e indicar o nome do concorrente (nome completo, tal como figura no bilhete de identidade) morada e telefone (se tiver), bem como (o que é facultativo mas se recomenda) o nome do vendedor ou estabelecimento onde adquire o seu jornal;

● O TALÃO RECIBO deverá ser igualmente preenchido com a morada correctamente indicada (não corte nem separe da metade superior) e, no caso de o concorrente desejar a devolução do mesmo depois de numerado, terá de juntar um selo de correio de 8\$50. Coloque o selo visivelmente, junto do Boletim, de forma a não o inutilizar — não use fita gomada, não agrafe e não cole (pode prender com um pequeno «clip»).

● O PRAZO DE ENVIO termina em 17 de Setembro de 1981 (data do carimbo do correio) e as colecções devem ser enviadas para

DIÁRIO DE LISBOA — CONCURSO
RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA

● O ENVIO PELO CORREIO é obrigatório nos termos do regulamento.

Os números atrasados
poderão ser adquiridos na Rua Luz Soriano, 17

HORÁRIO: 09.00 ÀS 18.00
ABERTO À HORA DO ALMOÇO
ENCERRADO AOS SÁBADOS DOMINGOS E FERIADOS

18-A

Móveis e Decorações Lda

R. Luciano Cordeiro, 18-A LISBOA — TEL. 41384

**POR ALTERAÇÃO
DE MODELOS**

SALDAMOS
COM GRANDES DESCONTOS
NÃO COMPRE
SEM NOS VISITAR

Consulte as secções
de informações



Caminhos de Ferro
Portugueses

Em OLHÃO o **Diário de Lisboa**
vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Crónica Agrícola

Vinhos e aguardentes

A liberalização do comércio

A AGA - Administração Geral do Açúcar e do Alcool tem as suas funções particularmente vinculadas à importação do ramo do açúcar e do álcool.

É, como a EPAC, uma empresa pública que presta serviços de muito relevante importância.

A sua natureza pública, tal como a EPAC e outras, não permite que os resultados lucrativos que obtenham sejam apropriados por indivíduos ou empresas privadas.(1)

O volume de negócios da AGA é considerável, da ordem dos milhões de contos.

Na via de liberalização das empresas públicas que se dedicam ao comércio externo de importação, a AGA está também na mira do Governo AD para que os seus negócios sejam entregues a entidades privadas. Demonstrou o Governo AD com todo este programa uma grande capacidade de imaginação e criatividade.

Os grandes pioneiros capitalistas ingleses que do século XVI para cá, com paciência e tenacidade, foram construindo as grandes empresas de comércio com ajuda do exército e guerras, deixando pelo caminho destroços de vida, gastaram lustros, décadas, quartéis e séculos. Havemos de ouvir que foram uns estúpidos. Andaram a perder tempo.

Que são, ou foram, os governos de Cromwell, da Rainha Victória ou de Disraeli face a esta espectacular governação AD?

Nada. Este repensar Capitalista nos tempos de hoje, só poderia acontecer em Lisboa, berço de reacção modelar. Exemplo sofisticado de produtividade. De uma penada, constrói empresas gigantes que os outros todos levaram séculos a fazer.

Os Ford, os Rotchild, os Rockefeller! Uns tolitos.

Só que: A liberalização da AGA, a liberdade de importação do álcool irá desencadear ventos. Ventos que transportam areias em velocidade, que batem na cara dos portugueses e que deixam marcas de bexigas.

O vinho do Porto é dos nossos maiores e melhores produtos de exportação. Faz-se, misturando ao mosto ainda não totalmente fermentado, e nos casos mais correntes, 130 litros de aguardente vinica de 77 graus. Gastam-se mais ou menos 115 litros no fabrico e, depois, às lotas mais 15.

O fabrico do vinho do Porto,

em cada ano, é condicionado pelo mercado. Ronda agora as 100 000 pipas, quantidade esta que exige cerca de 25 000 pipas de aguardente ou seja 12,5/13 milhões de litros.

Donde vem esta aguardente? Quem a fornece?

Portugal é, ainda, um país excedentário em vinho, tomando médias, razão por que os preços do produto, em casa do agricultor, vão sempre degradados, mal cobrindo as despesas de custo.

O que só não acontece em anos anormais.

Assim, existe, desde há muitos anos, um sistema instituído, pelo qual o Estado, para evitar a total degradação de preços, através de organismos específicos, faz a intervenção no mercado, de modo a diminuir a oferta, para obter um nível mínimo de preços. É um sistema que funciona mais ou menos bem, consoante a vontade política dos governantes, a capacidade e competência com que são dirigidos os respectivos organismos.

Neste momento os organismos intervenientes no sistema são: a Junta Nacional dos Vinhos, a Comissão dos Viticultores do Dão, Comissão dos Vinhos Verdes e Casa do Douro. Como importador de aguardente em caso de necessidade pode actuar o Instituto dos Vinhos do Porto em ligação com a AGA.

Estes Organismos adquirem os vinhos. E que mais fazem?

Destilam-os, fabricam aguardente ou cedem parte a negociantes para exportação. Conservam-nos armazenados, aguardando melhores oportunidades de os lançarem no mercado. Assim, prestam importantes serviços aos produtores, particularmente, se operarem bem.

Da destilação dos vinhos resultam então as aguardentes que são fornecidas à Casa do Douro, que por sua vez a vai entregar aos produtores do Porto. Estes a recebem, na quantidade de 130 litros por pipa de vinho que têm direito a beneficiar. Cada produtor na região do Douro tem direito ao seu benefício que depende da produção total e do sítio onde estão implantadas as vinhas. Não se pode tratar todo o vinho da Região, porque o mercado não absorveria a produção a qualidade se degradaria, e o preço se abastardaria.

O sistema funciona como no caso dos diamantes em que o grupo Oppenheimer só lança no mercado, em cada ano, quantidades suficientes para evitar o abaixamento de preços.

Alexandre Ramos

Que quantidade de vinho é necessário para dar os 12,5 milhões de litros de aguardentes de 77 graus? É evidente que depende da graduação do vinho. Tomemos, por exemplo para facilidade de contas, um vinho de 10 graus por litros, o que significava que são precisos 77 litros de vinho para fazer um litro de aguardente.

Para fazer os 12,5 milhões de litros de aguardente seriam precisos (12,5 x 7,7) 96 milhões de litros ou o mesmo que 960 000 HI de vinho, o que representa, 12 a 15 por cento da produção nacional, o que é, para um país excedentário, forte maquia certa de escoamento.

A que preço é fornecida essa aguardente?

É evidente que depende fundamentalmente do preço do vinho, mais as despesas de fabrico, mais os custos dos serviços, mais os custos financeiros.

Sendo a intervenção da Junta de 18\$00 por litro para vinhos de 12 graus, só o custo do vinho para aguardente, neste caso, seria 6,5 litros x 18\$00) 117\$00. Na campanha passada a aguardente nacional fornecida à Casa do Douro foi da ordem de 111\$00 o litro.

Ora, no mercado internacional, porque há excessos de aguardente vinica, obtém-se preços muito mais baixos - 60\$00.

Com estes preços, o produtor do Douro gastaria de aguardente 60\$00 x 130) - 7800\$00 por pipa em vez de gastar (111\$00 x 130\$00) 14 430\$00.

Há aqui uma substancial diferença, que, não só pode levar os produtores do Douro a deixarem-se deslizar para uma ideia de liberdade de importação, e a diferença de preço provoca aumento de pressão política pela natureza aliciante dos negócios.

Se se tivesse em conta todo o circuito facilmente se imagina o que aconteceria no dia em que se liberalizasse a importação de aguardente, e deixasse de haver a disciplina rígida do sistema.

Em primeiro lugar os organismos interessados, se quisessem manter a intervenção no mercado dos vinhos haveriam de suportar colossais prejuízos que se projectavam obviamente para o Estado. Se não quisessem intervir, o mercado nacional de vi-

nhos comuns, pela não retirada de cerca de 1 milhão de HI, transformar-se-ia num lago de miséria. E os custos desta miséria haveriam de ser suportados pelos produtores.

Não se diz mais nada.

Como o espelho reflecte a imagem, a economia dos portugueses reflecte a prática política do Governo.

Mas não descoroçemos, porque a AD não tem condições para governar. Cairá, e cai porque a imaginação e a criatividade da AD, não lhe dá para compreender que, no nosso país, os Governos que se metem com o pão e com o vinho não chegam ao S. Miguel.

NOTAS: (1) Não se consideram necessário um grande rigor nos números. Estão certos no fundamental.

(2) O preço da aguardente a fornecer ao Douro é variável de ano para ano e depende de muitas circunstâncias.

O ministro de Integração Europeia, senhor Alvaro Barreto disse clara e expressamente que a entrada de Portugal na CEE, não obrigava de nenhum modo à liberalização do comércio dos cereais e, consequente desmantelamento da Epac, ao contrário do que afirma o senhor Cardoso e Cunha, ministro da Agricultura e Pescas.

Ambos são da AD. Um CDS e outro PSD.

Ambos são membros do Governo.

Quando as coisas não são limpidas, os circuitos transparentes têm as pessoas de demarcar-se, não vão amanhã imputar-se pelas responsabilidades que não têm.

O ministro Alvaro Barreto fez bem, como membro do Governo, em demarcar-se do senhor Cardoso e Cunha.

Amigos, amigos, mas negócios à parte.

O senhor ministro disse: se a famosa Lei dos Sectores tão reclamada pelo Governo não existe devido ao processo de adesão mas decorre de uma determinada filosofia política e económica que é a que consta do programa do Executivo.

Nada nas regras da CEE obriga Portugal a desnacionalizar a banca e os seguros nem a liberalizar sectores como o Comércio de Cereais.

ponto a ponto



● Mário Soares será o primeiro orador de um simpósio que vai decorrer, de 9 a 18 de Setembro, na cidade de Porto Alegre, Brasil. Além do secretário-geral do Partido Socialista português, participam no seminário, entre outros, o líder socialista espanhol, Felipe Gonzalez, e o ex-presidente da Venezuela, Andres Perez. Entretanto, o líder socialista visita hoje as ilhas das Flores e Corvo, no prosseguimento da sua deslocação aos Açores.

● A Santa Sé nomeou arcebispo coadjutor de Cotonu, capital do Benin, um prelado de origem portuguesa, informou hoje um porta-voz do Vaticano. O novo arcebispo, africano, que um dia sucederá ao actual arcebispo de Cotonu, é Isidoro de Souza, até agora vigário-geral da mesma arquidiocese e reitor da Universidade Católica da África Ocidental, com sede em Abidjan, capital da Costa do Marfim. O apelido português do novo arcebispo explica-se pelo facto de ter nascido, em 4 de Abril de 1934, na cidade de Quidah, na então colónia francesa do Daomé (hoje República Popular de Benin), cidade em que existiu, até há anos, o enclave português de São João de Ajuda Isidoro de Souza, ordenado sacerdote em 1962, é licenciado em teologia, sagrada escritura e direito civil.



● O Presidente da República recebeu esta manhã, em Belém, em audiência para entrega de credenciais, o novo embaixador da Guiné-Bissau em Lisboa, Leonel Sebastião Vieira.

● Tomaram ontem posse o vice-presidente do Banco de Fomento Nacional, Eurico Nunes, e o conselho de gestão da Sociedade Financeira Portuguesa, José Manuel Judice Nunes de Glória, José Augusto Gaspar e Luís Augusto Burnay Daun e Lorena. Conferiu posse o secretário de Estado adjunto do ministro das Finanças e do Plano.



● Está reunido no edifício do Estado-Maior-General das Forças Armadas, ao Restelo, o Conselho da Revolução. Na agenda está inscrita a discussão de assuntos de âmbito militar. Preside o general Ramalho Eanes.

● Uma lei parlamentar que aprova um acordo de transporte aéreo negociado em 1977, entre Portugal e Angola, foi agora publicado pelo «Diário da República». O documento fixa uma série de disposições destinadas a regular o serviço de transportes aéreos entre os dois países e encontrava-se provisoriamente em vigor desde a data da sua assinatura.



● Oficiais do Regimento de Comandos vão homenagear na segunda-feira o comandante cessante daquela unidade, Jaime Neves, que em breve passa à reserva. A homenagem, que consta de um almoço, destina-se exclusivamente a militares comandos. Idêntica iniciativa está entretanto em curso por parte da Associação de Comandos.



Serviço Exclusivo

Le Monde

Diário de Lisboa

Portugal: unidade nacional em causa

Depois dum longo período de 48 anos em que S. Bento foi ocupado por apenas dois presidentes do Conselho de Ministros, os governos portugueses desde a «Revolução dos Carvos» estão a tornar-se incontáveis. Consequência, antes de mais, duma série de eleições políticas, algumas separadas apenas por algumas semanas, como aconteceu em Dezembro de 1980. Neste tocante, agora, as atenções voltam-se para as locais, pelo que elas vão constituir de sondagem às dimensões naturais das forças em presença ou de teste às estratégias para a conquista do poder político.

Mas, se os actores e as relações de força têm estado muito animadas de há sete anos a esta parte em Portugal, a situação de fundo pode-se dizer que em nada mudou, e os políticos que nela se movem ainda menos. A inflação, instalada desde antes da queda de Caetano, a balança de pagamentos tributária do essencial das receitas de turismo, e o envio das poupanças dos trabalhadores no estrangeiro, um subequipamento estrutural implicando fortes gastos a qualquer relançamento e a toda a tentativa de modernização, fortunas industriais ainda familiares em casos essenciais, apesar da nacionalização de alguns empórios e toda a Banca, de que a maior parte estava enfeudada ainda a estes empórios.

A este subdesenvolvimento, a esta precaridade económica, ligava-se desde logo o ciclo do consumo moderno e de massas, os governos, provisórios ou constitucionais, de inspiração socialista ou francamente reaccionários, tentaram aplicar todos as mesmas soluções: um endividamento internacional a longo prazo e permitindo um equipamento novo, e mediante uma grande disciplina social. O processo foi sempre a exploração de duas implicações da situação: um custo de mão-de-obra relativamente baixo, em confronto com a qualidade do trabalhador português, e uma geografia favorável à actividade do comércio e da transformação.

A ausência de alternativa económica, apesar da aparência em contrário que por vezes se cria com os debates em torno das desnacionalizações, ou sobre a adesão ao Tratado de Roma, foi isso que conduziu — depois da rigidez dos dogmas africanos dos anos 60 e das esperanças europeias de 70 —, uma certa filosofia a propósito de três questões cardiais e demoradamente controvertidas. A África colonial ou descolonizada já não é mais prolongamento ou fonte de recursos para Portugal, nem em economia nem em diplomacia, e o Brasil ainda menos, que já está demasiado crescido para se prestar a tal. Neste ponto, a informação sobre as respectivas políticas entre Lisboa e Paris, qualquer que seja o nosso Presidente da República, dá provas de realismo da parte de Portugal, e significa ainda a universalidade francesa no olhar lançado sobre o continente negro.

A Europa está a ser abordada hoje com a mesma prudência que antes de 1974. A adesão oportunamente exigida como salvaguarda da jovem democracia para-socialista foi sabiamente analisada nas contratações e nos riscos que poderia implicar ao País. Acordos substanciais, uma ajuda substancial da Comunidade, o hábito já adquirido de abastecer o mercado português de bens de equipamento, deveriam — se devidamente processados — constituir um período transitório e conveniente. A mesma sabedoria pontual — na adversidade — entre os partidos socialista e comunista: os dois movimentos estão, no essencial, coordenados um e outro, e Chunhal foi o prestigioso e fascinante professor de toda uma oposição no exílio ou na prisão durante dezenas de anos hoje ainda impossíveis de esquecer, ainda que os discípulos se tenham dispersado bastante por todo o leque político português: alguma coisa resta das relações passionais entre PS e PCP.

E prevalece que a frente estabelecida para a reeleição do Presidente Eanes foi a única barreira a uma reacção que poderia destruir as conquistas revolucionárias. Prevalece também que a história dos primeiros anos do novo regime conheceu a sua decisiva viragem quando da tentativa de gabinete presidencial conduzida por Nobre da Costa no Verão de 1978, e que ecoou

pelos processos de intenção pró-comunista que contra ele moveu o Partido Socialista.

O cenário

O cenário é hoje muito aparentemente da mesma ordem que o do Verão de há três anos. O PR, eleito em 1976, e em 1980 por larga maioria do sufrágio universal, é posto em causa pelo Primeiro-Ministro demissionário ou por alguns dos seus ministros; o Conselho da Revolução — cuja Comissão Constitucional é presidida pelo muito brilhante e profundo Melo Antunes, iniciador da única verdadeira alternativa portuguesa desde 1974: o terceiro-mundismo — é igualmente encostado à parede por se opor às desnacionalizações, quase nunca se opôs a certos retroques feitos sobre a Reforma Agrária gonzalvista.

Na realidade, o cenário é mais grave e ultrapassa o funcionamento regular dos poderes públicos constitucionais. Primeiro Estado da Europa a ter definidas as suas fronteiras actuais, que remontam ao século XIII, Portugal nunca teve problemas de unidade nacional, apesar das paisagens, economias e etnografias sensivelmente diferentes de Norte para Sul do Tejo, entre o Douro ou o Dão e o Alentejo, por exemplo. Hoje, isto pode ser um pouco diferente.

Regressar à «revolução dos carvos» como se esta não tivesse sido mais do que um acidente ou um acaso, explicável pela apatia de uns ou os cansaços africanos de outros, seria sem dúvida atear uma guerra civil que nem as ocupações espanhola e depois francesa, ou as divisões dinásticas, mais do que a instauração da República ou a queda da ditadura, poderiam verdadeiramente provocar.

Nenhuma política económica e social pode ser levada à prática sem disciplina no mundo do trabalho e, sejam quais forem as dissensões sindicais, o PC não pode ser excluído do jogo político. Nenhum sucesso comercial ou financeiro é possível sem a mobilização dos quadros nacionais ou emigrados no estrangeiro, nem sem uma larga confiança dos investidores estrangeiros, sobretudo os privados. A Reforma Agrária foi um compromisso histórico numa altura em que os pontos de vista de socialistas e comunistas pareciam inconciliáveis: o mesmo espírito deveria prevalecer agora entre a direita e a esquerda, para rever a Constituição, tanto nos seus desenvolvimentos económicos e sociais como no papel que ela pode reservar à arbitragem presidencial.

A direita pode ter acesso à gestão, mas não pode propor a reacção: a eleição presidencial por sufrágio directo e universal, e a tradição, independentemente do regime depois da queda da monarquia, de um militar em Belém, combinam-se para conferir ao Chefe do Estado e ao Conselho da Revolução um papel que não pode ser de circunstância. O Porto não pode ser a capital de Portugal. E, ainda que o temperamento deste povo seja mais propenso à atenção e ao silêncio, o homem deste extremo ocidental da Europa tem certezas milenárias que nem a Revolução política nem a reacção podem mudar. Neste sentido, os debates políticos ou económicos actuais, na Assembleia da República, no PSD, e na Imprensa, passam ao lado de muitos assuntos que são — tanto quanto um estrangeiro pode pressentir os espíritos e as ideias doutra nação — de ordem familiar, íntima, sucessoral, atávica e mental, em qualquer caso.

É a relação entre uma terra e homens que está em causa: uma das sociedades mais homogêneas da Europa, com aspectos tanto feudais como futuristas, está em vias de passar à fase industrial e especulativa da evolução económica contemporânea; um dos povos mais profundamente nacionalistas que, no entanto, é capaz de adaptar-se, como nenhum outro, aos tempos actuais e à vida fora da pátria.

Seria a sabedoria dos dois campos, reconhecendo cada um o menor mal, isto é, a solução, mesmo provisória, da crise, tão recente em Portugal, mas previsível, nestes últimos anos: a unidade nacional em causa.

Bertrand Fessard de Foucauld («Le Monde»/«DL»)

Balsemão procura Governo mais operacional

O Dr. Pinto Balsemão foi ontem oficialmente convidado pelo Presidente da República para formar o VIII Governo Constitucional. O primeiro-ministro indigitado reuniu-se ontem mesmo com o presidente do CDS e já hoje de manhã durante hora e meia com o arquitecto Ribeiro Teles, para combinar com os seus parceiros de coligação a estrutura do próximo Executivo. Diversas fontes citam a primeira semana de Setembro, como a data mais provável para a posse do Executivo. No entanto, uma fonte fidedigna próxima de Balsemão garantiu ao DL que de momento não há pressa.

Preende-se ir debatendo a estrutura do Governo e a sua organização, de forma a torná-lo mais operacional que o anterior e, depois, discutir o perfil das pessoas que deverão ocupar as diversas pastas. Só então se iniciará o processo de convites para o elenco governamental.

No entanto, são já dadas como certas nos meios políticos algumas diligências no sentido de assegurar a presença no Governo de várias personalidades.

Entre estas é de citar o vonvite endereçado ao eng.º Costa Lobão, praticamente desconhecido na cena política, para desempenhar as difíceis funções de responsável pela Agricultura.

Na Defesa é já certa a presença de Freitas do Amaral, enquanto continuam a correr informações que apontam Lucas Pires como responsável do departamento que coordenará a Cultura e a Ciência, saídas do Ministério da Educação.

João Salgueiro teria já sido contactado para a pasta das Finanças, mas, de férias no Algarve, ainda não deu nenhuma resposta. Por outro lado, falou-se na possibilidade de Meneres Pimentel assumir um lugar de maior responsabilidade, que po-

deria ser de vice-primeiro-ministro. No entanto, segundo apurámos, esta hipótese não tem muita consistência, até porque dificilmente seria aceite pelo CDS.

Nos Negócios Estrangeiros é quase certa a continuação de Gonçalves Pereira. Alguns rumores apontavam a vontade que o actual responsável do Palácio das Necessidades teria de se transferir para as Nações Unidas, onde poderia ocupar um lugar num dos tribunais da ONU. No entanto, tal desejo não deverá materializar-se. Por um lado, não é hábito na vida diplomática, que um ministro se autocandidate a um cargo internacional e as sondagens que Gonçalves Pereira teria feito não teriam sido bem aceites. Por outro lado, o estrondoso falhanço de Gonçalves Pereira no que toca à instalação da sede do Tribunal Internacional do Mar, dificultou o seu acesso a qualquer lugar de relevo na ONU. Com efeito, a candidatura de Portugal a instalar em Cascais a sede daquele tribunal recebeu apenas 15 votos na primeira volta e dois na segunda, sendo considerada como uma derrota diplomática de vulto. A que poderão não ser alheios alguns aspectos da actividade dos Executivos AD em matéria diplomática e, nomeadamente, o saneamento do dr. Mário Ruivo, pessoa altamente prestigiada nos sectores internacionais ligados ao mar e às pescas, que chegou a ser alto funcionário na FAO e é actualmente consultor da Unesco.

No âmbito dos secretários de Estado ainda é cedo para falar. Mas deve confirmar-se a hipótese de Marcelo Rebelo de Sousa ser adjunto de Balsemão, enquanto Ribeiro e Castro ocuparia lugar semelhante junto de Freitas do Amaral, tal como já aconteceu no Governo Sá Carneiro.

Em ALVERCA o **Diário de Lisboa**
vende-se na TABACARIA LUSA
Rua Joaquim Sabino Faria, 16

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE TURISMO

COMITUR

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Convoco a Assembleia Geral Extraordinária desta Companhia para reunir, na sede social, no dia 22 de Setembro, às 12 horas, sendo a ordem dos trabalhos:

- Deliberar sobre a elevação do capital social no montante de 500.000\$00 para 15.000.000\$00;
- Alterar ou substituir os actuais estatutos.

Lisboa, 20 de Agosto de 1981

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,

Manuel Fernando dos Anjos Magalhães

(em representação da Sociedade Financeira Portuguesa)

TRIBUNAL DO TRABALHO DO BARREIRO

ANÚNCIO

O Doutor António Luis Soares de Andrade, Juiz de Direito do Tribunal do Trabalho do Barreiro.

FAZ SABER, que pela 1.ª secção do Tribunal do Trabalho, do Barreiro, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho com processo Sumário registados com o n.º 527/78 em que é AUTOR: MARIA DOS SANTOS MOSCA, residente na Estrada da Palmeira no Bairro Juncalinho — Moita.

E RE: — SOMOSA Sociedade de Mosaicos e Construções Metálicas, S.A.R.L. com última sede conhecida na Quinta das Moínhas — Palhais — Barreiro e neles correm editos de TRINTA DIAS, citando a Ré acima identificada para, no prazo de oito dias findo o dos editos, contados estes a partir da segunda e última publicação do anúncio contestar a referida acção sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido. O pedido do autor é do montante de 91 379\$00.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda na secção acima indicada.

Para constar se lavrou o presentes e outros de igual teor que serão afixados nos lugares que a lei determina.

Barreiro, 25 de Junho de 1981

O Juiz de Direito
a) António Luis Soares de Andrade
O Escrivão-adjunto
a) Afonso Diogo Monteiro da Costa



FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS SINDICATOS

DA INDÚSTRIA DE HOTELARIA E TURISMO

II CONGRESSO CONVOCATÓRIA

Nos termos do n.º 1 do Artigo 25.º e para os efeitos constantes do n.º 1 do Artigo 24.º, dos Estatutos da Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo, convoca-se publicamente o II Congresso (ordinário) da FNSIHT para os próximos dias 28 e 29 de Novembro, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Discussão e aprovação do relatório de Actividades da Federação, apresentado pelo Secretariado.
- Discussão e aprovação das alterações aos Estatutos da Federação e do Regulamento Eleitoral.
- Discussão e aprovação do Programa de Acção para o triénio 1981/1984.
- Discussão e aprovação do Caderno Reivindicativo.
- Eleição do Secretariado da Federação.

Lisboa, 30 de Julho de 1981

O SECRETARIADO DA FNSIHT

NOTA: O Regulamento do Congresso bem como os projectos de documentos a apreciar e discutir poderão ser obtidos nos sindicatos filiados.

Via Venexa

SAPATOS—MALAS
ALTA QUALIDADE

PARES ÚNICOS
BAIXA DE PREÇO

CENTRO COMERCIAL DE BENFICA, LOJA 5-F
ESTRADA DE BENFICA, 739 — 1500 LISBOA

Partidos políticos e Associação de Amizade também reagem

Firme repúdio português pela agressão a Angola

O Governo Português manifestou esta manhã o seu «claro repúdio» pela invasão do Sul de Angola por tropas sul-africanas e, no que considerou «este momento difícil», manifestou a sua solidariedade com a RPA.

Num comunicado emitido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Governo Português considera que os «acontecimentos do Sul de Angola» evidenciam «uma clara violação da soberania deste país pelas Forças Armadas sul-africanas».

Assim — diz o MNE — o Governo de Lisboa «mantendo a sua orientação de repúdio pelas intervenções armadas de Estados no território de outros Estados, afirma o seu claro repúdio pela acção sul-africana; lamenta a perda de vidas humanas; reafirma o direito da RPA à sua soberania e integridade territorial e exprime a sua adesão à proibição do uso da força armada que deriva do sistema das Nações Unidas e, no caso concreto, o seu apoio à independência da Namíbia, tal como prevista na Resolução 435 do Conselho de Segurança».

Neste sentido — refere ainda o comunicado das Necessidades — foram chamados ao MNE os embaixadores de Angola e da África do Sul para transmitir ao primeiro «a solidariedade» e ao segundo «a condenação, com o pedido

urgente da cessação das violações à integridade territorial de Angola, em que tem vindo a registar-se preocupante escalada».

Na Embaixada de Angola, que contactámos esta manhã, nada nos foi adiantado sobre a situação vivida no Sul desse país, remetendo-nos um seu porta-voz para um comunicado do Ministério da Defesa angolano, que publicamos noutra local desta edição (ver noticiário internacional).

Na Embaixada da África do Sul, e após vários telefonemas, soubemos que iria ser emitido um comunicado que, até ao fim da manhã, estava ainda a ser «traduzido». Um membro do gabinete de Imprensa da embaixada começou ainda a ler-nos parte do comunicado, mas foi interrompido pelo adido de Imprensa que deu ordens para o mesmo ser tornado público apenas na íntegra. Na parte a que tivemos acesso os sul-africanos falam de uma «campanha de propaganda» da RPA e quanto à invasão dizem ser «completamente falso». O resto ainda não estava traduzido...

Outras reacções

O PCP tomou já posição pública sobre a invasão do Sul de Angola. Numa nota do Secretariado do CC os comunis-

tas consideram a invasão de «extrema gravidade» e exigem «pronta denúncia e condenação».

O PCP manifesta ainda «total solidariedade ao MPLA, ao Governo da RPA e ao povo angolano», referindo depois a «escalada agressiva do regime racista da África do Sul que se insere na estratégia do imperialismo norte-americano e dos seus parceiros da NATO, visando a agudização da tensão internacional».

«A invasão da RPA» — diz a nota — «tem por objectivo combater o regime progressista angolano, prolongar a ocupação ilegal da Namíbia» e «não pode ser desligada da luta do próprio povo da África do Sul».

Por fim, o Secretariado do CC do PCP «apela à solidariedade dos trabalhadores e dos democratas em geral com a luta do povo angolano contra o regime racista da África do Sul».

Por sua vez o dirigente socialista Walter Rosa disse hoje que o PS «condena firmemente a tentativa de invasão da RPA pela África do Sul». «Não temos uma confirmação dos factos, mas acreditamos no protesto apresentado pelo Governo de Angola na ONU» — disse ainda Walter Rosa e acrescentou que a invasão dos sul-africanos «é uma grave ingerência, reprovável e inaceitável».

Lopes Cardoso, da UEDS, exprimiu igualmente a sua «total condenação» da invasão sul-africana, anunciando que o seu partido publicaria nas próximas horas uma posição mais circunstanciada sobre o acontecimento.

Associação de Amizade Portugal-Angola

Domingos Lopes, vice-presidente da Associação de Amizade Portugal-Angola condenou de um modo «claro e inequívoco» esta «nova escalada militar agressiva dos racistas da África do Sul contra a RPA e que agrava perigosamente a tensão em toda a África Austral».

Domingos Lopes considerou que esta escalada se insere «na estratégia do imperialismo de agravar todos os focos de tensão e neste caso concreto no apoio cada vez maior em todos os domínios da nova administração norte-americana aos racistas sul-africanos».

Aquele dirigente da Associação Portugal-Angola lembrou ainda que «para travar esta escalada militar» é necessário «alertar a opinião pública portuguesa no sentido de mostrar a sua solidariedade para com a jovem RPA e para com a luta do povo da Namíbia dirigida pela Swapo».

Câmara de Loures em disputa

“Aquece” o debate entre forças concorrentes

As eleições intercalares para a Câmara de Loures, marcadas para o próximo dia 11 de Outubro, marcam o ritmo de intervenção pública das diversas forças empenhadas na disputa daquela autarquia.

Enquanto a APU acusa a Comissão Administrativa (CA) da Câmara Municipal de Loures de ter enveredado abertamente pela calúnia e pela mentira, acusando a Aliança de irregularidades financeiras, as forças políticas que constituem a Comissão Administrativa (PS e PSDP) esforçam-se em «ganhar» o eleitorado, numa corrida contra o tempo, publicitando decisões anteriormente tomadas.

Recorde-se que a actual CA, resultante da demissão quase simultânea e certamente negociada dos autarcas do PS e PSD, é integrada por elementos destas duas forças políticas. No entanto, a maioria dos eleitores do concelho deu nas últimas eleições a sua confiança aos candidatos da APU, que agora se viram excluídos.

APU propõe debate televisivo

Entretanto, a APU reafirmou a proposta anteriormente avançada por Severino Falcão, antigo presidente da Câmara, de um debate televisivo, em directo, com os representantes do PS e PSD.

Riço Calado, vereador pelo PS, que manifestara no início deste processo a sua intenção de ir à televisão fazer prova das irregularidades cometidas pela gestão da APU, não parece agora manifestar idêntica determinação. No entanto, não são ainda conhecidas as posições das outras forças políticas relativamente a esta proposta de debate televisivo.

Críticas da APU

A APU, que vinha procedendo a uma aplicação articulada de medidas decorrentes do seu programa eleitoral, acusa o Governo AD de ter «roubado» ao concelho de Loures mais de um milhão de contos em 1980 e 1981. «Mesmo assim, afirma aquela Aliança, a APU fez mais de 18 meses do que o PS, PSD e CDS nos três anos anteriores».

Por outro lado, os vereadores do PS são acusados de fraca participação na vida da autarquia e de não terem assumido as responsabilidades decorrentes da sua eleição.

«Eles caluniam e levantam suspeições que mais não significam que o fraco conhecimento que têm do funcionamento camarário, apesar da importância dos pelouros que lhes foram cometidos» declarava esta manhã um autarca da APU a um matutino de Lisboa.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO, MADEIRAS E MÁRMORES DO DISTRITO DE SANTARÉM

ASSEMBLEIA ELEITORAL CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 38.º, alínea a) e 39.º, n.º 1 dos Estatutos, convoco a ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL a reunir no dia 7 de OUTUBRO DE 1981, com início às 9 horas e encerramento às 19 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto Único — ELEIÇÃO DOS CORPOS GERENTES DO SINDICATO PARA O TRIÉNIO DE 1981/1984

Nos termos do Art.º 7.º do Regulamento Eleitoral, a apresentação de candidaturas só poderá fazer-se até ao dia 7 de Setembro de 1981.

Para exercer o direito de voto é necessário a apresentação do cartão de sócio.

Santarém, 24 de Agosto de 1981

O Presidente da Assembleia Geral
António Farinha da Rosa

EXCELENTES VANTAGENS DE PAGAMENTO



SCHAUB LORENZ



O MELHOR DA TÉCNICA ALEMÃ
ARCADA COMERCIAL
R. GUILHERME GOMES FERNANDES
ODIVELAS

INSCRIÇÕES EM CURSOS SUPERIORES

● Estão abertas as inscrições para o CURSO SUPERIOR DE GESTÃO no ISG — Instituto Superior de Gestão (estabelecimento de ensino Superior particular).

● Plano de estudos:

— Duração — 5 anos lectivos
— Opções em:

— GESTÃO ECONOMICO-FINANCEIRA
— GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO — Ex-Instituto Superior p/o Desenvolvimento de Recursos Humanos, Rua Morais Soares, 93-5.º — LISBOA — Tel. 82 29 92

TRIBUNAL DO TRABALHO DO BARREIRO

ANUNCIO

O Doutor António Luís Soares de Andrade, juiz de Direito do Tribunal do Trabalho do Barreiro.

FAZ SABER, que pela 1.ª secção do Tribunal do Trabalho do Barreiro, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho com processo sumário registados sob o n.º 561/78 em que é autor: Maria Isabel Cascalho, residente na Rua Professor Rosa Maria Pinto Lote 9-2.º Dt.º Palhais-Barreiro.

E ré: — SOMOSA Sociedade de Mosaicos e Construções Metálicas, S.A., com última sede conhecida na Quinta dos Moinhos — Palhais — Barreiro e neles correm editos de TRINTA DIAS, citando a ré acima identificada para, no prazo de oito dias findo o dos editos, contados estes a partir da segunda e última

publicação do anúncio contestar a referida acção sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido.

O pedido do Autor é do montante de 73 940\$40.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda na secção acima indicada.

Para constar se lavrou o presente e outros de igual teor que serão afixados nos lugares que a lei determina.

Barreiro, 25 de Junho de 1981

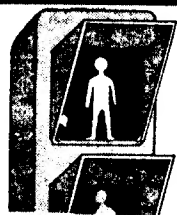
O juiz de Direito,

a) António Luís Soares

de Andrade,

O Escrivão-adjunto,

a) Afonso Diogo Monteiro da Costa,



NAS PASSADEIRAS

Os peões e os condutores têm de respeitar a sinalização luminosa



Movimento em Portugal contra bomba de neutrões

Um «vivo repúdio» pela decisão do presidente Reagan de levar os EUA a produzir a bomba de neutrões, foi tornado público pelo Movimento de Opinião «Não às Armas Nucleares em Portugal».

Em comunicado, divulgado ontem, aquele movimento, que recolheu já cerca de 200 mil assinaturas para o apelo contra a eventual instalação de armas nucleares no nosso país, recorda que a arma de neutrões (que elimina a vida humana por radiação intensiva, deixando intactas as cidades, as fábricas, etc., prontas a serem usadas pelo agressor) é a «negação da própria essência humana».

Apelando aos portugueses que ainda não o fizeram, a aderir ao seu Movimento, o comunicado sublinha ainda que os que «com suprema ironia» alcunham de «bomba limpa» a bomba de neutrões, «pretendendo que poderia ser utilizada numa confrontação nuclear limitada, iludem deliberadamente a opinião pública, uma vez que, iniciada tal confrontação, nada poderá deter o seu alastramento e o holocausto nuclear. Face a este novo e perigoso passo na corrida aos armamentos, que mais põem em causa o equilíbrio estratégico e o desanuiamento, sobressai mais nítida e reforçada a razão de ser do movimento — Não às Armas Nucleares em Portugal».

Detidos do caso PRP acusam Governo de boicote

«O Governo, nas pessoas de Meneres Pimentel e de Pinto Balsemão continua a cometer as maiores arbitrariedades», afirma-se num comunicado subscrito por Isabel do Carmo e Carlos Antunes, sobre os mais recentes desenvolvimentos do chamado «Caso PRP».

De acordo com as acusações proferidas pelos dois antigos dirigentes do PRP, «o Governo desde o início que forçou o aparelho judicial a tomar posições contra nós».

«O ministro da Justiça», dizem ainda, «não só fez sucessivas aparições públicas a pressionar os tribunais e numa fúria persecutória contra nós dispôs-se a accionar todos os mecanismos para nos combater, como cometeu a imprudência de aparecer na Televisão a tomar posição sobre o assunto na véspera do julgamento do Supremo».

O aparelho que o ministro da Justiça apoia, que seria formado de acordo com o comunicado pelo «trívirato Procuradoria-Geral da República-Polícia Judiciária-Serviços Prisionais», «têm funcionado, às claras ou na sombra, no sentido de nos moverem uma perseguição. É uma guerra constante e porfiada».

Essa perseguição seria o fundamento, nomeadamente, para a actividade desenvolvida pela Procuradoria-Geral da República ao interpor recurso da decisão do Supremo Tribunal de Justiça que mandou anular os julgamentos realizados na Boa-Hora adiando a libertação provisória dos presos do PRP, bem como para o desencadeamento de um movimento na PJ do Porto, no sentido de

agentes e inspectores porem «o crachá e a arma em cima da secretária, caso os PRP's saíssem».

Ainda a este movimento de boicote à luta dos presos do PRP é ligada a já suspensa greve da fome promovida por presos por delito comum. De acordo com as afirmações de Carlos Antunes e de Isabel do Carmo, essa greve teria sido animada por «individuos de extrema-direita, com a particularidade de estarem directamente ligados à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais».

«Julgamento de torturadores»

O comunicado que temos vindo a citar anuncia também que está pronto para julgamento, tendo sido distribuído ao 4.º Juízo Correccional do Porto, o processo respeitante às acusações de torturas e maus tratos feitos por presos do PRP contra agentes da PJ do Porto. Um desses casos de torturas teria mesmo sido entregue para análise à Amnistia Internacional.

Por outro lado, acerca da anulação do julgamento em que foram condenados Isabel do Carmo, Carlos Antunes e Fernanda Fráguas o recurso apresentado contra essa decisão pelo Ministério Público acabou por ser aceite pela Comissão Constitucional, que agora irá adoptar uma decisão de fundo sobre a questão. Mas advertem os presos do PRP, tal recurso tem como primeiro objectivo atrasar a libertação dos presos, em situação de prisão preventiva há mais de 38 meses, quando o prazo máximo permitido por lei é de 24 meses. O Ministério Público, na interposição do re-

curso teria, segundo as acusações deste comunicado, jogado com os prazos o mais dilatados possíveis, de forma a conseguir que, entretanto, se iniciassem as férias judiciais. E se a manobra siu frustrada no que toca ao Supremo Tribunal de Justiça, que sempre deu resposta pronta, o mesmo não aconteceu com a Comissão Constitucional, cuja decisão só será conhecida depois do mês de Setembro.

Balanço político

Fazendo o balanço político do que tem sido até aqui a sua luta e que, recorde-se, culminou há algumas semanas com a realização de uma greve da fome em que participaram Carlos Antunes e Rodarte de Almeida, os presos do PRP salientam o comportamento da Comunicação Social, a capacidade demonstrada pelas organizações da esquerda revolucionária para trabalharem em comum e a confluência de pessoas de diversos sectores ideológicos, demonstrando que «mesmo em sectores de direita se pode encontrar uma barreira ao fascismo».

Quanto à posição dos partidos políticos, o comunicado salienta «o empenhamento da Direcção do PS, que se envolveu na direcção deste caso de forma inequívoca e extremamente comprometida» e a atitude do PCP. Aqui, afirma-se que «a Direcção do PC mostrou o seu monolitismo, o seu rancor e a sua concepção autoritária do Estado (mesmo que não seja o deles)». «Percebeu-se», dizem ainda os presos do PRP, «que são pela ilegalidade desde que seja cometida contra nós».

Em visita aos Açores

Garcia dos Santos defende «planeamento rigoroso» no uso das verbas do Exército

O chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos, alertou em Ponta Delgada para a necessidade de se «planear com rigor» a utilização das verbas destinadas a esse ramo das Forças Armadas.

Garcia dos Santos, que usou da palavra no quartel-general dos Açores, acrescentou que só com o racional aproveitamento de meios se «conseguem atingir os objectivos essenciais do Exército».

Além de aludir à importância estratégica do «triângulo português» na defesa do Ocidente, o CEME declarou ainda que «a segurança nacional tem o custo que o poder político lhe atribuir».

Referiu, por último, que a visita que efectua aos Açores se destina a verificar a funcionalidade das unidades do Exército na região, considerando que esse tipo de deslocamentos permite observar «a importância da ligação

que deve existir» entre os comandos regionais e o Estado-Maior.

Garcia dos Santos, que iniciou ontem a sua visita oficial de cinco dias à zona militar dos Açores, deslocou-se durante a tarde ao Grupo de Artilharia de Guarnição Número Um e ao Campo Militar de S. Gonçalo, onde teve reuniões com os comandos daquelas guarnições.

A noite, o CEME ofereceu, em Ponta Delgada, um jantar seguido de recepção às principais autoridades militares e civis de S. Miguel.

Hoje, o general Garcia dos Santos deslocou-se à ilha Terceira, onde além de visitar o Regimento de Infantaria de Angra do Heroísmo, observará a actividade desenvolvida pelo Destacamento de Engenharia Militar no apoio às populações atingidas pelo sismo de 1 de Janeiro do ano passado.

OGE tem déficit de 178 milhões — revelou titular do MAI

O ministro da Administração Interna, Fernando Amaral, afirmou em Pinhel, no decorrer das comemorações do «dia da cidade», que o Orçamento Geral do Estado regista um déficit de 178 mil milhões de escudos, salientando, a propósito, que «não produzimos metade do que consumimos».

Referiu-se, também, o ministro às despesas com o pessoal e funcionalismo para indicar que as receitas fiscais «não chegam para cobrir as despesas com pessoal e os juros de empréstimos». Condenou, por outro lado, a concentração de sistemas de desenvolvimento «apenas no litoral de Braga a Setúbal».

«O interior — afirmou — vive colonizado pelo litoral. De Trás-os-Montes a Castro Marim não

se tem vivido o surto de desenvolvimento do litoral.»

Problemas da seca e de ensino na região foram debatidos entre o ministro e o presidente da Câmara local, Alfeu Campos. O responsável do Governo preconizou, quanto ao primeiro problema, a utilização de autotankers «como solução actual e provisória para acorrer às necessidades da população». Acrescentou ter o seu Ministério para o sector da seca, dez mil contos «que ainda não foram gastos inexplicavelmente».

Fernando Amaral referiu-se ainda ao papel da escola no desenvolvimento do interior, afirmando ser, através da cultura «que se podem preservar as grandes virtudes do povo que somos».

PUB.



CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

COMEMORAÇÕES DO DIA DO CONCELHO

CONCURSO DE CARTAZ

- 1 - Podem concorrer todos os artistas portugueses.
- 2 - Texto e motivos obrigatórios:

COMEMORAÇÕES DO DIA DO CONCELHO OUTUBRO/81 GRÂNDOLA VILA MORENA

- 3 - O formato será de 50 cm x 70 cm.
- 4 - Os trabalhos concorrentes deverão ser enviados até 4 de Setembro de 1981 para:

Câmara Municipal de Grândola
7570 Grândola

- 5 - Cada concorrente poderá apresentar mais de um original, até ao limite de 3.
- 6 - Todos os trabalhos serão identificados por um pseudónimo e acompanhados por uma carta lacrada, tendo fora o pseudónimo e por dentro o nome completo, morada e telefone.
- 7 - O júri do concurso será a Câmara Municipal de Grândola.
- 8 - Ao autor do cartaz seleccionado será atribuído um prémio de 20 000\$00 e a Câmara Municipal, assume a responsabilidade pela sua edição e distribuição. Serão atribuídos ao 2.º e 3.º prémios 5000\$00 e 3000\$00 respectivamente.
- 9 - Da decisão do júri não haverá recurso.
- 10 - Será efectuada uma exposição com os trabalhos apresentados em data e local a determinar posteriormente, se o número o justificar.
- 11 - A divulgação do nome do autor do cartaz seleccionado será feita em Outubro de 1981.
- 12 - As obras sujeitas a concurso ficarão para património da Câmara.
- 13 - Todos os casos omissos neste regulamento serão resolvidos na Câmara Municipal.

O vereador em exercício

Manuel Francisco Barão de Oliveira

GITUS

CHECOSLOVÁQUIA

Últimas inscrições Partida 4 e 23/9

PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE
GITUS GRUPO INTER-INDUSTRIAL
DE TURISMO SOCIAL
Av. da Liberdade 73, 3.º Dt. Lisboa
Tels. — 32 05 56 32 06 38 36 43 03

TRIBUNAL DO TRABALHO DO BARREIRO ANÚNCIO

O Doutor António Luís Soares de Andrade, Juiz de Direito do Tribunal do Trabalho do Barreiro.

FAZ SABER, que pela 1.ª secção do Tribunal do Trabalho do Barreiro, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho com processo sumário registados sob o n.º 519/78 em que é AUTOR: — MARIA DE LOURDES QUE- RIDO DA SILVA, residente na Rua Almirante Reis n.º 100 Palhais -Barreiro.

E RE: — SOMOSA Sociedade de Mosaicos e Construções Metálicas, S.A.R.L., com última sede conhecida na Quinta dos Moinhos — Palhais — Barreiro e neles correm editos de TRINTA DIAS, citando a Ré acima identificada para, no prazo de oito dias findo o dos editos, contados estes a partir da segunda e última publicação do anúncio a contestar a referida acção sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido.

O pedido do Autor é do montante de 87 981\$40.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda na secção acima indicada.

Para constar se lavrou o presente e outros de igual teor que serão afixados nos lugares que a lei determina.

Barreiro, 25 de Junho de 1981

O Juiz de Direito
a) António Luís Soares de Andrade,
O Escrivão de Direito
a) Afonso Diogo Monteiro da Costa.

TRIBUNAL DO TRABALHO DO BARREIRO ANÚNCIO

O Doutor António Luís Soares de Andrade, Juiz de Direito do Tribunal do Trabalho do Barreiro.

FAZ SABER, que pela 1.ª secção do Tribunal do Trabalho do Barreiro, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho com processo sumário registados sob o n.º 577/78 em que é AUTOR: — ANTONIO JOAQUIM MADEIRA, residente na Rua Dr. João de Castro n.º 132-1.º Esq.º — Quinta da Lomba — Barreiro.

E RE: — SOMOSA Sociedade de Mosaicos e Construções Metálicas, S.A.R.L., com última sede conhecida na Quinta dos Moinhos — Palhais — Barreiro e neles correm editos de TRINTA DIAS, citando a Ré acima identificada para, no prazo de oito dias findo o dos editos, contados estes a partir da segunda e última publicação do anúncio a contestar a referida acção sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido.

O pedido do Autor é do montante de 81 759\$40.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda na secção acima indicada.

Para constar se lavrou o presente e outros de igual teor que serão afixados nos lugares que a lei determina.

Barreiro, 25 de Junho de 1981.

O Juiz de Direito

a) António Luís Soares de Andrade

O Escrivão adjunto

a) Afonso Diogo Monteiro da Costa

TRIBUNAL DO TRABALHO DO BARREIRO ANÚNCIO

O Doutor António Luís Soares de Andrade, Juiz de Direito do Tribunal do Trabalho do Barreiro.

FAZ SABER, que pela 1.ª secção do Tribunal do Trabalho do Barreiro, correm seus termos uns autos de Contrato Individual de Trabalho com processo sumário registados sob o n.º 565/78 em que é autor: OLIMPIA RIBEIRO, residente na Rua Almirante Reis n.º 82 -Palhais-Barreiro, e Re: SOMOSA Sociedade de Mosaicos e Construções Metálicas, S.A.R.L., com última sede conhecida na Quinta dos Moinhos — Palhais-Barreiro e neles correm editos de TRINTA DIAS, citando a Ré acima identificada para, no prazo de OITO DIAS findo o dos editos, contados estes a partir da segunda e última publicação do anúncio a contestar a referida acção sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido.

O pedido do Autor é do montante de 81 759\$40.

O duplicado da petição inicial encontra-se à disposição da citanda na secção acima indicada.

Para constar se lavrou o presente e outros de igual teor que serão afixados nos lugares que a lei determina.

Barreiro, 25 de Junho de 1981

O Juiz de Direito

a) António Luís Soares de Andrade,

O Escrivão-adjunto

a) Afonso Diogo Monteiro da Costa

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA - Dep. de Confecções

Av. João XXI, 5-D - 1100 (Metro Areeiro)
Rua Infância 16, 55-C - 1300 LISBOA

A BARCA SEM OS CORVOS

Servidão e grandeza militar

O director do semanário «O Tempo» acha que estamos sob uma ditadura militar desde o 25 de Abril. Vi, há tempos na TV o eng. Azevedo Coutinho, que tem ministrado a Defesa, aceitando as honras militares devidas ao seu cargo.

Estes dois factos não relacionados despertaram-me a reflexão, uma reflexão de tal maneira profunda que resolvi pô-la sob o imponente título de Alfred de Vigny — «Servitude et Grandeur Militaire». Se não se aproveitar nada dela, pelo menos aproveita-se o título que, tem de concordar-se, é magnífico.

xxx

Da ditadura militar em questão, confesso que não me apercebi ainda. Isso preocupa-me, porque as ditaduras militares costumam ver-se bem, e de longe. (Conheço uruguaios, um chileno, um líbio, conheci dois gregos no tempo dos coronéis, enfim...). Tenho que aceitar o facto de que o director do «Tempo» tem conhecimentos e argúcia que estão muito acima dos meus (mas então quem será? o Vitor Alves de pistolas à cinta, óculos escuros como o Videla, mandando patriotas para as masmorras, ladeados por guarda-costas? o Eaneado por Melo Antunes? Aquele da aviação? Algum almirante? Tenho que estar mais atento, está visto).

xxx

Mas são as voltas que o Mundo dá (mesmo o mundo militar) que neste momento me fascinam.

É que conheci o eng. Azevedo Coutinho reduzido então à aborrecida mas tolerável situação em que, com mais 150 garbosos mancebos, serviamos ambos a Pátria como cadetes milicianos de Artilharia, em Queluz.

A guerra colonial não tinha ainda começado — os «satyagrahs» só nesses anos tinham feito a sua aparição, e eram mais motivo de curiosidade que o sinal do começo de um certo fim. A nossa guerra diária resumia-se a descobrir razões para fazer exames ou dispensas de recolher para ir para a ramboia, inventar maneiras tortuosas para escapar

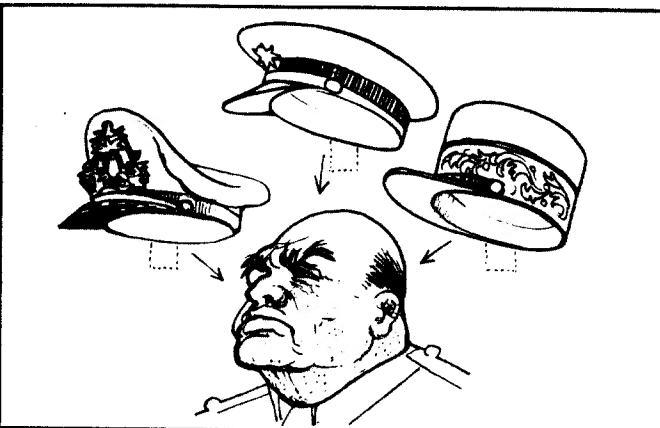
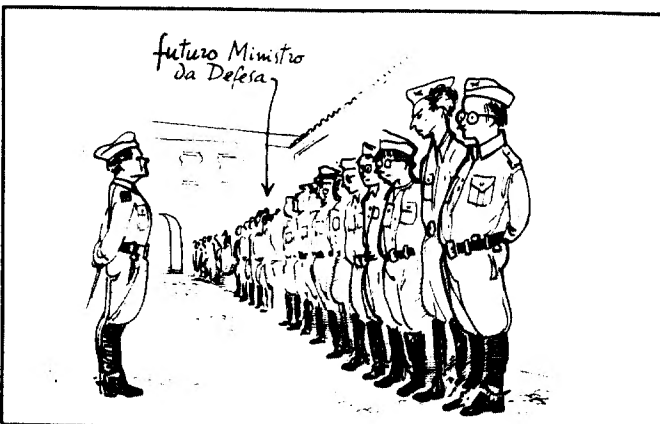
à chatice da instrução, etc. A virtude militar mais patente e mais exigida era o «atavio», e os melhores cadetes eram substancialmente os que conseguiram ter as botas altas mais brilhantes; e os mais aptos no uso judicioso do solarine nos metais da farda.

Tiros, marchas, exercícios cansativos e tudo isso, eram reduzidos ao mínimo — fizemos, de facto, pouco mais de 30 tiros de Mauser cada um, na Carregueira e chegou, que as balas eram caras. Com as peças fazia-se mentalmente «pan-pan-pan» nos exercícios, porque granadas era luxo de país rico, só serviam para a guerra (e nós estávamos em paz!).

Mas era uma tropa «de senhores». O «brain-power» conjunto quando os cadetes se reuniam na formatura era formidável: — tomados colectivamente, não haveria muito que ensinar-nos de novo quanto à História de Arte, Agronomia, Engenharia Química e Electrotecnia, Pecuária, Mecânica Racional e Celeste, Pintura e Decoração — mas quanto às artes da guerra, éramos um desastre. Uma paisagem irreconhecível, que fazia o desespero de uns oficiais do quadro permanente, dos quais, dois ou três vagamente fascitoides e limitados se constituíam castigadores e mentores.

Berravam, tomavam ares marciais, cuspiam ferro e fogo, mas para nós eram figuras patéticas e algo cómicas — guerreiros sem guerra, falções «avant la lettre», equipados com sucata sobrando da guerra de 39-45 que já não servia nem na Coreia, cheios de fome de «heróis» retumbantes e sem ter onde os satisfazer senão massacrando com castigos os inferiores. (Alguns deles vieram depois a justificar na guerra essa sede de heroísmo; de outros, porém, o mais misericordioso que se pode dizer é que não a justificaram...)

Ora, no meio de tudo isto, o eng. Azevedo Coutinho (que incidentalmente é portador de um nome ilustrado militarmente em África, noutra geração, e de que maneira! além de ser a perfeita versão portuguesa do gentleman britânico



que todos conhecem) estava perfeitamente como o peixe fora da água. No meio da grosseria caseira, da estupididade e dos berros da tropa de pouca qualidade que todos tínhamos que suportar, exprímia, como todos nós também, a mesma irreprimível, espontânea, azeda fúria de todos os tropas menores perante as prepotências dos tropas maiores, em todos os tempos:

— «Ah! se eu um dia mandasse nestes gajos!...»

Os mecanismos próprios da organização de todas as tropas do Mundo, em todos os tempos, fazem porém que isso não passe de um desejo incontido, mas nada mais que um desejo incontido, na prática.

Calcula-se portanto o meu requintado gozo ao ver o ex-cadete na Televisão, aceitando gravemente a continência de uns quantos generais sortidos e de um molho de coronéis e majores perante filas e filas de soldadesca:

— «Lembra-te, Luís, agora, lembra-te!...» pensei, para mim.

Mas fiquei com dúvidas de que ele se tenha lembrado... Mas mesmo que o Luís se lembrasse e quisesse, não chegaria a fazer nada de desagradável aos tropas (naquele sentido jocoso em que eu estava a pensar, claro...). Não poderia.

Não poderia porque na tropa (em todas as tropas!) há uma ambivalência e uma ambiguidade permanente: há

a «tropa», e há os tropas. Os tropas proclamam insistentemente certas virtudes — que na maioria não têm; e a «tropa» tem certas grandes virtudes, que usualmente tende a minimizar.

O militar, militarão tende a ver-se como o defensor de uma certa ideia de pátria, algo patrioteira, mas respeitável. Mas, de facto, o militarão, cuspidor de fogo e metralha, falcão com material de segunda ou emprestado por outros países defende, percebendo-o claramente ou não, algo que está para lá (se não mesmo) à margem, ou com desprezo) das pátrias.

A ideia nacional defende-se agora mais do que nunca, defendendo a **identidade cultural** nacional, e para isso não são precisos bombardeiros estrangeiros na nossa terra — são precisos livros, professores, homens de ciência, artistas, pensadores. A tropa, disso, infelizmente gasta pouco. Não o perceber é, para ela, uma real «servidão».

xxx

Mas por outro lado, o âmbito militar é uma inegável escola de disciplina. A disciplina, mais do que uma das chamadas virtudes militares, é uma virtude de todo um povo, e não pode negar-se que a tropa é uma real «conservatória» de disciplina — ainda que por vezes a sua prática seja um pouco rude, um pouco analfabeta. Essa é uma real, ainda que às vezes incómoda, «grandeza».

Os tropas como efectivos detentores da violência pública e legal, tendem a ver-se como detentores da violência «legítima». De aí até à convicção de serem os **legitimadores** da violência vai um passo, e a arrogância que transparece dos tropas **em acto de detenção da violência** é característica — traduz-se até na simbólica e na mimica. Fardas, atitudes, vozes e ritmos manifestadores do poder potencialmente violento são semelhantes por todo o lado: de um generalzeco de uma República das bananas até um marechal cheio de galões vendo filas espessas de botas batendo na Praça Vermelha em passo de ganso, ou um general de verde seco olhando com olhos de água para maciças legiões verde seco na National Square, vai uma diferença de grau, não de natureza. Negá-lo por qualquer razão, seria inteira falta de vergonha.

Os capitãezecos da minha tropa, ao berrarem para uns cadetes paisanços, berravam «in mente» para uma impecável falange de cadetes de

West-Point, Saint-Cyr ou Aldershot.

Esta antipática faceta da tropa, que os próprios sentem e praticam como sendo reflexo da sua grandeza, é realmente outra «servidão».

O auge do ridículo atinge-se entre nós com a marcha de parada dos pára-quedistas, que é uma maravilha freudiana. A mal velada intenção de projectar a imagem de potência não já fálca mas testicular (reveladora sobretudo de potenciais e tristes recalculamentos...) aparece ao público mais como se fosse devida ao incómodo devido a dilatação local causada pela inflamação de um mal não mencionável, do que imponente coreografia militar. O símbolo e a mimica quando são intencionalmente usados, tem de o ser com muito cuidado, ou saem do avesso. Mas os «páras», coitados, parecem muito felizes com o espectáculo que dão...

xxx

Há, portanto, a «tropa» — a coisa militar em abstracto, o estado de serviço armado nacional; e há os «tropas» — a sua realização humana concreta; e esta, há que reconhecer que por vezes é fraca.

A Escola de Guerra tem cultivado a ideia curiosa de que os seus produtos são os legítimos herdeiros dos homens dos Atoleiros e de Aljubarrota, inculcando neles essa ideia.

Não o são, assim como os marinheiros herdeiros dos descobertas são os pescadores e não os diplomatas pela Escola da Marinha. Isso seria outra história a debater...

Mas conheci e conheço «tropas» notáveis, homens de elevada estatura moral e intelectual, a quem devo até muitos ensinamentos, e que da tropa-«tropa» faziam e inculcavam aos cadetes e oficiais jovens a ideia de que era a **última possibilidade** de educação cívica para massas inteiras de rapazes analfabetos e toscos; que era uma importante escola de treino para a disponibilidade e vontade de lutar, quando e onde preciso, por um ideal; que era uma certa maneira de compreender as técnicas em acção no Mundo actual; que era para nós um certo momento de reflectir sobre os problemas da responsabilidade, à entrada do mundo adulto e hierarquizado.

Esses tropas não eram particularmente bem vistos pela maioria — talvez esta pensasse que por parte deles isso era uma «servidão» — mas realmente, era uma «grandeza» militar.

J. P. Martins Barata

João Maria

Varela Gomes



a paladra com...

Houve fogo no Gerês

Estive passando uns dias de Agosto, nas Caldas do Gerês, no cavado do vale, entre serranias. Do redor, das alturas, vinham as nuvens de fumo, o cheiro a madeira queimada. À noite, o clarão dos incêndios recortava, a vermelho, as cumeadas.

Fogos pequenos, sem importância, esses dos dias 15 e 16, em Terras do Bourro, pensarão os leitores; pois deles nem sequer houve notícia. Mas não, não foi assim. Devastaram uma vasta área de floresta para os lados da Pedra Bela (200 hectares, ouvi dizer); no dia 16, as chamas desceram até à mata vizinha do Hotel do Parque. Milhares de hectares — na nossa terra, tudo o que sucede de bom, é milagre — o bombeiro divino decidiu intervir man-

dando chuva nessa noite. A plácida vida termal continuou.

Bastaram, porém, os dois dias da ronda de fogo para revelar o quadro social em que vivemos neste ano de 1981; ao que fomos conduzidos pelos Governos da burguesia desde o final de 1975.

Comentando os incêndios, aqui no Gerês, não encontrei ninguém que acreditasse — sequer por hipótese — na eficiência dos serviços estatais, ou locais. Em relação aos bombeiros ainda se ouve um comiserante «coitados». Mas o parecer geral quanto a torres de vigia, redes de alerta, patrulhas florestais, acessos, vias de corte e contrafogo, etc., é unânime: «Não há nada; ninguém se interessa; são todos uns incompetentes». Pior ainda: à boca cheia, a acusa-

ção de conluio com os incendiários: «É tudo uma negociação com os madeireiros. Eles importam-se lá que a serra arda toda.» (Eles, são os governantes da burguesia e os seus executivos). A indignação sobe ao rubro quando se lembra a utilidade dos helicópteros: «Isso é só para as festas e passeios. Eles querem lá saber do povo. Têm medo de chamuscar as fardas.» (Eles, é a Força Aérea e a rasteira demagogia do «apoio às populações»).

Passadas umas cinco horas da coluna de fumo ter sido avistada por toda a gente, toca o sino a rebate. Não aparece ninguém. «O pessoal anda desanimado. Depois, ou não há transporte, ou falta o motorista.» É sábado à noite.

A pequena discoteca rústica está a abarrotar. No campo ao ar livre joga-se futebol de salão. Passeia-se gravemente a digestão do jantar. As labaredas estão ali por cima, siliam o burgo, enquanto o ponta-esquerda da equipa encarnada dribla a defesa de camisola preta e se concentra para o remate à baliza. E eu penso nuns miúdos ruivos, lindos, que encontrei, em passeio, num casal da serra, ali para os lados do clarão. Vim-me embora de cabeça perdida.

Para terminar este quadro à portuguesa, entra na conversa o reacçãoário salazarista, da mesa ao lado, provável apoiador do ELP, em 1975. «São os cubanos.» Julgámos ter ouvido mal. «O que é que o senhor diz?» «A serra está cheia de cubanos. São eles

que pegam fogo ao mato.» Não, o homem não era doido. Olhava com ódio para um casal de campistas estrangeiros, o rapaz ostentando umas grandes barbas escuras.

●●●

O ano passado estive também na montanha. Na Bulgária. Uma montanha socialista. É verdade, as montanhas também são produto da política. Um pequeno helicóptero de vigilância florestal passava de três em três horas. Tac, tac, o som das pás deixava na atmosfera um rasto de tranquilidade. Mal se adivinhavam centenas de «bungalows», estâncias inteiras de repouso integradas na paisagem, escondidas debaixo da im-

nente floresta. Milhares de trabalhadores búlgaros, milhares de estrangeiros. Nem um ruído a perturbar a paz dos montes, nem restos de farneis, latas ou plásticos maculando o tapete de verdura. O respeito pelos outros, o respeito pela Natureza. A perder de vista, nem um cabeço escavado. Como aqueles que se avistam, aqui no Gerês, formando o rosário dos incêndios de anos sucessivos. Como por todo o Portugal.

Montanhas do meu País, havemos de novo, de vos cobrir de verde. Quando a exploração capitalista se tiver consumido nas fogueiras que vai ateando.

Gerês, 22 de Agosto de 1981.

Varela Gomes

tem a palavra o leitor

Emigrantes:
casa pronta,
regresso adiado

Nesta rua, a rua nova da vila, chamado 25 de Abril contra a vontade do actual presidente da Câmara, ouço as telhas baterem ao serem poisadas na armação de uma casa em construção. Os rapazes cantam, a máquina carrega mais pedras. Contra as resistências, a rua vai ficando completa, casas de ambos os lados, sobretudo de emigrantes, o bairro do Fundo de Fomento ao fundo, blocos curiosos, com traceiras transformadas em pequenas hortas onde ao fim da tarde, o pedreiro, o condutor e o trabalhador sem profissão certa fazem regos, plantam couves. Ainda e sempre a ligação à terra, camponeses falhados pela força das circunstâncias.

Francisco Manuel está à porta de casa, rodeado de um casal também de emigrantes. Pergunto-lhe as horas e ele, baixo, olhos vermelhos, já não consegue decifrar o relógio na torre da igreja. «Trabalho muitas vezes com luz artificial, em França». O casal visita Francisco Manuel; conhecidos lá fora, estreitam agora a amizade durante a tarde calma, bebendo e conversando à porta. Vamos ver a casa por dentro. Construída com a ajuda da mulher e das filhas, nas férias e na sua ausência, ainda não está completa. Falta o resguardo do terraço e os acabamentos. Mas serve já para viver, depois de anos de sofrimento, de dificuldades de que nem vale a pena falar. Francisco Manuel trabalhando aos dias de semana na pedreira e nas obras, se havia trabalho, e aos domingos feito engraxador; até ao meio da tarde atendia os clientes à porta do café, se estava bom tempo. Um dia abandonou os picos e a caixa, foi para França. Digo-lhe agora, quase em segredo, que fiz um poema sobre a fuga, nessa altura. Percorremos a cozinha, pequena por não ter colocado a parede à face da rua, diz. A mesa das refeições encostada, pronta a ocupar. As cortinas na janela. Na sala, louças bonitas no armário e o sofá onde ele se senta comodamente enquanto fala.

Muitos anos, décadas e décadas do percurso habitual foram engolidas nos anos de emigração. — «Emprestei o livro que me deste a um comunista da Beira, mas um comunista dos autênticos. E meu amigo». Não há nesta sua frase outras premissas que não sejam atenção e liberdade. Percorremos os dois quartos, o de casal e o das raparigas, duas filhas sólidas, inteligentes. Francisco Manuel, analfabeto,

tem biblioteca em casa pela mão delas. Olhamos os campos, o vazio cavado do Vale da Vilarça, os montes. Perdemos muito disto enquanto por lá andamos, mas outros recuperam, como donos de facto e de direito, e também terão novamente o sentido profundo das relações, a sua continuidade, a alegria sem cortes, prolongada. Alguém tinha de sofrer as consequências do espaço conquistado quando do salto. Eles não perdoam o terreno que lhes ocupámos. Estão longe, em férias, mas continuam atentos à derrota, procurando minar, recuperar o mundo perdido. Só que América, o pedreiro exímio, vem com a criança para a porta de casa e fica calmo, sorrindo para nós. Reencontramos as caras amigas dos anos de dificuldades, apenas mais velhas, resistentes. Adivinha-se outros conhecimentos, e sabedoria, nas rugas, no tom vermelho da pele, queimada ao sol violento da pedreira e das construções.

Não há silêncio na rua nova. As crianças aprendem a conhecer a terra batida, os buracos. Dois ou três carros estão parados, de emigrantes, e há mulheres à janela das casas mais amplas, onde os filhos dormem como nunca os pais dormiram. A sala dá para a filha mais nova correr à vontade, entretida. A avó vem até à porta, ao fim da tarde, procurando o tempo de conversa fácil sobre o calor e as doenças. Nas pequenas hortas os homens tratam a terra e as mulheres recolhem a roupa lavada. Para cima, estende-se o pinhal e depois as fragas suspensas lá no alto, quase ameaçadoras. Dois corvos ficam poisados numa amendoeira, a cem metros das traceiras. Francisco Manuel está contente com a casa; oferece de beber e ainda ficamos na brincadeira, que tem uma conhecida carga de angústia, daquela ausência.

O tempo é outro, para nós. Rasgados os horizontes tantas vezes às cegas, procuramos agora conhecê-los profundamente. As crianças brincam na terra seca. Os adultos nem olham o passado, nem precisam de o recordar. Torna-se necessário continuar a abrir a estrada onde mais tarde, muito depois, não haverá situações de desespero.

A casa de Francisco Manuel está pronta. O regresso, não se sabe quando será. Não há empregos; alguém travou o futuro, por enquanto.

António Modesto Navarro

Uma exposição diferente na vila

“Um olhar sobre o Barreiro”
para ver até ao fim do mês

«Um olhar sobre o Barreiro» é o tema genérico de uma exposição que está patente ao público até final do mês na Rua Eusébio Leão, n.º 20, na vila operária.

«Um olhar sobre o Barreiro» é uma iniciativa de Augusto Valegas e Augusto Cabrita e teve como origem a «necessidade de fazer um estudo sobre a vida da gente barreirense, nomeadamente nos aspectos ligados à habitação, emprego e lazer», como disseram ao «DL» os seus responsáveis.

A exposição que engloba diversos materiais que foram recolhidos ao longo de muitos meses e em diversos locais, consta fundamentalmente de monografias, recortes de jornais e fotos — umas dos fins do século XIX e

principalmente do sec. XX e outras actuais, através das quais se pode fazer uma comparação entre o que era o Barreiro antigo e o que é o Barreiro dos nossos dias.

«Um olhar sobre o Barreiro» está patente ao público todos os dias à tarde e à noite. A iniciativa foi bem aceite pelo povo da vila operária e a recolha de material continua, uma vez que há muita coisa inédita que numerosos barreirense tinham em seu poder e agora, perante a exposição, fazem chegar a Augusto Valegas e Augusto Cabrita. Estes já decidiram reabrir a exposição em Outubro, então enriquecida com todo o novo material que têm vindo a recolher.

Cinquenta mil hectares de floresta destruídos e um prejuízo estimado em 600 milhões de escudos parecem não impressionar sobremaneira o poder político, profundamente empenhado na resolução de uma «crise» política que a opinião pública já praticamente desistiu de compreender.

Os agricultores da Zona Centro têm sido as grandes vítimas desta fúria destruidora que não poupa nada, nem ninguém. Só em Arganil, já arderam 8500 hectares de mata, seguindo-se o concelho de Mortágua (8000 hectares), Pampilhosa da Serra (6700), Miranda do Corvo (2000) e Poiões (1200).

Apenas o ano de 1975 superou estes «recordes». Nesse período arderam 82 086 hectares de florestas em todo o País. A «culpa» era dos comunistas, que procuravam empurrar o País para o caos.

E agora, quem são os responsáveis?

São conhecidas as causas naturais que favorecem o aparecimento de focos de incêndio que rapidamente alastram: as elevadas temperaturas registadas, a secura do ar, a estiagem que seca plantas e solos.

O arcaísmo do material que os nossos bombeiros utilizam constitui, só por si, um factor determinante de ineficácia no combate a incêndios. Os problemas surgidos esta época têm suscitado já significativas movimentações de diversas corporações, que caminham para uma coordenação das suas políticas reivindicativas, em matéria de apoios, subsídios, facilidades de financiamento e apetrechamento de material moderno, como damos conta noutro local desta edição.

As causas humanas, porém, continuam a fazer correr muita tinta. Multiplicam-se as acusações de premeditação criminosa no ateamento de incêndios, em que madeireiros, indústrias de calulose, sociedades urbanizadoras e até agitadores políticos com fins inconfessáveis se sucedem no «banco dos réus».

De concreto, pouco se tem conseguido apurar.

A Polícia Judiciária criou há um ano uma secção de fogo posto, mas as dificuldades de investigação são enormes: não existem estatísticas rigorosas que possam dar uma ideia das causas dos incêndios e, por outro lado, o fogo posto é um crime de difícil prova, sustentam os responsáveis daquela secção.

Alguns incendiários apanhados em flagrante delito ou no termo de aturadas investigações, não permitiram levantar até à data uma ponta da cortina

de silêncio (ou de mistério) que tem caracterizado a destruição da nossa floresta.

Pondo de parte as causas profundas que estão na raiz desta hecatombe ecológica, importa salientar a passividade com que o Governo e outras instâncias de decisão política e técnica têm encarado a situação.

Com efeito, nada foi praticamente feito até agora para pôr em marcha as medidas adequadas à prevenção futura destas situações, já que pouco poderá ser feito para evitar maiores prejuízos este ano.

E para o ano, voltamos a assistir impotentes à destruição do que (ainda) resta da nossa floresta? E quem compensa os mais prejudicados?

Dos prejuízos ecológicos não parece ser necessário falar longamente: erosão dos solos, esgotamento das reservas de água armazenadas no subsolo, fauna atingida, risco de pragas e doenças possíveis nas árvores.

O repovoamento nas zonas queimadas, por seu turno, é difícil e sujeito a opções que poderão não ter devidamente em conta as necessidades ecológicas, mas obedecer a critérios de rentabilidade ou de interesse económico estrito. A escolha entre a reforestação pelo pinheiro ou pelo eucalipto, é apenas um exemplo dessa questão.

Soube-se recentemente que o Banco Mundial vai patrocinar um plano de florestação de 150 mil hectares em cinco anos, o que constitui praticamente a área que os fogos consomem no mesmo período. Será que ainda não «existe» em Portugal essa área para o Banco Mundial plantar árvores?

Carlos Pessoa

Reivindicações
de bombeiros
da Beira Baixa

Comandos das corporações de bombeiros da zona de Pinhel, reunidos de emergência em consequência dos incêndios que têm vindo a destruir grande parte do sul do distrito de Castelo Branco, aprovaram uma série de reivindicações a apresentar ao poder central.

Os bombeiros de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila do Rei solicitam a colocação naquele distrito de «um ou dois helicópteros de vigilância», «apoio militar para guardar as zonas já extintas pelos bombeiros», «auxílio financeiro imediato para repor em ordem o material inutilizado e saturado» e ainda para fazer face «às despesas extraordinárias e excessivas, nomeadamente com a alimentação e combustível».

«A actuação rápida das forças policiais nas averiguações das

causas dos fogos» foi também reivindicada pelos bombeiros da região da Beira Baixa.

Na mesma ocasião, as corporações de bombeiros afirmam que «há a certeza de que uma grande percentagem dos incêndios é de origem criminosa».

Reafirmando a sua disposição de «continuar a combater as chamas», sustentam os bombeiros que não pode continuar a verificar-se «um inaceitável e total desinteresse dos responsáveis deste País pela situação presente».

As cinco corporações reunidas de emergência manifestaram o seu receio de que «não sendo satisfeitas aquelas reivindicações urgentemente», a «saturação atinja os bombeiros, civis, tropas e demais combatentes que lutam contra o fogo, o que pode vir a resultar num cruzar de braços, e daí as consequências imprevisíveis que poderão surgir».

«Calamidade pública»
na Sertã

A Câmara da Sertã por seu turno deliberou exigir dos órgãos de soberania medidas imediatas para a resolução dos graves problemas decorrentes dos incêndios que têm devastado a região.

A edilidade da Sertã, reunida extraordinariamente para apreciar a situação, pretende, nomeadamente, que a zona seja considerada em situação de calamidade pública, e solicita a visita à região, do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

A Câmara da Sertã exige também que «sejam cumpridas, integralmente, as decisões tomadas no Conselho de Ministros de 31 de Julho», nomeadamente, a «cooperação efectiva da Força Aérea e severas punições para os criminosos autores dos fogos», assim como o destacamento de elementos da Polícia Judiciária para a região.

Incêndios:
ponto da situação

Um incêndio de grandes proporções lavrava na madrugada de hoje nas matas próximas da freguesia de Vale de Amoreira, no concelho da Guarda.

O fogo, que desde há três dias destrói a região, queimou já dezenas de hectares de matas, pinhais e soutos, desconhecendo-se no entanto as suas origens.

O sinistro é combatido pelos bombeiros voluntários da Guarda e Manteigas, auxiliados pelos Serviços Florestais e por populares.

Entretanto, incêndios de fraca

intensidade foram detectados ao fim da tarde de ontem em vários concelhos da região Centro.

Ao fim da noite, porém, apenas dois continuavam ainda por dominar: um no concelho da Sertã e outro no de Tábua.

Enquanto isto, em Carregal do Sal (Viseu), na zona onde há quatro dias se têm registado sucessivos incêndios, o fogo reacendeu-se na floresta por cinco vezes consecutivas durante as últimas 24 horas.

Um incêndio provocado pela combustão de produtos inflamáveis destruiu ontem, em Aveiro, a secção de acabamentos de uma fábrica de móveis.

Os prejuízos, avaliados em dois milhões de escudos, não estão cobertos pelo seguro.

O sector destruído empregava quatro operários especializados e vários serventes.

«Arsenal» descoberto
com incendiário

Dez baldes de gasolina e seis quilos de pólvora constituíam o arsenal com que um indivíduo, mais tarde identificado como sendo Alberto da Silva Santos, carvoeiro, de 55 anos de idade, pretendia atear fogo a uma casa velha, com motivações por agora ainda desconhecidas. Este insólito acontecimento registou-se no lugar do Carvão, nos arredores da Lourosa (Vila da Feira).

Entretanto, em Pedrógão Grande, na zona de Atalaia, os bombeiros que vigiavam a floresta onde por duas vezes se reacendeu ontem um incêndio, foi descoberto um indivíduo, que elementos da corporação daquela localidade suspeitam ser um incendiário, não tendo porém, conseguido capturá-lo.

Guincho já não arde

Os bombeiros que procediam ainda ao fim da tarde de ontem a diversas operações de rescaldo nas matas entre o Guincho e Malveira da Serra, no concelho de Cascais, regressaram já aos respectivos quartéis, segundo pudemos apurar esta manhã junto da corporação de Cascais.

Como se sabe, os prejuízos causados pelo incêndio são incalculáveis, enquanto parece não haver dúvidas quanto à origem criminosa do sinistro, que pôs em perigo o parque de campismo do Guincho e as vidas das centenas de pessoas que ali se encontravam na altura.

De origem criminosa parece ter sido também o incêndio declarado no passado sábado na zona florestal de Boticas (Vila Real), segundo declarou à ANOP um informador dos Serviços Florestais locais.

Décimo segundo ano
tem segunda época
em Setembro

os alunos se inscreveram para exame na primeira época.

A título excepcional, os alunos que na época de Junho-Julho não se inscreveram em todas as disciplinas do curso poderão inscrever-se para exame em Setembro em disciplinas em que não efectuaram a inscrição na primeira época e que sejam necessárias para a conclusão do curso.

Aos alunos internos é permitida a inscrição para exame de

disciplina em que não obtiveram aproveitamento ou foram excluídos por faltas.

O despacho que especifica as condições a que devem obedecer os exames do décimo segundo ano na época de Setembro determina também nomeadamente, que os alunos da via profissionalizante poderão ser admitidos a exames, em Setembro, a três disciplinas, independentemente da conclusão do curso.

Ainda relativamente à via profissionalizante, os alunos só poderão repetir um exame para melhoria de classificação, prevalecendo a classificação mais elevada.

O prazo de inscrição para os exames em Setembro, do ano décimo segundo decorre de 28 de Agosto a 4 de Setembro, excepto para os alunos que tenham interposto recurso de qualquer exame efectuado em Junho/Julho.

Sob a ameaça de requisição civil

Trabalhadores dos CTT iniciam amanhã

uma semana de greves distritais

Em resposta às afirmações proferidas ontem no Porto, em conferência de Imprensa, por um membro do conselho de administração dos CTT, a Federação Nacional das Comunicações e Telecomunicações emitiu um comunicado em que desafia os ministros ou a administração para um debate público na televisão «de modo a que a população fique completamente esclarecida do porquê da luta dos trabalhadores» daquela empresa pública.

Henrique Constantino, da administração dos CTT afirmou que as greves até agora registadas «nada têm a ver com os interesses dos trabalhadores, tratando-se de conflitos políticos».

Sobre este ponto, a Federação afirma que «objectivos de ordem não laboral só os podem ter aqueles que se alheiam aos interesses dos trabalhadores da empresa e do País como acontece com o Governo e com a administração». E acrescenta que «da

parte sindical o conflito acabará logo que seja dado o dinheiro que falta aos trabalhadores».

Os trabalhadores dos CTT, entretanto, iniciam amanhã uma paralisação regional que afectará todos os distritos, durante uma semana, seguindo-se-lhe uma greve nacional de dois dias.

Segundo a FCT, os trabalhadores lutam pela revisão do acordo colectivo de trabalho (ACT) dos CTT, que reponha o poder de compra perdido ao longo de 16 meses de vigência do actual acordo.

No documento citado, a Federação reafirma que «os trabalhadores dos CTT não desistiram de conseguir aquilo que lhes pertence e que não admitirão qualquer solução administrativa».

Governo pronuncia-se

O Governo considera que estão esgotados os meios normais para alcançar um

acordo que abranja todos os trabalhadores dos Correios — afirma-se num comunicado conjunto dos Ministérios dos Transportes e do Trabalho.

A nota governamental alude à requisição civil dos trabalhadores ao referir que «a persistência das tentativas de desestabilização» o obrigará a usar os meios que a lei lhe faculta para garantir a prestação integral daquele serviço público.

O comunicado, assinado pelos ministros Viana Baptista e Nascimento Rodrigues, foi distribuído na mesma altura em que decorria no Ministério do Trabalho uma reunião de tentativa de conciliação entre a administração dos CTT e a Federação das Comunicações e Telecomunicações (FCT).

A administração dos CTT tinha entretanto distribuído um comunicado anunciando a realização da reunião e afirmando esperar que nela fossem apresentadas novas propostas que permitissem ultrapassar o conflito.

Oitavo Governo está condenado ao fracasso

— afirma a CGTP

Um porta-voz da CGTP/IN, citado pela ANOP, declarou ontem que a indignação de Pinto Balsemão de novo para Primeiro-Ministro tem «o sabor de uma brincadeira de mau gosto».

Aquela central sindical considera que depois da derrota do general Soares Carneiro nas eleições para a Presidência da República, «deixou de existir qualquer viabilidade para o projecto restauracionista da AD e qualquer Governo que o tente pôr em prática será sempre um Governo condenado ao fracasso, pois tem contra ele as forças do trabalho e do futuro».

O porta-voz sindical acrescentou que «Pinto Balsemão se demitiu e fez cair o Sétimo Governo em consequência do desfazimento e da incoerência da política global da AD».

A CGTP afirmou ainda que «a política da AD é incapaz de se adaptar às regras democráticas do Portugal de Abril e de resolver os problemas do País, é uma política alérgica aos interesses dos trabalhadores e do povo português».

Desconvocada a greve nas Águas de Pizões

Os trabalhadores da empresa de Águas de Pizões-Moura decidiram desconvocar a greve de três dias, que deveria ter tido início ontem, por a administração ter aceite as suas reivindicações.

O Sindicato da Indústria de Bebidas refere em comunicado terem sido concedidos, um aumento salarial de 1500 escudos a cada trabalhador, subsídio de alimentação e complemento do subsídio de doença, além de garantias quanto à revisão da matéria acordada.

As dificuldades na negociação que precederam este acordo motivaram uma greve no dia 11 do corrente que, segundo o sindicato, teve uma adesão de 90 por cento.

Federação dos Metalúrgicos repudia calúnias contra o Movimento Sindical

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia e Metalomecânica e Minas de Portugal, relativamente à realização do I Congresso do Sindicato (paralelo) das Indústrias Extrativas, emitiu um comunicado em que repudia as calúnias e tentativas de ofender a CGTP e o Movimento Sindical Unitário.

O documento refere-se concretamente às afirmações de um convidado estrangeiro àquele congresso que, em entrevista concedida ao jornal «Acção Socialista» «ofende as mais elementares normas da ética» ao «caluniar» aquela central sindical.

Referindo-se ainda às «mentiras e calúnias» o comunicado diz que a «linguagem da reacção é igual e não tem fronteiras» e acrescenta que, no entanto, «a esmagadora maioria dos trabalhadores do sector conhece soberbamente quem defende a luta a seu lado, pe... direitos e garan-

tias fundamentais, e não ignora aqueles que os abandonam e traem a qualquer momento».

O comunicado da Federação dos Metalúrgicos diz ainda nomeadamente o seguinte:

Os mentores (dessas calúnias) são por demais conhecidos como capituladores frente ao patronato, aquando de negociações contratuais em anos ainda frescos na nossa memória.

Na altura consideravam os seus amigos da Federação dos Escritórios como os «aliados naturais» dos trabalhadores mineiros.

Advogam-se como arautos da defesa de justas e antigas reivindicações dos mineiros em relação à segurança social e higiene e segurança no trabalho, mas na verdade o que esta gente fez foi copiar aquelas reivindicações expressas nas conclusões do I Encontro Nacional dos Trabalhadores Mineiros realizado em Valongo a 13 e 14 de Setembro de 1980.

Congresso da Função Pública

O I congresso dos Trabalhadores da Função Pública, cuja realização foi decidida em reunião plenária da Federação Nacional dos Sindicatos do sector, decorrerá nos dias 11 e 12 do próximo mês de Dezembro.

O congresso tem como objectivos fundamentais o reforço da unidade e organização sindical do sector; a consolidação dos direitos constitucionais dos trabalhadores, designadamente o direito à negociação colectiva; a maior intervenção dos sindicatos na transformação da Administração Pública, para servir os interesses dos trabalhadores e da população em geral e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos TFP's.

Sindicatos do Porto contra aumentos dos transportes

A União dos Sindicatos do Porto (USP) e os sindicatos do Porto iniciaram hoje uma «semana de protesto» contra os aumentos dos transportes públicos previstos para 1 de Setembro, segundo anunciou a USP.

Em conferência de Imprensa, um dirigente da USP disse que «a semana de luta tem como objectivos exigir a revogação dos aumentos e denunciar a gestão incompetente dos transportes públicos, em particular dos

STCP, contrária aos interesses da população».

Uma comissão de luta entrega hoje um protesto formal ao governador civil e aos órgãos autárquicos do distrito do Porto e um apelo aos deputados municipais para que se solidarizem contra os aumentos dos transportes.

Um abaixo-assinado será também entregue ao Primeiro-Ministro e à Assem-

bleia da República depois da recolha de assinaturas junto da população, além da distribuição de tarjetas e comunicados no dia 1, junto de empresas e paragens de transportes públicos.

A «semana de protesto» é apoiada pelo Movimento Unitário de Reformados Pensionistas e Idosos (MURPI), a Associação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, comissões de trabalhadores e associações de moradores do distrito do Porto.



CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL

A VERDADE SOBRE O CONFLITO NOS CTT

INUTILIDADE DO PROCESSO GREVISTA

Fracassadas as várias tentativas de greve nos CTT, os dirigentes da FCT persistem em propor a continuação de um processo grevista INÚTIL E CONTRÁRIO AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES:

— INÚTIL, porque as propostas de aumento geral de 22% e 50% no subsídio de refeição (150\$000), foram definidas pelo CA em função dos limites máximos consentidos pela política de preços e rendimentos e controlo de inflação, representando no actual contexto económico e social do País, uma melhoria real das remunerações e do poder de compra dos trabalhadores;

— CONTRÁRIO AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES, como o comprova a não adesão ao processo grevista e o total isolamento da FCT.

Tendo começado com 34% na greve geral de 27 e 28 de Julho, a adesão baixou para 15% na greve rotativa e em cadeia realizada entre 6 e 11 de Agosto e não ultrapassou os 25% na greve geral de 12 a 14 de Agosto.

Também a recusa à prestação de trabalho extraordinário e à condução por acumulação tem vindo a decrescer substancialmente, sendo já insignificante na generalidade dos Sectores da Empresa.

Por outro lado, das 11 associações sindicais envolvidas no processo negocial, já 9 assinaram o Acordo Salarial, faltando apenas os 2 sindicatos integradores da FCT.

A INTRANSIGÊNCIA NEGOCIAL DA FCT

Desde o início do processo negocial, a FCT vem assumindo posições contrárias à rápida conclusão do Acordo e nunca abandonou a sua intransigência negocial, progressivamente radicalizada e invalidando o processo negocial.

Inicialmente, recusou-se a reconhecer legitimidade negocial a uma outra associação sindical, o que determinou a passagem das negociações à fase de conciliação sob a égide do Ministério do Trabalho.

Posteriormente, após ter acordado nos TLP o aumento geral de 22%, e não obstante ter sempre defendido desde o início do processo negocial iguais percentagens de aumento para as 21 empresas, passou a reivindicar 24,5% nos CTT.

Mais recentemente, ainda, na última reunião de conciliação em 17/8 veio reivindicar um aumento de 25%, disfarçando sob a forma de um pretendo prémio de assiduidade, uma verdadeira tabela complementar que representava um acréscimo de 3% sobre os 22% já aceites pelo CA.

NAO ADESÃO DOS TRABALHADORES — SITUAÇÃO DO SERVIÇO

Esta actuação da FCT, ao invalidar sistemática e intencionalmente as possibilidades de entendimento, visa a prossecução de objectivos associados a lutas sindicais, com desrespeito absoluto pelo público utente.

A não adesão da esmagadora maioria dos trabalhadores ao processo grevista, revela, porém, a consciencialização destes perante os reais objectivos da FCT, cuja natureza não laboral é evidente.

— Por isso, para não prejudicar ainda mais os trabalhadores, o CA pagou em Agosto os novos vencimentos e subsídios;

— Por isso, também, foi possível manter sempre a operacionalidade global dos serviços, contrariamente às afirmações intencionalmente alarmistas da FCT, processando-se rápida e eficazmente a recuperação dos que foram afectados. Com efeito:

- a expedição de telegramas ficou normalizada logo em 17/8;
- a expedição de vales de pensionistas da Previdência está regularizada desde ontem;
- a correspondência internacional entrada no País não sofre qualquer atraso, apenas se registando uma acumulação na correspondência de saída, da ordem dos 700 000 objectos, que será rapidamente regularizada;
- o número de avarias telefónicas está já de acordo com os índices normais para a época do ano;
- o reforço da capacidade e dos meios técnicos, bem como formas de tratamento prioritário e selectivo introduzidas, permitirão escoar até ao fim da semana a correspondência acumulada na Central de Correios de Lisboa, neste momento da ordem dos 5 800 000 objectos postais.

— Por isso, finalmente, os dirigentes da FCT ao proporem a continuação do processo grevista asseguram um novo fracasso.

**OS TRABALHADORES NÃO QUEREM SER MAIS PREJUDICADOS
OS TRABALHADORES QUEREM DEFENDER A SUA EMPRESA DESTA OBSTINADA E IRRESPONSÁVEL TENTATIVA
DE A DESORGANIZAR
OS TRABALHADORES QUEREM TRABALHAR
OS TRABALHADORES QUEREM SERVIR O PÚBLICO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

de ontem para hoje

Três mortos foram ontem intimados em edital do Município de Lisboa a retirar os veículos que abandonaram na via pública, na alternativa de os carros serem vendidos em hasta pública. Manuel Máximo Pratas, António da Conceição e Urbano Rato, que o próprio edital ontem publicado no «Diário Municipal» reconhece terem falecido, são ainda considerados «responsáveis pelo pagamento dos encargos legais estabelecidos». Pedro Feist, presidente-substituto em exercício da CML, concedeu aos falecidos e a 19 outros «prevaricadores» um prazo de 90 dias para solucionarem a situação.

Falsificação de documentos de automóveis: ampla amnistia para retornados e emigrantes.

O «Diário da República» publicou ontem a lei aprovada em 30 de Junho pela Assembleia da República que amnistia os crimes de falsificação de documentos de automóveis, praticados por desalojados ou emigrantes. Entre os vários delitos agora amnistiados, passíveis de penas de prisão maior de dois a oito anos, destacam-se os referentes a falsificação de documentos de veículos importados ilegalmente das ex-colónias. A referida amnistia só é aplicável até ao máximo de importação ilegal, de três veículos por indivíduos, e apenas abrange os automóveis entrados em Portugal até fim de Dezembro de 1979. Uma fonte judicial declarou, entretanto, que a amnistia permitirá retirar dos Juizes de Instrução Criminal «muitas centenas» de processos provocados pela descolonização.

Dificuldades de abastecimento: tabaco falta no mercado

O abastecimento de tabaco no mercado nacional está a faltar pontualmente em algumas zonas do País. Segundo referiu ontem um informador da Tabaqueira a falta de algumas marcas de tabaco no mercado, nomeadamente o «SG» (filtro e ventil), deve-se à recente greve dos Correios, que atrasou a entrega aos retalhistas, à transferência de fumadoiros para outras marcas de preços inferiores e às migrações internas que se registam nesta época do ano. A mesma fonte indicou serem falsas as acusações de total falta de tabaco no mercado, reconhecendo por outro lado que a situação presente se pode ficar a dever a previsões erradas de consumo tanto por parte dos retalhistas como da tabaqueira.

Na ausência dos pais: dois irmãos carbonizados em Poiães

Num incêndio manifestado na sua casa, em Poiães (Régua), morreram carbonizadas as irmãs Soledade Pires de Carvalho, de 9 anos, e Maria Genoveva, de 9 meses, filhas de João Ezequiel Carvalho Rebelo. Os pais haviam saído pouco antes para o trabalho.

Em Aljustrel: biblioteca inaugurada na Casa do Povo

A Biblioteca Municipal de Aljustrel, no distrito de Beja, entrou ontem em funcionamento nas instalações da Casa do Povo local. A criação da biblioteca, que fica a dever-se a uma Comissão Instaladora formada para o efeito e a alguns colaboradores, vem — segundo os seus promotores — colmatar uma lacuna

existente naquela vila baixo-alentejana.

Barragem da Aguireira: grupo gerador inaugurado em Setembro

O primeiro grupo gerador de energia eléctrica da Barragem da Aguireira deverá entrar em funcionamento com ligação à rede nacional nos próximos dias 9 ou 10 de Setembro, revelou ontem um técnico daquele empreendimento localizado perto de Coimbra. O mesmo informador adiantou que os restantes dois grupos que integram a Barragem deverão ser ligados em Dezembro deste ano e em Fevereiro de 1982, respectivamente. Em pleno funcionamento, a produção do complexo Aguireira/Raiva representará cerca de oito por cento do total de energia hidroeléctrica actualmente produzida em Portugal.

Táxi contra ambulância: jovem carpinteiro vitimado no Rossio

Uma ambulância dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Pastora chocou ontem à tarde com um táxi na Rua da Prata, provocando um engarrafamento na Baixa lisboeta durante vinte minutos. Um ferido (Maximino Fernando Azevedo, de 16 anos, carpinteiro, natural dos Açores) que a ambulância transportava chegou já morto ao Hospital de S. José, desconhecendo-se, por enquanto, se foi vítima do embate ou do desastre de motorizada, que sofrera junto ao Estádio Nacional. O taxista saiu ileso, ao passo que os dois zombeiros ficaram com escoriações ligeiras.

Em Castanheira do Ribatejo: festa para crianças com Barata Moura

Castanheira do Ribatejo estará em festa de sábado a terça-feira por iniciativa da Associação de Promoção Social. Esta acção da Direcção da instituição visa recolher fundos que permitam continuar a notável obra de assistência pré-infantil e infantil destinada aos homens de amanhã — que o mesmo é dizer: às crianças que hoje frequentam a Associação de Promoção Social da Castanheira do Ribatejo, a trinta quilómetros de Lisboa. Carlos do Carmo, que actuará 2.ª-feira, e José Barata Moura (do dia seguinte) são dois dos artistas convidados, além dos conjuntos «Pizolizo» e «Savane» (aquele a abrir os festejos, já no sábado), ambos de Vila Franca de Xira. No domingo, noite de folclore, a partir das 22 horas, com os ranchos da «Casa do Povo» de Almeirim, «Avieiros» de Vila Franca e o agrupamento local. A grande iniciativa desse dia respeita, contudo, ao desfile de fogaças, a meio da tarde, que culminará com o seu leilão. As crianças terão diversas actividades infantis desde artes plásticas e a «tarde» com Barata Moura a teatro e fantoches.

Governo Civil suspende sorteios da «Luís Braille»

A questão dos prémios não levantados nos sorteios dos organismos de deficientes, concretamente a Liga de Cegos «João de Deus» e a Associação de Cegos «Luís Braille», está a suscitar «guerra» entre o governador civil de Lisboa e as instituições, estendendo-se a outras organizações similares, nomeadamente a Associação Portuguesa de Deficientes, que saiu a terreiro acusando o GC de «hipocrisia» e de pretender constituir uma «Comissão Distrital» para o Ano Internacional do Deficiente atrelando ao seu carro publicitário aquelas associações.

Os prémios não levantados reverterem, segundo a lei, para uma entidade assistencial que não organize sorteios, a designar pelo governador civil. Essa disposição legal, contudo, não tem sido cumprida nos últimos seis anos, razão por que, em ofício emitido ontem, o Governo

Civil de Lisboa determinava que a Associação Luís Braille não seria recebida sem dar execução às reversões em atraso. Significa isto que, enquanto não fizer as reversões em atraso, não voltará a realizar nenhum sorteio. A direcção da Associação já adiantou estar disposta a pagar o valor dos prémios não reclamados depois do 25 de Abril, com a condição de o fazer através de prestações — modalidade essa a estabelecer em acordo.

Esse tipo de negociação parece hoje fora de causa, segundo a ANOP. Enquanto não for estabelecido, contudo, a Associação «Luís Braille» terá de esperar, não podendo realizar mais sorteios. Para alguns deles pediu já autorização, mas sem resposta — dizem os seus dirigentes. O governador civil, Neiva Correia, é peremptório: à associação em causa compete cumprir as condições a que se obrigou ao efectuar os sorteios, nos termos das

autorizações que recebeu.

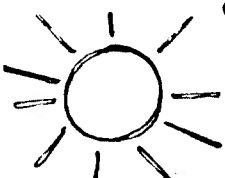
O Governo Civil de Lisboa tem lembrado à «Luís Braille», em autorizações concedidas tanto em 1975 como nos anos subsequentes, até 1978, que os prémios não levantados devem reverter para outras entidades a designar por aquele. A associação alega, por outro lado, que em 1975 escrevera ao GC de Lisboa «pedindo que os prémios não levantados revertissem a favor da instituição, tal como acontece com a Santa Casa da Misericórdia».

O valor desde então acumulado, hoje na ordem dos 14 mil contos, destinara-se a melhoramentos na sede, até porque a Associação não tem qualquer financiamento estatal. Em seu apoio veio a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos dos Deficientes acusar o Governo Civil de querer o dinheiro dos cegos, ao que Neiva Correia respondeu imputando

má-fé àquele organismo, lembrando do mesmo passo que a condição de reversão de prémios por levantar «foi sempre reiterada de forma clara e explícita em relação a cada concurso». Para a «Coordenadora» Nacional o Ano Internacional do Deficiente deve ser assinalado pela declaração de nulidade e de nenhum efeito quanto às disposições legais «manifestamente injustas para os deficientes e as suas organizações», protesto, aliás, igualmente subscrito pela APD.

Mas o governador civil de Lisboa mantém a sua decisão: o seu órgão exige o respeito pelas leis e compromissos e reafirma a sua posição de não se deixar influenciar por «campanhas tendenciosas». Refere ainda que o facto de haver vários primeiros e segundos prémios de tais sorteios que não são levantados pode suscitar dúvidas.

CAIXA ECONÓMICA POSTAL O SEU DINHEIRO ESTÁ NO LOCAL DAS SUAS FÉRIAS!



Em mais de 1100 locais, espalhados pelo País, V. pode abrir uma conta da Caixa Económica Postal. Em qualquer dependência da Caixa Geral de Depósitos ou estação dos Correios do Continente. Para a maior facilidade na movimentação das suas economias.

Com um horário alargado. Porque, para além do horário da Caixa (igual ao dos Bancos — 8,30 às 12 e 13 às 14,30 horas), V. pode efectuar depósitos e levantamentos (estes até 5 000\$00 por dia), em qualquer estação dos Correios, das 9 às 18 horas, sem interrupção.



Não desperdice o tempo das suas férias com problemas de dinheiro. Abra uma conta da Caixa Económica Postal. O seu dinheiro cresce e está sempre à mão. Para movimentar no lugar onde estiver!



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Racistas e mercenários invadem Sul de Angola

Luanda adverte para o perigo de guerra

• Geral condenação da ofensiva sul-africana

O presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, denunciou hoje de madrugada novos «ataques militares e violações dos espaços terrestre e aéreo angolanos pelas forças militares racistas de Pretória».

O presidente chamou a atenção para a «concentração, na fronteira de Angola com a Namíbia, de mais de 45 mil soldados sul-africanos», enquanto mercenários e fantoches da UNITA, «cujo objectivo é o de ocupar parte do território soberano de Angola».

Em comunicados dirigidos ao actual presidente do Movimento dos Países Não-Alinhados, Fidel Castro e ao presidente da Organização da Unidade Africana, Arap Moi, chefe de Estado do Quênia, o presidente caracteriza a invasão do Sul de Angola como «uma provocação grave, que compromete seriamente a paz na região e a segurança internacional». Confirma também o ponto da situação militar constante do comunicado divulgado anteriormente e já referenciado pelo «DL», pelo Ministério angolano da Defesa, para concluir que «a situação se desenha grave e poderá provocar uma guerra de consequências imprevisíveis».

Lembrando que Angola «poderá ver-se forçada a recorrer ao que está previsto no Capítulo 51 da Carta da ONU, para a defesa da sua soberania e integridade territorial», o presidente José Eduardo dos Santos pede aos destinatários das suas mensagens que, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelos estatutos das organizações a que presidem, «encetem diligências para que se ponha termo aos sucessivos actos de agressão de que é vítima a RPA e a actual invasão de grande envergadura» contra o território angolano.

Em mensagem divulgada também hoje de manhã e na sequência da comunicação feita há dois dias pelo presidente angolano sobre o agravamento da situação militar no Sul do país, o vice-ministro e ministro em exercício dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, retoma o comunicado já referido do Ministério da Defesa, para transmitir ao secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, os dados da situação militar prevalecente até ao momento no Sul de Angola.

Na sua mensagem, Venâncio de Moura acrescenta que o representante permanente da RPA junto da ONU, Eliseo de Figueiredo «formalizará a apresentação de queixa contra a agressão sul-africana» no Conselho de Segurança daquela organização internacional e pede a Kurt Waldheim, seu secretário-geral, que «faça circular estas informações entre os países membros das Nações Unidas, como documento oficial».

Mobilização geral

Ontem à noite, o Ministério angolano da Defesa decretou a concentração, num prazo de 48 horas, de todos os militares angolanos nas unidades a que se

encontram ligados, devido à agressão sul-africana.

O coronel Pedro Tonho precisou, no seu último comunicado, que duas colunas motorizadas, uma das quais formada por 32 blindados e 82 carros de combate, entraram anteontem em Angola, progredindo até 150 quilómetros para lá da fronteira da RPA com a Namíbia.

Por outro, o movimento de libertação do povo desta antiga colónia alemã — a SWAPO — indica que grandes espaços de Angola estão ocupados pelas tropas racistas e pelos mercenários da UNITA, incluindo as localidades de Mulemba, Nehova, Ndova, Evale e Cahama. Mupa, Chana Caiolua, Mutako e Chitumba estariam igualmente ocupadas, enquanto Onjiva (Moçâmedes) foi bombardeada.

A SWAPO sublinha, entretanto, que continua a intervir dentro do território namibiano,



Vestígios de uma das muitas agressões das tropas racistas ao serviço do Governo de Pretória ao Sul de Angola

pelo que não faz sentido a desculpa de Pretória. Segundo os governantes racistas, as tropas a seu serviço apenas pretendem liquidar bases da SWAPO no território soberano de Angola. Os factos encarregam-se, como é notório, de desmentir o pretexto hipócrita invocado pelo país do «apartheid».

Num comunicado distribuído em Luanda, a SWAPO manifesta a sua solidariedade com o MPLA-PT, com as Forças Armadas, e com todo o povo de Angola.

A conviência

A conviência entre a actual Administração norte-americana e o regime racista de Pretória não poderá impedir a vitória da SWAPO, afirma a Organização da Unidade Africana em declaração distribuída por ocasião do Dia da Namíbia, que hoje se celebra.

O documento da OUA acrescenta que os Estados Unidos terão de escolher definitivamente entre os quatro milhões de «racistas brancos» da África do Sul e os 400 milhões de cidadãos da África independente. A OUA, diz o comunicado, confirma a sua adesão à Resolução das Nações Unidas sobre a Namíbia e não pode concordar com a proposta dos EUA sobre a realização de uma consulta constitucional antes das eleições no antigo Sudoeste Africano.

Por fim, a OUA apoia a «luta heróica» do povo namibiano, cujo «único representante é a SWAPO, dirigida por Sam Nujoma».

Muito «movimento aéreo» e algum silêncio

Um porta-voz militar sul-africano informou ontem em Windhoek, capital da Namíbia, que o aeroporto de Ondangwa foi fechado ao tráfego civil.

A declaração militar acrescentou que o aeroporto, situado a cerca de 50 quilómetros da fronteira angolana, poderá ser reaberto a voos civis talvez ainda hoje.

As razões apontadas para esta medida «temporária» prendem-se com a «intensidade do movimento aéreo», disse o já citado porta-voz que se recusou hoje a confirmar ou desmentir a acusação angolana de que tropas da África do Sul invadiram o Sul do País.

«A agência noticiosa e o Governo angolanos têm feito tantas alegações desta espécie que ninguém pode esperar que nós reajamos» — declarou o coronel

que o auxiliem a defender-se, e que alguns países estejam dispostos a auxiliá-lo. Isto está previsto na Carta das Nações Unidas, no Artigo 51 — disse o chanceler, segundo o qual o Brasil condena todas as formas de agressão e, em particular, o ataque armado ao território de outro país.

Interrogado sobre se considerava que as tropas estrangeiras actualmente estacionadas em Angola apenas lá se encontram temporariamente, Ramiro Saraiva Guerreiro afirmou que o Governo angolano tem dito repetidas vezes que dispensará todos os militares estrangeiros no dia em que a Namíbia se tornar independente.

Londres preocupa-se

O Ministério britânico dos Negócios Estrangeiros manifestou ontem preocupação sobre os anunciados ataques sul-africanos no Sul de Angola.

«Manifestamos repetidamente a nossa preocupação pela recente escalada dos combates no Sul de Angola e pelo emprego da violência por qualquer das partes interessadas como meio de solucionar os problemas na área» — afirmou o porta-voz do «Foreign Office», Malcolm Adams.

Acrescentou que o Governo não tinha confirmação das notícias oriundas de Londres.

O «Standard», de Londres, titulava hoje em grandes letras «África do Sul invade Angola».

Bona condena
O Partido Social-Democrata (SPD) alemão federal, o maior da coligação governamental, condenou a invasão sul-africana a Angola.

«A invasão de tropas sul-africanas a Angola poderá, pelo menos, afastar a ilusão de que a minoria branca que ainda governa o Sudoeste Africano está pronta a aceitar uma reconciliação voluntária das raças», afirma um comunicado do SPD.

O comunicado, assinado pelo especialista do partido em matéria de política externa, Georg Schlaga, afirma ainda que a invasão faz perigar os esforços da Alemanha Federal e de outras potências ocidentais que pretendem uma solução pacífica para a questão da Namíbia.

Acrescenta que o Governo alemão federal se deverá interrogar sobre se esta acção mostra ou não que a África do Sul não permitirá a transferência pacífica de poderes na Namíbia sem um forte aumento da pressão internacional.

Conselho das Igrejas acusa Reagan

O Comité Central do Conselho Mundial das Igrejas, reunido em Dresden (RDA), acusou a Administração Reagan de estreitar as suas relações com a República da África do Sul.

O comité, que está reunido desde o passado dia 17, elaborou uma declaração, acusando a África do Sul de persistir na «ocupação» da Namíbia, de perseguir os seus habitantes e de usar a região para «ataques a países estrangeiros».

A declaração apela para uma justa e pacífica solução para a Namíbia.

“Dia da Namíbia” celebra-se hoje

Todos os anos, em 26 de Agosto, o início da luta de libertação do povo da Namíbia pela sua autodeterminação e genuína independência, é assinalado não só pelas Nações Unidas como também pela comunidade internacional, como forma de alertar a opinião pública internacional para a ocupação ilegal daquele território pela África do Sul e para a obstinada recusa deste país em cumprir as resoluções da ONU sobre esta questão.

A data, que recorda o dia em que, no ano de 1966, o movimento de libertação da Namíbia iniciou a sua luta contra as forças de ocupação da África do Sul, é observada a nível das Nações Unidas com cerimónias evocativas e com a realização duma sessão solene do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia em que são lidas mensagens das mais altas e representativas figuras da organização mundial, nomeadamente do seu secretário-geral, Kurt Waldheim, dos presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança da ONU, do presidente da Comissão de Descolonização das Nações Unidas, do presidente em exercício do Conselho da Namíbia, dum representante do Comité Especial contra o Apartheid, do presidente do Comité sobre o Exercício dos Direitos Inalienáveis do Povo Palestino, do presidente do grupo dos países Não-Alinhados nas Nações Unidas, dum representante da

Organização de Unidade Africana (OUA), do observador permanente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), de presidentes de grupos regionais, do observador permanente dos Estados da Liga Árabe e do observador permanente da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Por esta ocasião o Conselho da Namíbia convida os Governos e organizações dos países membros a manifestarem a sua solidariedade ao povo da Namíbia, na sua luta pela liberdade e independência.

A nível nacional, os Estados membros da ONU assinalam também a passagem desta data, quer através de mensagens oficiais enviadas à Organização, quer através de actos e manifestações destinadas a chamar a atenção da respectiva opinião pública para a importância e magnitude do problema.

Exposição no Rossio

Em Lisboa, o Centro de Informação das Nações Unidas e o Movimento Português contra o «Apartheid» colaboraram estreitamente para assinalar a passagem do Dia da Namíbia, nomeadamente através da divulgação pública dos aspectos mais graves do problema, entre outras actividades, com a montagem, pelo MPCA, no Rossio, hoje de uma exposição sobre o tema da Namíbia com a distribuição ao público de material informativo.

Encontro israelo-egípcio

Begin teima em não reconhecer a OLP

O presidente egípcio Anwar Sadat e o primeiro-ministro israelita, Menahem Begin, iniciaram ontem conversações em Alexandria para discutir a questão do reatamento das negociações sobre autonomia palestina interrompidas há mais de um ano.

A rádio de Israel anunciou ser quase certo que os dois dirigentes declaram estar prontos a retomar as discussões sobre tal assunto.

Begin e Sadat deram início à cimeira de dois dias com uma reunião a sós, enquanto o chefe da delegação negociadora israelita, Josef Burg, e o ministro israelita da Defesa, Ariel Sharon conferenciavam com os seus homólogos egípcios.

A emissora estatal israelita informou que Begin iria rejeitar a participação da Organização de Libertação da Palestina nas conversações de paz a reatar, propondo em vez dela uma fórmula de compromisso pela qual os dirigentes palestinos da margem ocidental representariam os palestinos nas negociações.

A conveniência de uma cimeira entre Reagan, Sadat e Begin, antes do fim do ano, é um dos pontos da agenda dos dirigentes egípcio e israelita.

No termo do primeiro encontro, nenhum dos dois dirigentes fez qualquer declaração, mas um porta-voz egípcio disse que a entrevista decorreu «conforme o que estava acordado».

Paralelamente à reunião de Sadat e Begin, decorreu um encontro entre os ministros da Defesa, dos Negócios Estrangeiros



e do Interior de ambos os países para estudar a retirada definitiva de Israel do Sinai em 1982, e a gradual devolução ao Egipto das bases militares, aeroportos centrais eléctricas e hotéis.

Esta devolução deverá começar no Outono.

Israel exporta armas

Com 1.5 mil milhões de dólares de venda este ano, Israel é hoje um dos maiores exportadores de armas do mundo. A metralhadora ligeira «USI», os tanques «Chariot», os caças «Kfir» e as vedetas lança-mísseis são os seus principais argumentos no mercado internacional de armas. Entre os seus principais clientes contam-se os regimes militares da América Latina e a África do Sul.

Afeganistão no centro das conversações

Vice-ministro soviético no Paquistão

O vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Nikolai Firubin, discutiu ontem em Islamabad, a crise afegã com o seu homólogo paquistanês, Agha Shah — informou um porta-voz do Paquistão.

Não foram divulgados os pormenores do debate que se desenrolou em duas sessões, mas

observadores diplomáticos esperam um comunicado de Kabul prevendo novos termos do Governo afegão para as conversações que levem a uma resolução da crise.

As últimas condições avançadas pelo Afeganistão denotavam uma nova flexibilidade, mas foram recebidas friamente em Is-

lamabad por o regime de Babrak Karmal insistir em negociações «governo a governo» quando «deveriam ser bilaterais, trilaterais e multilaterais» — disse uma fonte oficial paquistanesa. A mesma fonte acrescentou que conversações directas entre os dois governos significariam um reconhecimento do regime instalado no Afeganistão em 1979.

Firubin de visita ao Paquistão encontrou-se com o presidente Mohammed Zia Ul-Haq para uma visita de cortesia e ao mesmo tempo para tratar de «sérios assuntos de Estado». O ministro soviético termina hoje a sua visita, após uma segunda fase de conversações sobre temas de interesse mútuo.

Troca de prisioneiros entre o Irão e o Iraque



O Irão e o Iraque procederam a uma troca de prisioneiros de guerra, através de um acordo conseguido pela Comissão Internacional da Cruz Vermelha, que supervisionou a operação. O aeroporto internacional de Larnaca em Chipre foi o palco de mais um passo de uma guerra, que por agora se tem limitado a uma guerrilha de comunicados (Telefoto UPI-ANOP-«DL»)

Político dos EUA adverte

A Europa deve rejeitar a bomba de neutrões

Um antigo negociador norte-americano nas conversações de desarmamento defendeu ontem que os aliados europeus dos Estados Unidos devem recusar a instalação da bomba de neutrões no seu solo.

Paul Warnke, antigo chefe da delegação dos Estados Unidos nas conversações sobre limitação de armas estratégicas disse ao semanário do partido social-democrata alemão federal «Vorwärts» que, se fosse europeu, convenceria o Governo do seu país a não aceitar o estacionamento da bomba de neutrões na Europa, sublinhou Warnke.

«As armas mais eficazes para a defesa da Europa são as convencionais», acrescentou. O problema com a bomba de neutrões é o mesmo que qualquer arma nuclear tática coloca, ou seja, o próprio facto de se avançar neste domínio leva os soviéticos a fazerem o mesmo».

A Administração Reagan anunciou recentemente que tencionava avançar com o fabrico da bomba de neutrões, destinada a matar os seres vivos através da radiação maciça e a poupar os objectos.

Entretanto o jornal soviético «Pravda» acusou os Estados Unidos de pretenderem utilizar a Grã-Bretanha como «Cavalo de Troia» para introduzir a bomba de neutrões na Europa Ocidental.

Num artigo hoje publicado o «Pravda» recorda a recente visita do secretário norte-americano da Defesa, Caspar Weinberger a Londres, para conversações com o ministro britânico John Nott, e diz que esta se destinou a «utilizar o Governo conservador como um cavalo de Troia da bomba».

O jornal assinala que os dois ministros desmentiram ter discutido a questão da bomba de neutrões durante as conversações travadas, mas acrescenta que «é bem conhecido o valor e veracidade de um desmentido deste género».

«Uma loucura»

A decisão americana de fabricar a bomba de neutrões foi qualificada como uma loucura con-

trária aos interesses da paz universal pelo cientista americano Linus Pauling, duas vezes Prémio Nobel e Prémio Lenine da Paz.

Pauling, falando para a TASS, acrescentou que a bomba de neutrões pode exterminar mais gente do que as armas nucleares considerando falaciosas as afirmações que a apresentam como uma «arma pura».

O cientista americano afirmou ainda que o facto de se procurar fazer acreditar às pessoas que com a bomba de neutrões é «possível e admissível» uma guerra «limitada», torna essa arma igualmente perigosa.

Por último, Pauling criticou a Administração Reagan por não dar uma resposta positiva às propostas soviéticas de conclusão de um acordo de proibição da arma de neutrões.

A URSS pode fabricar a bomba N

Um especialista do Kremlin em assuntos relacionados com o Governo norte-americano e um general soviético reafirmaram ontem que a URSS poderia, se desejasse, igualar os Estados Unidos em programa nuclear.

As mesmas individualidades afirmaram que nenhuma decisão tinha sido tomada nesse sentido.

Num comunicado publicado pela agência soviética de notícias APN o general Nikolai Chervov apontou as desvantagens da bomba de neutrões e confirmou que os soviéticos não tinham para já planos para a desenvolver.

Reunião da I. S.

Dirigentes socialistas e social-democratas de países europeus membros da NATO reuniram-se na sexta-feira, em Copenhaga, para analisar a decisão dos Estados Unidos de fabricar a bomba de neutrões, foi anunciado terça-feira.

Nesta reunião participam, entre outros, o primeiro-ministro e o ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca, respectivamente Anker Joergensen e Kjeld Olesen, o ministro norueguês de Defesa, Gerhard Stoltenberg, e o ex-primeiro-ministro holandês, Joop Den Uyl. Egon Bahr, pelo Partido Social-Democrata da Alemanha Federal. E. Michael Foot, pelo Partido Trabalhista Britânico.

Crise económica nos EUA e na RFA

Taxa de inflação põe em xeque política económica de Reagan

O anúncio oficial feito em Washington do aumento dos preços ao consumidor, registado em Julho passado, e da avaliação de uma taxa de inflação que em 1981 atingirá os 15,2% — muito longe portanto da taxa inferior a 10% prometida pela Administração Reagan — suscitou renovado cepticismo dos meios financeiros norte-americanos quanto à justeza da rígida política monetarista seguida pelo Governo. Por sua vez, na RFA, que se defronta com a mais elevada taxa de desemprego dos últimos 30 anos, as medidas a tomar para combater esse flagelo estão a dividir o Governo de Bona, onde se anuncia que a prevista política de austeridade vai ser muito mais dura do que inicialmente se supunha.

Com o recomeço da inflação anunciado na terça-feira, a Administração Reagan arrisca-se a perder o seu melhor argumento para tentar fazer aceitar a sua política monetária draconiana.

A taxa de inflação voltou a ultrapassar em ritmo anual, a barreira fatídica dos dez por cento no mês passado. Antecipada pelos meios bolsistas, esta má notícia foi um dos factores da «Segunda-Feira Negra» da Wall Street.

O índice da bolsa, que já era o mais baixo desde o começo do ano, sofreu na segunda-feira uma perda superior a vinte pontos, o que constitui a queda mais importante desde há mais de um ano.

Os meios financeiros mostram-se cada vez mais cépticos

quanto à política monetária aplicada pela Reserva Federal.

O Governo podia desde Março gabar-se de haver conseguido fazer descer a taxa de inflação para menos de dez por cento. É este o principal objectivo da sua política monetária.

Porém, apesar deste resultado satisfatório, as autoridades de Washington não tinham conseguido convencer os meios financeiros da validade da sua política, os quais se mostram particularmente inquietos com a manutenção das taxas de juro a um nível quase nunca ultrapassado.

A reposição em questão dos resultados obtidos no plano da inflação, vem aumentar a inquietação, que encontra a sua principal justificação na polémica em curso acerca da dimensão que o défice orçamental poderá atingir. Quanto maior for o défice, mais as necessidades de dinheiro do Governo pesarão no mercado do crédito.

Há semanas que não se passa um dia sem que um grande jornal não emita sérias reservas às cifras apresentadas pelo Governo. Citando fontes governamentais e parlamentares, calculam que o défice poderá ser 15 000 a 20 000 milhões de dólares superiores aos cálculos do Governo. E, apesar das garantias dadas na semana passada, Ronald Reagan não consegue vencer o cepticismo.

Segundo o Governo, este défice não será superior a 42 500 milhões de dólares, mas os cálculos do Congresso apontam para um défice situado entre os 57 e os 60 mil milhões.

Espanha: UCD dividida quanto à entrada na NATO

A eventualidade do ingresso da Espanha na NATO terá provocado atritos no partido governamental, a UCD. A informação vem de Madrid, tendo sido ontem publicada no jornal «El País». De acordo com aquele diário espanhol, a possível integração da Espanha na Aliança Atlântica produziu divergências pessoais entre o actual primeiro-ministro, Leopoldo Calvo Sotelo, e o seu predecessor, Adolfo Suarez. Afirma o «El País» que «Suarez não adoptou em nenhum momento uma oposição aberta à integração espanhola na NATO, mas pôs duas objecções na reunião sobre as consequências da adesão nas relações da Espanha com os países árabes e latino-americanos».

CIA avisou

Os serviços de espionagem

americanos, CIA, terao avisado o Governo espanhol dos preparativos para o golpe falhado de 23 de Fevereiro passado, mas Madrid não ligou importância, revelava na sua edição de terça-feira o diário madrilenho de tendência católica, «Ya». Citando um artigo publicado no domingo pelo «New York Times», aquele jornal afirma que o então primeiro-ministro Adolfo Suarez, instado pelo Rei Juan Carlos, terá afirmado que o aviso da CIA não passava de «uma estupidez americana». Recorda-se que os serviços de informações militares espanhóis não deram qualquer informação sobre a preparação do golpe. Aliás, vários membros daqueles serviços encontravam-se comprometidos com os golpistas.

A vinda a lume desta notícia, numa altura em que Suarez tem

Grave conflito na RFA

A cura de austeridade, já na ordem do dia da República Federal Alemã, vai ser ainda mais dura do que o inicialmente previsto. Enquanto o desemprego não cessa de aumentar, o Governo socialista-liberal do chanceler Helmut Schmidt encontra-se mais do que nunca dividido sobre a oportunidade das medidas a adoptar quanto ao encorajamento do emprego, medidas essas que, se repercutiriam inevitavelmente num aumento das despesas públicas.

Para tentar acabar com o aumento das dívidas do Estado, cujo pagamento absorve mais de 25% das despesas públicas, Schmidt anunciara já, em 30 de Julho, a necessidade de economias orçamentais no montante de 14,5 mil milhões de marcos alemães, montante enorme, que representa 1% do produto nacional da RFA. Segundo fontes seguras, contudo, apesar de enorme, esse montante acaba de ser elevado pelo ministro das Finanças, Hans Matthöfer.

Se, como tudo indica, o gabinete vier a ratificar estas propostas, em inícios de Setembro, o montante de cortes a praticar no orçamento para 82 será de 16 mil milhões de marcos.

Uma vez mais, as dificuldades financeiras de Bona foram agravadas pela deterioração do mercado de trabalho, por diminuir as receitas fiscais e aumentar as subvenções para o desemprego.

Matthöfer reconheceu, publicamente, a necessidade de voltar a fazer estes cálculos, rapidamente, apostando agora em 1,4 milhões de interessados em

emprego no próximo ano e não já em 1,35 conforme fora previsto há escassas semanas.

O desemprego, que atingia 1,25 milhões de pessoas em fins de Julho, encontra-se agora no seu nível mais alto dos últimos 30 anos.

Este quadro sombrio da situação no emprego levou os sindicatos e o SPD a exigirem, há semanas, um programa de despesas públicas destinado a apoiar as actividades económicas. Como o défice orçamental tinha de ser diminuído e não aumentado, os social-democratas preconizaram então, como modo de financiamento dessas medidas, um aumento fiscal excepcional sobre as empresas e os contribuintes com maiores posses.

Desejosos de defender a sua clientela de quadros e chefes de empresa, o FDP opôs-se categoricamente a esta solução e chegou ao ponto de ameaçar com a ruptura da coligação no poder.

Um comité interministerial reuniu-se, terça-feira de manhã, para tentar encontrar uma solução de compromisso, mas sem resultados.

Nas declarações para a Imprensa, os ministros do Trabalho e da Economia — bem como o das Finanças, que serve, em certa medida, de medianoite no caso — reconheceram não terem conseguido chegar a qualquer acordo sobre um programa de recuperação, tanto quanto à natureza como quanto ao volume e financiamento desse programa. O ministro do Trabalho pertence à ala esquerda do SPD e o da economia pertence à ala direita do FDP.

levantado reservas à adesão espanhola à NATO, poderá estar ligada a uma central de contra-informação, denunciada esta semana em Espanha como revelou o nosso correspondente em Madrid, Fernando Jauregui.

Acusados dizem-se inocentes

A Imprensa espanhola tem vindo a publicar grande parte dos autos dos interrogatórios efectuados a 32 oficiais e civis acusados de rebelião militar, nos quais os acontecimentos relacionados com a tentativa de golpe são descritos de uma forma irreconhecível para todos os que os presenciaram pelas retransmissões televisivas. Um dos defensores dos arguidos chegou mesmo a afirmar não

haver motivos legais que provem ter havido tentativa de golpe de estado. Mais surpreendido ainda são as declarações de alguns dos principais golpistas implicados. O General Alfonso Armada, que na noite da tentativa de golpe de estado se ofereceu como chefe do Governo, afirmou que só queria «evitar a divisão do exército», e que fez a proposta por ordem dos seus superiores. Por seu lado, o também General Milans del Bosch, cujas tropas ocuparam Valência, declarou que se tratou de «uma operação destinada a garantir a segurança dos oficiais e sargentos nas suas deslocações aos aquartelamentos» por medo de atentados. Por fim, o tenente coronel Antonio Tejero, que chefiava os guardas civis que ocuparam o Parlamento, afirmou que não houve nenhuma rebelião e que «não estava contra a democracia».

Polónia: ameaça de nova greve dos jornais

A direcção do «Solidariedade» ameaça desencadear «muito brevemente» nova acção de seis dias sem jornais em todo o país, anunciou ontem à noite essa central sindical polaca em Gdansk. Segundo o «Solidariedade», esta acção destina-se a alcançar o acesso aos meios de comunicação, a fim de «protestar» contra a «campanha» desencadeada pelas autoridades, que, segundo aquela central, decidiu adoptar «uma política de confrontação».

Ao mesmo tempo, em Radom decorreu ontem uma paralisação dos transportes públicos de uma

hora, para «reabilitar as pessoas que participaram nas manifestações de Junho de 1976 e que por isso estão a ser sujeitas a discriminações».

Segundo um jornalista da France Presse, Claudine Cannati, multiplicam-se os conflitos marginais na Polónia, conflitos que começam a escapar ao «Solidariedade» e que estão a ultrapassar essa central. Numa empresa metalúrgica de Huta Katowice, na Silésia, está em preparação um referendo para decidir da demissão da direcção da empresa e também da secção do «Solidariedade» na empresa.

SERRA DA ESTRELA:ALGARVE



você que pretende organizar um passeio faça já a sua reserva do autocarro

cep 10

AV. CASAL RIBEIRO N.º 16-B 5.º PISO LISBOA (TEL.: 57 06 56)

exclusivo

Ameaçado o abastecimento de água potável na Alemanha Federal

IPS/Jorge Gillies

Investigações do Instituto de Estudos Ecológicos de Friburgo, publicadas na última edição do semanário «Der Spiegel», predizem uma catástrofe dentro de 20 anos se não forem tomadas medidas urgentes para racionalizar o consumo e a utilização das reservas de água da Alemanha Federal.

A utilização indiscriminada e a contaminação das águas dos rios e subterrâneos por parte da indústria implica uma grave ameaça para o abastecimento da população.

Empresas químicas, fundições de aço, fábricas têxteis, de automóveis e de produtos alimentícios utilizam anualmente — segundo os investigadores de Friburgo — uma quantidade de água duas vezes e meia superior que os consumidores particulares.

Na fabricação de um quilo de papel fino consomem-se cerca de 300 litros de água, para um quilo de fio são necessários 2500 litros. A produção de uma tonelada de aço requer de 50 000 litros e na fabricação dum automóvel chega a gastar-se 380 000 litros de água.

O mais grave, segundo o citado estudo, é que as fábricas utilizam não apenas as águas dos rios e lacustres para a realização dos seus processos produtivos, mas também uma quantidade anual de água subterrânea semelhante a que se requer para satisfazer as necessidades de todos os consumidores particulares.

Este fenómeno levou a uma redução drástica das reservas subterrâneas, o que significou o encerramento de numerosos poços e nascentes, sobretudo nas proximidades dos

grandes centros urbanos e industriais.

Por causa disso as centrais de abastecimento iniciaram uma busca desesperada de reservas de água não contaminada, o que tende a agravar ainda mais os problemas.

Cidades com um elevado número de habitantes como Hamburgo (1 650 000 habitantes), Bremen (550 000) ou Stuttgart (580 000) obtêm a água para a sua população a partir de fontes a mais de 200 quilómetros de distância.

Isso produz sérios transtornos no equilíbrio ecológico das zonas onde é extraída a água em grandes quantidades, ao ser retirada violentamente do seu ambiente natural, causando estragos na flora e fauna respectivas.

A utilização arbitrária do potencial de água acrescenta-se o problema não menos grave da contaminação, produto dos dejectos industriais.

Diariamente são lançados ao Reno — um dos rios mais contaminados da Europa — 30 000 toneladas de sal, três toneladas de arsénio, 450 quilos de mercúrio e cerca de 100 toneladas de combinações orgânicas de cloro, que produzem doenças cancerosas no organismo humano.

Dez milhões de consumidores residentes na bacia do Ruhr, principal centro industrial da Alemanha Federal, são abastecidos de água filtrada do Reno, misturada com uma diminuta quantidade de águas subterrâneas.

A concentração excessiva de produtos químicos começou a invadir, depois de rios e lagos, as próprias fontes subterrâneas, que constituem a última reserva de águas puras na Alemanha Federal.

A este respeito são particularmente nocivos os pesti-

das e insecticidas que se encontram a água da chuva nas camadas situadas a vários metros de profundidade.

Igualmente prejudiciais são os depósitos subterrâneos de resíduos industriais que contribuem para um progressivo envenenamento de poços e nascentes.

Dado o alarme, políticos e especialistas começaram a trabalhar procurando soluções para o agudo problema, consistindo a principal delas em reduzir a utilização da água em processos industriais.

Uma série de empresas consomem águas subterrâneas sem que isso seja necessário para garantir a qualidade dos seus produtos. «A água necessária para a indústria metalúrgica e autónoma não tem necessariamente que ser da mesma qualidade que a usada para lavar os dentes» — nota o documento de Friburgo citado pelo «Der Spiegel».

É necessário que as empre-

sas trabalhem com circuitos de água fechados, purificando e voltando a utilizar a quantidade necessária aos seus processos de produção industrial.

Nos meios governamentais estima-se a possibilidade de punir com maior severidade aqueles que cometerem infracções prejudiciais ao meio-ambiente.

Para não poucas fábricas é actualmente mais vantajoso pagar multas por infracções de contaminação do que instalar filtros e outros equipamentos necessários à purificação do ambiente.

O que na opinião dos peritos é mais grave, é que a consciência cívica alemã respeitante ao problema está muito pouco desenvolvida.

«Esperamos não tenha de chegar o dia em que haja que vender água potável em garrafas para que a população compreenda a gravidade do problema» — concluem os especialistas de Friburgo.

«Congresso dos Marginais» reunido em Berlim-Oeste

O «Congresso dos Marginais» organizado pelos «Squatters» vagabundos de Berlim Oeste principiou na noite de terça para quarta-feira com batalhas de rua que os opuseram à Polícia local.

Segundo um porta-voz da Polícia, oito agentes da ordem foram feridos durante os recontros. Uma marcha com archotes organizada pelos «Squatters» nos bairros de Wedding e de Tiergarten que se desenrolou primeiro na calma, degenerou quando pequenos grupos de 50 a 100 manifestantes se formaram para partir umas quarenta vitrinas de lojas e bancos.

Num panfleto distribuído no princípio do mês «os 'Squatters' de Berlim Oeste lançavam um apelo aos seus simpatizantes e aos 'marginais' de toda a Europa para se concentrar a partir de 25 de Agosto e durante um mês em Berlim Oeste para fazer tremer a cidade».

Os organizadores deste congresso, que tinham anunciado a vinda de 50 000 pessoas a Berlim Oeste, tiveram que se contentar por enquanto só com algumas centenas de simpatizantes que chegaram na terça-feira a Berlim Oeste.

Derrota para Reagan:

Comissão de Descolonização da ONU a favor da independência de Porto Rico

por Claude Robinson

Juan Mari Bras, secretário-geral do Partido Socialista de Porto Rico, elogiou os resultados da votação sobre a independência de Porto Rico no seio da Comissão de Descolonização da ONU, que considerou «a primeira grande derrota diplomática» infligida ao Governo norte-americano de Ronald Reagan.

Charles Lichenstein, embaixador suplente dos Estados Unidos na ONU, foi mais preciso, ao referir-se à «interferência inadequada e indefinida nos assuntos internos de Porto Rico e dos Estados Unidos», reflectindo a irritação de Washington.

A resolução aprovada pela comissão recomenda à Assembleia Geral da ONU que inclua o problema de Porto Rico como ponto especial da agenda da XXXVII sessão da assembleia, a realizar em 1982.

De facto, a resolução recomenda que a Assembleia Geral pressione os Estados Unidos para que aprove medidas necessárias à plena transferência de todos os poderes para o povo do território de Porto Rico, adoptando idêntica atitude em relação à África do Sul para que esta ponha fim à ocupação colonial e ilegal da Namíbia.

A resposta norte-americana continua a ser que o Porto Rico não é colónia e, portanto, não é da competência da ONU imiscuir-se nos seus assuntos.

Washington invoca a Resolução 748 de 1953 como fundamento legal para as suas pretensões, mas os partidários da independência de Porto Rico afirmam que essa resolução foi emitida antes de soprares os ventos de mudança que expulsaram os regimes coloniais da África, Ásia, América Latina e das Caraíbas.

O precedente mais citado pelos independentistas é a Resolução 1514 (XV) de 1960 que define o Porto Rico como colónia e que também insiste em que lutar pela independência é direito

inalienável de todos os povos colonizados.

Por trás destes legalismos e tecnicismos, o debate que se prolongou por quatro dias, tinha claras conotações políticas.

Apresentaram-se à comissão cerca de 30 grupos e organizações. Os que são favoráveis à Convenção de Porto Rico em Estado norte-americano defenderam que a economia da ilha não pode dar-se ao luxo da independência.

Os partidários da independência defenderam que é precisamente devido ao laço económico com os Estados Unidos existentes actualmente, que a independência se apresenta tão necessária.

Vinte e cinco por cento de desemprego e uma economia dependente não constituem bons argumentos a favor da actual relação, defenderam.

Fora da comissão, os Estados Unidos, que não a integram, teriam exercido pressões sobre países amigos e amistosos representados na comissão para garantir que os resultados da votação não fossem um golpe para os Estados Unidos ou para as suas metas em política externa.

Embora na conferência de Imprensa que se seguiu à votação, fosse difícil obter pormenores, Juan Mari Bras afirmou, por exemplo, que a Venezuela se absteve antes de votar a favor da resolução, para garantir os seus aviões F-16 provenientes de Washington.

Depois de muitos malabarismos diplomáticos, a votação realizou-se finalmente com o resultado de onze votos a favor, dois contra e onze abstenções. A China não participou na votação.

Os votos favoráveis procederam dos proponentes — Afeganistão, Cuba, Iraque e Síria — a que se juntaram os da Bulgária, Congo, Checoslováquia, Etiópia, Irão, União Soviética e Tanzânia.

A Austrália e a Dinamarca votaram contra, enquanto que as abstenções pertenceram ao Chile, Fiji, Índia, Indonésia, Costa do Marfim, Mali, Serra Leoa, Trinidad Tobago, Tunísia, Vene-

zuela e Jugoslávia.

Não obstante, ainda que os partidários da independência estejam evidentemente satisfeitos com a vitória, a primeira depois de dez anos de tentativas, as manifestações não são muitas.

Em primeiro lugar, porque o embaixador Lichenstein anunciou que os Estados Unidos «continuarão naturalmente a sua luta na XXXVI sessão da Assembleia Geral».

Dado o significado estratégico da ilha na política de Washington em relação às Caraíbas, nada fazia supor que os Estados Unidos depusessem armas. Mas de um modo geral supunha-se que não seriam tomadas novas iniciativas antes da Assembleia Geral de 1982.

Também não se sabe o que Washington tem em mente mas há quem pense que se não fizerem nada até ao próximo ano, os partidários da independência porto-riquenha teriam tempo suficiente para mobilizar apoio com vista à vitória na prestigiada Assembleia Geral.

Se assim for, tratará de recorrer a um estratagema técnico para incluir o problema quando a próxima Assembleia Geral reunir a partir de 15 de Setembro com a esperança de sustentar a tentativa logo ao princípio.

A preocupação dos Estados Unidos quanto à Assembleia Geral reflecte-se nas declarações de um dos seus delegados que afirmou que a votação desfavorável na Comissão de Descolonização era apenas «uma nuvem desagradável, mas que se transformaria em ameaça política se fosse assumida pela Assembleia Geral».

Por outro lado, os que conseguiram a vitória não vão deitar-se a dormir à sombra dos louros. Iniciaram-se já esforços para obter o apoio do Movimento dos Não-Alinhados.

Mari Bras afirma que não há possibilidades de o povo de Porto Rico aceitar passar a fazer parte dos Estados Unidos e dado que a ninguém agrada a actual situação colonial, o movimento independentista deve triunfar.

Conferência de Nairobi:

Optimismo de uns frustração para outros

A Conferência da ONU sobre novas e renováveis fontes de energia, que chegou ao fim depois de onze dias de debates, deixou um saldo optimista nalguns delegados e certo ressentimento noutros, pela aparente suficiência dos poderosos países industrializados.

A Conferência salientou, sem dúvida de modo mais realista perante os Governos, os problemas energéticos mundiais. Delegados houve que foram de opinião que talvez a crise de energia possa levar as Nações Unidas a mobilizar rapidamente o plano de acção de Nairobi. Aprovado pelo plenário.

O plano poderia servir de catalizador a um esforço internacional genuíno de desenvolver novas e renováveis fontes de energia, afirmaram os sectores mais optimistas da assembleia.

A Conferência, a que assistiram delegações de 125 países também poderia servir de catalizador para estimular a crescente cooperação sobre temas energéticos entre países e certos grupos regionais.

A maioria dos observadores foi unânime em considerar que a assembleia serviu para chamar a atenção sobre os problemas derivados da redução dos produtos energéticos e sobre a necessidade de desenvolver outros, a nível regional.

Os críticos disseram que os delegados ou simplesmente não enfrentaram as questões mais polémicas ou fracassaram nisso.

Muito pouco tempo foi destinado para decidir de que modo um tipo de mecanismo político poderia efectivamente resolver o problema de novos recursos energéticos que satisficam o dramático incremento da procura mundial.

Depois, os delegados não conseguiram acordo sobre a forma de financiamento para desenvolver novas e renováveis fontes de energia. O grupo dos 77 (países em desenvolvimento) deixou de lado o tema frustrado pela atitude pouco empenhada dos países industrializados, à frente dos quais estavam os Estados Unidos.

Consideram os críticos que a Conferência também não conseguiu resolver o modo de institucionalizar o plano de acção embora tenha chegado a acordo quanto à criação de um organismo provisório aberto a todos os membros da ONU para supervisionar o que alguns delegados classificaram de plano de acção «posto a nu».

Por seu lado o secretário-geral da Conferência, Enrique Iglesias, que lutou duramente para conseguir a criação do plano, afirmou que a Conferência fora um grande êxito porque constituiu um esforço honesto: «Temos uma comissão provisória e um mandato declarado-me satisfeito» afirmou.

Vários países, segundo disse, comprometeram-se com fundos tanto no aspecto bilateral como multilateral e ficou assegurado que seriam concedidos adicionais. O plano de acção refere-se apenas de forma vaga à necessidade de se obter fundos adicionais sem fixar quantitativos em dólares.

O confronto crucial da Assembleia produziu-se entre o grupo dos 77 e a pouco empenhada delegação norte-americana.

Embora alguns países europeus, especialmente os escandinavos, sejam consideravelmente mais liberais que os Estados Unidos sobre políticas de energia alternativa, muito poucos puseram em dúvida que a intransigência dos Estados Unidos os tenha salvo de se comprometerem com um dispendioso investimento num programa energético que escaparia ao seu controlo.

A Europa de Leste, a União Soviética, que não desejavam uma estrutura financeira comprometida, mantiveram-se em silêncio durante a Assembleia.

Os países produtores de petróleo por seu lado, apoiaram vigorosamente a ideia de um desenvolvimento de energia alternativa e, por outro, sublinharam que se dera considerável percentagem de auxílio financeiro aos países em desenvolvimento.

Estabelecimentos

RODRIGUES & RODRIGUES, SARL

Rua Nova do Carvalho, 66 LISBOA

BALANÇO DE 1980

Relatório do Conselho de Gestão do Exercício de 1980

Accionistas e camaradas de trabalho

Ao abrigo da Lei e dos n/Estatutos vimos dar conhecimento da actividade desenvolvida ao longo do ano de 1980.

Durante este exercício o Conselho de Gestão, para além dos assuntos correntes da sua competência, analisou e deliberou sobre vários outros que em face da sua importância merecem referência especial pelo que passamos a enumerá-los e posteriormente a desenvolvê-los:

- Concretização da aquisição das instalações e da totalidade da posição social das associadas Rodrigues & Alfredo, Lda. e Rodrigues & Contreiras
- Concretização da aquisição de dois edifícios destinados a armazéns
- Arrendamento de novas áreas destinadas a armazém e ao Sector de Transportes
- Renovação e aumento da frota do Sector de Transportes
- Obras de instalação da Secção de Material de Protecção
 - Investimentos efectuados no Serviço Industrial
 - Expansão das vendas, consolidação e diversificação de mercados
- Política de Gestão de Stocks

1. Concretização de aquisição das instalações e da totalidade da posição social das associadas Rodrigues & Alfredo, Lda. e Rodrigues & Contreiras

Ao encerrarmos o exercício do ano transacto era já possível afirmar, como alias o fizemos no anterior relatório do Conselho de Gestão, que estavam praticamente concluídas as negociações tendentes à aquisição das instalações e da totalidade da posição social das citadas associadas. Porém referimo-nos de novo a este assunto dado que só em Janeiro de 1980 se efectuaram as respectivas escrituras publicas de aquisição.

Ficou intenção do Conselho de Gestão dimensionar estas novas áreas por forma a aproveitar as suas potencialidades o que alias começou já a ser efectuado em relação a uma delas.

2. Concretização da aquisição de dois edifícios destinados a armazém

Também em relação à aquisição de dois edifícios destinados a armazéns tivemos ocasião de concluir praticamente a sua negociação durante 1979 como já referimos igualmente no ultimo relatório anual, só efectuámos as escrituras publicas durante o exercício de 1980, em Fevereiro e em Junho.

Ao longo deste exercício foram efectuadas obras de beneficiação e de adaptação dessas áreas e instalado em definitivo o sector de verificação e embalagem do Departamento de Exportação e a Secção de Revenda de Calçado.

3. Arrendamento de novas áreas destinadas a armazém e ao sector de transportes

Enquanto não for possível efectuar a aquisição do terceiro edifício de armazém, conforme se encontra previsto, e em face da necessidade crescente da Empresa no que respeita a novas áreas, foi decidido efectuar o arrendamento de um espaço destinado a resolver, quer os problemas do armazenamento ainda pendentes, quer as carências do Sector de Transportes, nomeadamente no que concerne à recolha de viaturas e seus acessórios.

4. Renovação e aumento da frota do sector de transportes

Com a expansão da Empresa e o consequente aumento do seu movimento, verificou-se ser necessário dotar a frota do nosso Sector de Transpor-

tes de novas unidades, bem como as existentes, por forma a dar-lhe mais operacionalidade.

Assim, foram efectuados investimentos no montante de 4.284 contos e aumentado o quadro dos motoristas e dos seus ajudantes.

5. Obras de instalação da secção de material de protecção

Em sequência dos contratos de arrendamento celebrados durante 1979 e referentes a dois espaços existentes junto da n/Sede, foram efectuadas obras de beneficiação e instalada a Secção de Material de Protecção que passará a dispor de armazém próprio e contíguo.

6. Investimentos efectuados no serviço industrial

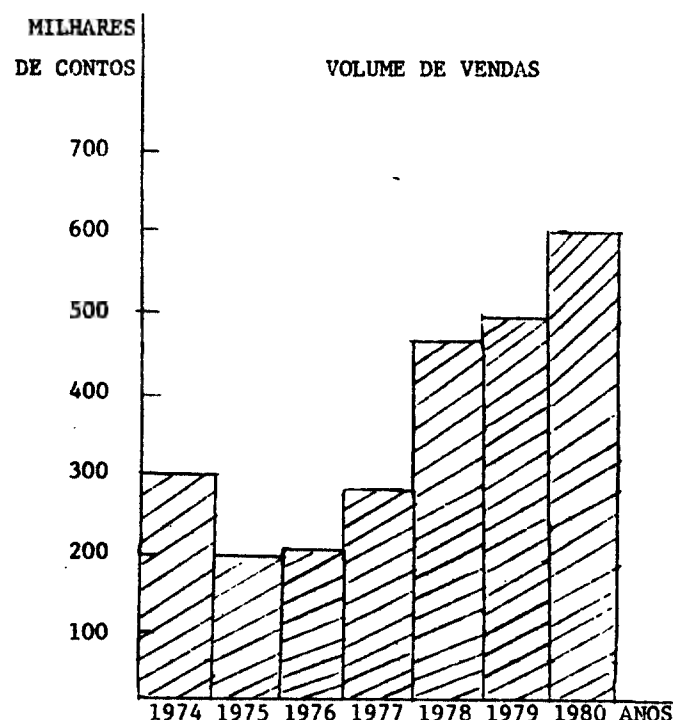
Tal como nos anos anteriores continuou-se em 1980 a política de investimentos, quer no domínio de aquisição de nova tecnologia, quer no de aquisição de maquinaria, aumentando o parque instalado ou substituindo as unidades obsoletas ou ultrapassadas tecnicamente.

Estes investimentos efectuaram-se não só na fábrica como também na oficina de confecção já existente (oficina n.º 1).

Foi igualmente decidido instalar junto da sede uma nova oficina de confecção (oficina n.º 2), em termos tecnicamente evoluídos, para onde será canalizada uma confecção específica cujo sector a que pertence se encontra em franca expansão originando que a parte industrial se adapte às suas novas exigências.

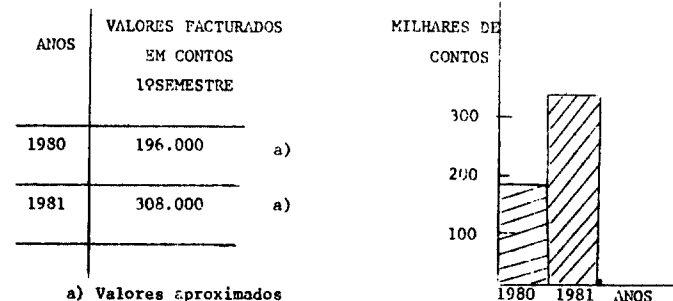
7. Expansão das vendas, consolidação e diversificação de mercados

No que respeita a expansão das vendas, para além da análise mais detalhada que iremos efectuar, pensamos ser de referir a sua evolução nos ultimos sete anos

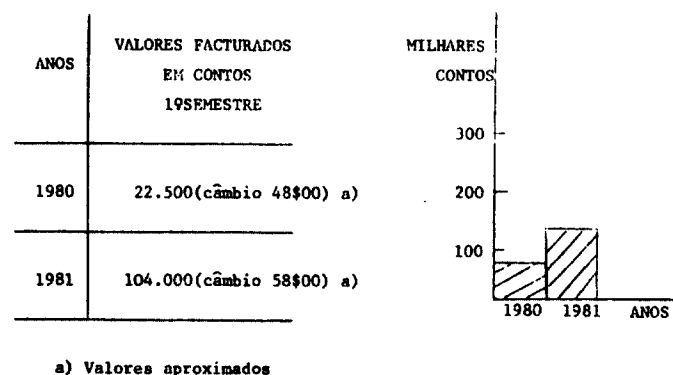


Como poderemos observar, verifica-se uma acentuada fase de crescimento, fruto das decisões tomadas nesse sentido em relação a alguns sectores da Empresa, crescimento que, dentro do considerado conveniente, se irá manter como poderá ser já verificado à data da elaboração deste relatório pela análise comparativa entre 1980 e 1981 dos valores facturados no período de Janeiro a Junho, quer em relação ao mercado interno, quer externo.

MERCADO INTERNO



MERCADO EXTERNO



ANOS	VENDAS EM CONTOS
1974	295.222
1975	179.108
1976	188.469
1977	264.944
1978	412.605
1979	441.720
1980	637.432

Estabelecimentos Rodrigues & Rodrigues, SARL

BALANÇO DE 1980

Desta forma regista-se pois um aumento global (mercado interno e externo) da facturação produzida no primeiro semestre de 1981 em relação a 1980 de cerca de 193.500 contos o que representa cerca de 88,6%.

Após estas considerações gerais passamos agora à análise mais específica dos nossos diversos sectores.

VENDAS

Análise global

Cumpridas inteiramente as previsões formuladas em 1979, a execução dos contratos em carteira para o Mercado Externo trouxe, como consequência, o aumento de volume de vendas que se tinha como certo.

Reforçado de forma significativa o acréscimo de vendas no Mercado Interno, uma vez mais nos Sectores tradicionais da Empresa.

Análise sectorial

Para as Rep. Pop. de Angola e Moçambique se orientar as vendas do Mercado Externo. O aumento de cerca de 50% sobre o valor de 1979 explica-se pela já referida execução dos contratos anteriormente firmados.

Em relação ao Mercado Interno registam-se como mais significativos os aumentos de:

- Cerca de 100% no comércio de tecidos e similares como consequência da maior agressividade posta nesta área de trabalho;
- Cerca de 30% no Sector de confecções onde todas as secções que o compõe tiveram crescimento harmónico;
- Cerca de 30% no Sector de Pronto-a-Vestir;
- Cerca de 34% no Sector de Revenda de Calçado beneficiando embora parcialmente das novas estruturas que lhe foram atribuídas.

Quanto aos restantes sectores note-se:

- estabilização na área de capas para automóveis;
- melhor distribuição nas vendas de material de protecção;
- aumentos pouco significativos no calçado a retalho e alfaias e revestimentos;
- decréscimo dos fios de lã para tricotar reflectindo a crise deste sector.

Previsão para 1981

Espera-se que continue a verificar-se a tendência do aumento constatado em 1980.

Os esforços em curso para reforço de capacidade do Sector Produtivo, a implementação definitiva das novas estruturas do calçado por grosso e material de protecção, trarão os benefícios de aumento do volume de vendas que já se adivinham.

Já firmados novos contratos com o Mercado Externo, também este Sector corresponderá ao que dele se espera.

8. Política de gestão de stocks

No que respeita à gestão de stocks foram estudadas medidas tendentes a associar a decisão de limitar o seu acréscimo ao estritamente necessário com a de aproveitar oportunidades de compra em relação a artigos de uso corrente e de grande consumo.

A política de gestão de stocks continua a merecer uma atenção muito especial da parte dos Órgãos Gestores, nomeadamente do Serviço Comercial, por forma a encontrar-se o justo equilíbrio entre as necessidades de compra e a conveniência em limitar o seu volume.

Neste ano verificou-se um aumento de stocks de Esc. 119.474,399\$10, situando-se o valor final em Esc. 361.342.780\$00, montante este que está porém influenciado pela existência, em 31.12.80, de matéria-prima para a confecção de artigos destinados à exportação cuja stockagem teve de ser efectuada em ritmo bastante superior ao da confecção e consequentemente dos embarques.

Atendendo ainda ao acréscimo do volume de vendas e ao facto de ter sido possível aproveitar várias oportunidades de compra, e não perdendo a perspectiva de que a constante subida de preços só por si justifica uma parte substancial do aumento verificado, pensamos que tal acréscimo poderá ser considerado como perfeitamente aceitável.

9. Encargos gerais

Em relação à rubrica que poderemos designar genericamente de Encargos Gerais, verifica-se um acréscimo de Esc. 58.429.173\$47 distribuído como segue:

	1979	1980	DIFERENÇA
Despesas com o Pessoal	91.680.650\$10	127.777.818\$90	+ 36.097.168\$80
Impostos indirectos	1.531.010\$20	2.434.929\$10	+ 903.918\$90
Despesas Financeiras	15.712.142\$20	32.592.158\$97	+ 16.880.016\$77
Fornec. e Serviços Terceiros	16.760.446\$80	20.844.223\$20	+ 4.083.776\$40
Outras Despesas e Encargos	691.170\$70	1.155.463\$30	+ 464.292\$60
	126.375.420\$00	184.804.593\$47	+ 58.429.173\$47

Como se observa, a rubrica que registou maior aumento foi a de Despesas com o Pessoal, fruto não só da revisão salarial que anualmente se efectua, mas também, e principalmente, do aumento do número de Trabalhadores.

Na realidade, face à expansão que se programou em relação a alguns dos sectores da Empresa, houve necessidade de aumentar o número dos seus quadros pelo que foram admitidos durante o exercício 45 Trabalhadores.

Este facto tem vindo a verificar-se essencialmente desde 1978, de acordo com as previsões efectuadas e em consonância com a taxa de crescimento que se determinou como conveniente.

ANOS	N.º TRAB.
1978	340
1979	447
1980	492

Quanto às restantes rubricas registam-se aumentos perfeitamente normais em conformidade com a política de contenção de despesas, sendo somente de destacar o acréscimo das Despesas Financeiras, directamente ligado com o aumento do volume das operações de exportação e das vendas em geral.

10. Activo imobilizado

10.1 Investimentos

Em consequência da política de investimento que igualmente tem vindo a ser seguida, quer no que respeita a melhoramentos das instalações da Empresa, quer em relação ao seu equipamento ou mesmo à aquisição de bens de raiz de que são exemplos as aquisições dos edifícios de armazém, foram efectuados investimentos no montante de Esc. 22.227.433\$50.

Aliás, se analisarmos os quatro últimos anos, verificamos que a Empresa tem vindo a aumentar significativamente o seu imobilizado com particular destaque para o ano de 1980.

IMOBILIZADO		
ANOS	BRUTO	LÍQUIDO
1977	12.219	4.061
1978	17.961	7.207
1979	23.433	9.734
1980	45.660	26.912

10.2 Amortizações e reintegrações

Foram efectuadas as amortizações consideradas tecnicamente correctas em conformidade com o preceituado na Lei Fiscal tendo totalizado Esc. 18.749.266\$10.

Assim, o valor do Imobilizado após as amortizações efectuadas elevou-se a Esc. 26.911.694\$96.

11. Provisões

Foi reforçada a Provisão para Depreciação de Existências em Esc. 12.016.339\$00 em conformidade com os limites estabelecidos por Lei e em consequência do aumento do valor das existências e da sua utilização ao longo do exercício. O valor total da Provisão ficou-se em Esc. 36.130.000\$00.

A Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa, foi igualmente reforçada, no montante de Esc. 4.276.476\$50 em face do aumento dos nossos créditos a curto prazo que passaram de 203.407 contos no final do exercício de 1979 para 283.480 contos em 31.12.80. Esta provisão ficou, pois, em Esc. 11.270.000\$00.

Foi ainda reforçada a Provisão para Outros Riscos e Encargos em Esc. 170.346\$00 pelo que o seu valor final se elevou a Esc. 1.675.333\$00.

Quanto à Provisão para Impostos sobre os Lucros, foi reforçada em Esc. 11.795.187\$80, em face dos resultados obtidos e da matéria colectável determinada.

12. Nota final

Ao terminarmos a análise ao exercício de 1980 é com plena satisfação que verificamos que os objectivos previamente fixados foram de facto atingidos e que no seu decurso se consolidaram igualmente as bases da expansão da Empresa.

Na realidade não só foram mantidos os mercados tradicionais (internos e externos), como se intensificaram os esforços tendentes à sua expansão. Deste modo houve possibilidade de preparar novas operações que se reflectirão significativamente em 1981.

Paralelamente ao esforço desenvolvido na área comercial, continuamos a dotar o Serviço Industrial dos meios necessários a satisfação das nossas exigências que lhe são feitas quer no que toca à capacidade de produção, quer em relação à qualidade e à tecnologia utilizada.

O Conselho de Gestão ao estabelecer os objectivos a atingir tem vindo a efectua-lo tendo em consideração o justo equilíbrio entre as possibilidades dos mercados e as capacidades da Empresa por forma a que o crescimento seja entendido como gerador de maior estabilidade económica e financeira.

Assim a expansão da Empresa sempre foi objecto de rigoroso controlo tendo por base a taxa de crescimento conveniente, previamente determinada.

A provar a consecução dos objectivos fixados está o Resultado Líquido que antes das amortizações e provisões ascendeu a Esc. 66.440.575\$40.

Continuará assim em 1981 a consolidação e diversificação dos mercados interno e externo bem como o alargamento da gama de produtos comercializados, sendo porém concentrados esforços nos que se apresentam como mais rentáveis tendo por base vários indicadores entre os quais a rotação de stocks.

Manter-se-á igualmente a política de investimentos, nomeada-

mente no que respeita ao equipamento industrial e as instalações comerciais de molde a, como já referimos, aumentarmos a capacidade de produção instalada e dotarmos a Empresa de áreas comerciais mais operacionais e actualizadas.

Paralelamente far-se-ão os investimentos possíveis em bens de raiz por forma a aumentar também neste campo o património da Empresa.

Aliado a estas opções está logicamente a manutenção da política de autofinanciamento canalizando-se para reservas os resultados obtidos, o que tem vindo a permitir aumentar significativamente o Capital Próprio que se elevará a 141.478 contos caso seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constantes deste relatório.

No que respeita à política salarial, manter-se-á o princípio da revisão salarial anual, dentro moldes até aqui estabelecidos, com posterior compensação através de gratificação especial a atribuir após o apuramento de resultados.

Na realidade, não só pela segurança económica e financeira que apresenta como igualmente pelos incentivos que gera, pensamos ter de aumentar as revisões anuais dentro dos limites estabelecidos e posteriormente, no final do exercício, após o apuramento de resultados, determinar-se o montante de gratificação especial que poderá ser atribuída, tendo em atenção a capacidade económica e financeira da Empresa, por forma a compensar os limites impostos e a aproximar os escalões de vencimento do que seria lógico ter sido estabelecido aquando da revisão se não se tivesse optado por esta política de segurança.

Aliás a atestar este princípio esta não só a proposta inserta no relatório a respeito deste assunto como a análise que se possa fazer do nosso leque salarial que, retirando somente os escalões referentes aos Trabalhadores com menos de 20 anos e com pouco tempo de casa, varia entre 1 e 2,3, oscilando entre 11 e 30 contos mensais.

Com a proposta de gratificação apresentada neste relatório estes montantes situar-se-ão entre 13 e 36 contos.

Antes de terminarmos, pretendemos destacar vivamente o grande empenho dos Trabalhadores da Empresa na execução das suas tarefas, permitindo-nos afirmar que a consciência, entusiasmo e dedicação da esmagadora maioria, foi sem dúvida a grande responsável pelos resultados alcançados que a todos dignifica.

Igualmente em relação aos nossos Clientes e Fornecedores sera justo dirigir uma palavra de muito apreço pela forma como nos distinguiram e colaboraram, aliás em muitos casos, simples e sincera continuação dos laços de amizade estabelecidos ao longo dos anos. Não queremos pois deixar de expressar o nosso mais profundo agradecimento.

Quanto às Entidades Bancárias que conosco trabalharam, é-nos grato realçar o clima de total confiança em que se desenrolaram as nossas operações permitindo estabelecer a mais estreita colaboração.

Aplicação de resultados

Em face do anteriormente exposto, o Conselho de Gestão vem propor à Assembleia de Empresa, nos termos do artigo 35.º dos Estatutos, que o resultado do exercício, após as amortizações e provisões, no montante de Esc. 32.972.823\$10, seja aplicado como segue:

para Gratificação Especial aos Trabalhadores, sujeita a impostos incidentes sobre rendimentos de trabalho	17.094.004\$80
para Reserva Legal (5%)	1.648.876\$30
para Reserva para Instalações	5.000.000\$00
para Reservas p/Serviços de Acção Social	5.000.000\$00
para Reservas Livres	4.230.000\$00
	32.972.823\$10

O montante determinado para Gratificação Especial e o correspondente a três meses de vencimento, o que se enquadra na política que tem vindo a ser seguida pela Empresa nos últimos anos e a que nos referimos anteriormente neste relatório.

Porém, atendendo a interesses de carácter financeiro, o Conselho de Gestão propõe que, a ser aprovada a atribuição desta gratificação especial, o montante referente a um mês de vencimento (5.698.000\$00) seja pago o mais brevemente possível e que o relativo aos restantes dois meses (11.396.000\$00) seja liquidado somente quando o Conselho de Gestão verificar que existe possibilidade de o efectuar sem desequilibrar a estrutura financeira da Empresa.

Lisboa, 10 de Julho de 1981

O Conselho de Gestão

Afonso Martins Nabais
Alfredo Parreira Gonçalves
Antonio da Conceição Monteiro
Antonio Francisco de Almeida Domingos
Armando Gualter de C. Nogueira
Artur da Silva Ginga
Fernando Carneiro Gonçalves

Frederico Nogueira de Carvalho
José Barata de Almeida Ribeiro
Manuel Martins Gonçalves
Manuel Rodrigues Dias
Manuel Rodrigues Monteiro
Maria Isabel de O. R. Boaventura
Ramiro da Palma
Vitor Manuel Pimenta Gaspar

BALANÇO ANALÍTICO

Código das Contas	Activo Bruto	Provisões Amortizações Reintegrações	Activo Líquido
ACTIVO			
DISPONIBILIDADES:			
11 CAIXA	4.539.064\$72		4.539.064\$72
12 DEPÓSITOS A ORDEM	26.227.455\$35		26.227.455\$35
	<u>30.766.520\$07</u>		<u>30.766.520\$07</u>
CRÉDITOS A CURTO PRAZO:			
211/216 CLIENTES, C/ GERAIS	266.214.657\$32	10.590.000\$00	255.624.657\$32
213 CLIENTES, C/ LET.TIT.REC. ...	258.355\$00	10.000\$00	248.355\$00
221 FORNECEDORES, C/C.	373.283\$70	13.000\$00	360.283\$70
229 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES.	5.338.877\$80	212.000\$00	5.126.877\$80
233 ADIANTAMENTOS A TRABALHADORES	83.300\$00		83.300\$00
258 ASSOCIADAS, C/C.	4.128.609\$74	165.000\$00	3.963.609\$74
269 DEVEDORES E CRED. DIVERSOS ..	7.083.893\$54	280.000\$00	6.803.893\$54
	<u>283.480.983\$10</u>	<u>11.270.000\$00</u>	<u>272.210.983\$10</u>
EXISTÊNCIAS:			
32 MERCADORIAS	240.654.963\$30	24.065.000\$00	216.589.963\$30
33 PRODUTOS ACABADOS	26.909.952\$60	2.690.000\$00	24.219.952\$60
36 MAT.PRIM., SUBS. E DE CONSUMO ..	93.777.864\$10	9.375.000\$00	84.402.864\$10
	<u>361.342.720\$00</u>	<u>36.130.000\$00</u>	<u>325.212.720\$00</u>
IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS:			
411 PARTIC. DE CAP. EM ASSOCIADAS	144.400\$66		144.400\$66
413 PARTIC. DE CAP. NA PROP. ENPP	180.000\$00		180.000\$00
419 OUTRAS IMOBIL. FINANCEIRAS ..	1.547.750\$00		1.547.750\$00
	<u>1.872.150\$66</u>		<u>1.872.150\$66</u>
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
422 EDIFÍCIOS E OUT.CONSTRUÇÕES ..	6.690.517\$00	133.810\$00	6.556.707\$00
423 EQUIPAM.BÁS. E OUT. MÁQUINAS			
424 E INSTALAÇÕES	21.353.749\$30	12.957.002\$60	8.396.747\$20
425 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	402.886\$20	159.699\$20	243.187\$00
426 MATER. DE CARGA E TRANSPORTE.	4.776.864\$30	1.301.497\$70	3.475.366\$60
	<u>6.238.805\$50</u>	<u>3.166.365\$00</u>	<u>3.072.440\$50</u>
	<u>39.462.822\$80</u>	<u>17.718.374\$50</u>	<u>21.744.448\$30</u>
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:			
431 TRESPASSES	3.975.000\$00	597.500\$00	3.377.500\$00
433 GASTOS DE INSTAL. E EXPANSÃO.	350.987\$60	333.331\$60	17.596\$00
	<u>4.325.987\$60</u>	<u>1.030.831\$60</u>	<u>3.295.096\$00</u>
CUSTOS ANTECIPADOS:			
27 DESPESAS ANTECIPADAS	3.584.629\$80		3.584.629\$80
TOTAL DAS PROVISÕES		<u>47.400.000\$00</u>	
TOTAL DAS AMORT. E REINTEGRAÇÕES.		<u>18.749.266\$10</u>	
TOTAL DO ACTIVO	724.835.874\$03	66.149.266\$10	658.686.607\$93

Lisboa, 31 de Dezembro de 1980
O Técnico de contas,
Frederico Nogueira de Carvalho

BALANÇO ANALÍTICO

Código das Contas	Passivo e Situação Líquida
PASSIVO	
DÉBITOS A CURTO PRAZO:	
211-212-217 CLIENTES, C/ GERAIS	21.664.929\$80
221-222 FORNECEDORES, C/ GERAIS	94.879.801\$10
223 FORNECEDORES, C/ LET. E OUT. A PAGAR ...	160.107.923\$70
235 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	147.195.607\$10
24 SECTOR PÚBLICO ESTATAL	22.946.105\$60
258 ASSOCIADAS, C/C.	2.215.997\$65
261 CREDORES POR FORNEC. DE IMOBILIZADO.....	2.583.493\$40
264-269 OUTROS CREDORES, C/ GERAIS	7.874.623\$35
28 PROVISÕES PARA IMPOSTOS S/ OS LUCROS ...	38.964.385\$80
292 PROVISÕES PARA OUTROS RISC. E ENCARG. ..	1.673.333\$00
TOTAL DO PASSIVO	<u>500.114.200\$50</u>
SITUAÇÃO LÍQUIDA	
52 CAPITAL SOCIAL	50.000.000\$00
RESERVAS:	
556 RESERVA LEGAL	4.879.526\$33
58 RESERVAS LIVRES:	
581 PARA INSTALAÇÕES E OBRAS	25.000.000\$00
582 PARA SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL	25.000.000\$00
583 LIVRES	<u>70.720.000\$00</u>
	<u>75.599.556\$33</u>
RESULTADOS LÍQUIDOS:	
88 RESULTADOS CORRENTES DO EXERCÍCIO	+40.597.574\$03
81 RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS DO EXERCÍCIO.	+ 503.949\$47
82 RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	+ 3.666.425\$40
83	
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS	+44.768.002\$90
28 PROVISÕES PARA IMPOSTOS S/ OS LUCROS	-11.795.187\$90
RESULTADOS LÍQUIDOS	
DEPOIS DOS IMPOSTOS	<u>+32.972.821\$10</u>
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA	<u>158.572.407\$43</u>
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	<u>658.686.607\$93</u>

O Conselho de Gestão,

23 - RELAÇÃO NOMINAL DE ACÇÕES E QUOTAS DE CAPITAL EM SOCIEDADES INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/DEZ. 1980

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Valor nominal	Preço médio compra	Cotação em Bolsa	Valor de balanço		Valor total de aquisição	Diferenças	Obs.
					Unitário	Total			
41 IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS									
411 PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL EM ASSOCIADAS:									
Rodrigues & Alfredo, Lda.	1	100.000\$00	100.000\$00	-	100.000\$00	100.000\$00	100.000\$00	-	
Rodrigues & Batista	1	9.000\$00	9.000\$00	-	9.000\$00	9.000\$00	9.000\$00	-	
Rodrigues & Contreiras	1	9.500\$00	9.500\$00	-	9.500\$00	9.500\$00	9.500\$00	-	
Rodrigues & Quaresma, Lda.	1	6.000\$00	6.000\$00	-	6.000\$00	6.000\$00	6.000\$00	-	
Simões & Freitas, Lda.	1	19.900\$00	19.900\$00	-	19.900\$00	19.900\$00	19.900\$00	-	
	<u>5</u>	<u>144.400\$00</u>	<u>144.400\$00</u>		<u>144.400\$00</u>	<u>144.400\$00</u>	<u>144.400\$00</u>		
413 PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL NA PRÓPRIA EMPRESA	100	1.000\$00	1.800\$00	-	1.800\$00	180.000\$00	180.000\$00	-	
419 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS									
4191 TÍTULOS DE CRÉDITO	25		3.750\$00	-		3.750\$00	3.750\$00	-	
4192 VALORIZ. DE QUOTAS									
Rodrigues & Alfredo, Lda.			950.000\$00	-		950.000\$00	950.000\$00	-	
Rodrigues & Contreiras			594.000\$00	-		594.000\$00	594.000\$00	-	
	<u>25</u>		<u>1547.750\$00</u>			<u>1547.750\$00</u>	<u>1547.750\$00</u>		
Total			1872.150\$00			1872.150\$00	1872.150\$00		

24

Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício	Saldo final	Obs.
52 - CAPITAL SOCIAL	50.000.000\$00		50.000.000\$00	
55 - RESERVAS LEGAIS	3.703.021\$53	1.176.564\$80	4.879.586\$33	
58 - RESERVAS LIVRES	53.720.000\$00	17.000.000\$00	70.720.000\$00	
88 - RESULTADOS LÍQUIDOS		32.972.821\$10	32.972.821\$10	

25

Contas	Saldo inicial	Constituição ou reforço	Utilização	Saldo final
28 - PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS	27.178.161\$00	11.795.187\$80	8.963\$00	38.964.385\$80
29 - PROVISÃO PARA COBRANÇAS DÍVIDAS E OUTROS RISCOS E ENCARGOS	9.589.654\$00	4.449.332\$50	1.093.653\$50	12.945.333\$00
39 - PROVISÃO PARA DEPRECIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS	24.150.000\$00	12.016.339\$00	36.339\$00	36.130.000\$00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Código das contas		Deduções em compras	
EXISTÊNCIAS INICIAIS:			
32	MERCADORIAS	99.952.861\$10	99.952.861\$10
33	PRODUTOS ACABADOS	20.537.074\$10	20.537.074\$10
36	MATÉR.-PRIM., SUBS. CONS. ..	121.378.445\$70	121.378.445\$70
		<u>241.868.380\$90</u>	<u>241.868.380\$90</u>
31/61	COMPRAS:		
311/611	MERCADORIAS	507.287.536\$70	77.651.390\$40
312/612	MATÉR.-PRIM., SUBS. CONS. ..	126.635.794\$60	73.868.888\$60
6127	EMBALAGENS DE CONSUMO	1.529.082\$60	1.529.082\$60
614/619	CONFECÇÃO INTERNA	13.866.910\$10	13.866.910\$10
615	CONFECÇÃO EXTERNA	18.046.237\$70	18.046.237\$70
		<u>667.365.561\$70</u>	<u>151.520.279\$00</u>
38	REGULARIZAÇÃO DE EXISTÊNCIAS:		
382	MERCADORIAS		-230.727\$90
386	MATÉR.-PRIM., SUBS. CONS. ..		-184.812\$30
			<u>415.540\$20</u>
EXISTÊNCIAS FINAIS:			
32	MERCADORIAS	240.654.963\$30	240.654.963\$30
33	PRODUTOS ACABADOS	26.909.952\$60	26.909.952\$60
36	MATÉR.-PRIM., SUBS. CONS. ..	93.772.864\$10	93.772.864\$10
		<u>361.342.780\$00</u>	<u>361.342.780\$00</u>
61	CUSTO DAS EXISTÊNCIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS		396.786.423\$80
63	FORNECIMENTOS E SERV. DE TER.	20.844.223\$20	
641	IMPOSTOS INDIRECTOS	<u>2.434.929\$10</u>	23.279.152\$30
65	DESPESAS COM O PESSOAL	127.777.818\$90	
66	DESPESAS FINANCEIRAS	32.592.158\$97	
67	OUTRAS DESP. E ENCARGOS	<u>1.155.463\$30</u>	161.525.441\$17
68	AMORTIZAÇ. E REINTEGR. DO EXO ..	5.209.405\$00	
69	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	<u>16.463.161\$50</u>	<u>21.672.566\$50</u>
	(A)		603.263.583\$77
82	PERDAS EXTRAORD. DO EXERCÍCIO ..	1.360.210\$33	
83	PERDAS DE EXERCÍCIO ANTERIORES ..	<u>1.707.393\$00</u>	3.067.603\$33
	PROVISÕES PA IMPOS. S/LUCROS		11.795.187\$80
	RESULTADOS LÍQUIDOS		<u>32.972.821\$10</u>
			651.099.196\$00
Código das Contas		Deduções em Vendas	
71	VENDAS DE MERCADORIAS	639.935.651\$50	2.503.545\$60
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS		637.432.105\$90
75	RECEITAS SUPLEMENTARES		60.000\$00
76	RECEITAS FINANCEIRAS CORRENT.		60.000\$00
78	OUTRAS RECEITAS		6.027.513\$40
79	UTILIZAÇÃO DE PROVISÕES		245.199\$50
	(B)		<u>36.339\$00</u>
			<u>643.861.157\$80</u>
82	GANHOS EXTRAORD. DO EXERCÍCIO ..		1.864.159\$80
83	GANHOS DE EXERCÍCIO ANTERIORES ..		<u>5.373.878\$40</u>
			651.099.196\$00
RESULTADOS CORRENTES DO EXERCÍCIO: (b) - (A) = +40.597.574\$03			
O Técnico de contas, Frederico Nogueira de Carvalho			
O Conselho de Gestão,			

VI - ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 - Nada a registrar		
2 - Nada a registrar		
3 - CLIENTES, C/ ESTRANGEIRO - Créditos	93.919.011\$20	
- FORNECEDORES, C/ ESTRANGEIRO - Débitos	326.310\$60	
4 - COMPRAS AO ESTRANGEIRO	807.835\$40	
- VENDAS AO ESTRANGEIRO	114.460.160\$80	
5 - ASSOCIADOS:		
Débitos a curto prazo		
Rodrigues & Alfredo, Lda.	1.724.100\$15	
Rodrigues & Batista	480.383\$55	
Rodrigues & Contreiras	<u>11.513\$95</u>	2.215.997\$65
Créditos a curto prazo		
Simões & Freitas, Lda.	.	4.128.609\$74
Imobilizações financeiras		
vide mapa 23		
Vendas		
Rodrigues & Batista	4.294.814\$20	
Simões & Freitas, Lda.	<u>6.304.598\$20</u>	
6 - Nada a registrar		
7 - Nada a registrar		
8 - O critério valorimétrico das existências adoptado é o do preço de aquisição, tradicionalmente usado na Empresa		
9 - CLIENTES, C/ COBRANÇA DUVIDOSA	1.182.097\$30	
10 - CRÉDITOS SOBRE O PESSOAL	2.569.967\$20	
- DÉBITOS AO PESSOAL	3.984.919\$00	
11 - IMPOSTO DE TRANSACÇÕES:		
Saldo em 31/Dez./80		
mês de Outubro	6.659.009\$00	
mês de Novembro	5.148.379\$00	
mês de Dezembro	<u>5.330.464\$00</u>	17.137.852\$00
Valor liquidado no exercício		42.949.959\$00
12 - DESPESAS COM O PESSOAL		
Remunerações dos corpos gerentes	- \$--	
Ordenados e salários	92.348.528\$50	
Encargos sobre remunerações	20.592.728\$20	
Outras despesas com o pessoal	<u>14.836.562\$20</u>	127.777.818\$90
13 - Nada a registrar		
14 - Nada a registrar		
15 - Nada a registrar		
16 - MATÉRIAS-PRIMAS EM CONFECÇÃO	4.616.527\$10	
- MATÉRIAS-PRIMAS EM ULTIMAÇÃO	<u>6.380.093\$20</u>	
17 - IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		
afectas à actividade da Empresa	21.744.448\$30	
Equipamento básico e outras máquinas e instalações (líquido de reintegrações)		8.396.747\$20
Ferramentas e utensílios (idem)		<u>243.187\$00</u>
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso (idem)		3.072.440\$50
Material de carga e transporte (idem)		3.475.366\$60
Edifícios e outras construções (idem)		<u>6.556.707\$00</u>
18 - 19 - 20 - 21 - 22 - Nada a registrar		
23 - 24 - 25 - conforme mapas anexos		
26 - 00 GARANTIAS BANCÁRIAS	13.069.446\$70	
02 LETRAS DESCONTADAS	22.281.376\$10	
04 LIVRANÇAS EM CAUÇÃO	2.000.000\$00	
08 ACÇÕES PROPRIAS	50.000.000\$00	
010 BANCOS C/ DEPÓS. DE TÍTULOS	153.750\$00	
012 CAUÇÕES ESTATUTÁRIAS	15.000\$00	
014 DEVEDORES por encarg fin. a recuperar ...	757.931\$30	
016 ACÇÕES ATRIBUÍDAS A TRABALHADORES	<u>357.000\$00</u>	

Lisboa, 31 de Dezembro de 1980

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

BALANÇO DE 1980

Exmos. Senhores,

Conforme as disposições legais e estatutárias vimos apresentar o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório do Conselho de Gestão, Balanço Analítico, Demonstração de Resultados Líquidos e respectivos Anexos, a que se refere o art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, os quais se reportam a 31 de Dezembro de 1980 e compreendem todo o exercício de 1980 de Estabelecimentos Rodrigues & Rodrigues, SARL.

1. Este Conselho, no âmbito da competência que a Lei e os Estatutos lhe conferem, acompanhou a Gestão da Empresa no decurso do ano, nomeadamente através da presença participativa de membros seus nas reuniões do Conselho de Gestão e da Comissão Executiva, e da análise de actas, relatórios e outros documentos, tendo constatado que as decisões tomadas se ajustavam às necessidades das diferentes situações e correspondiam aceticadamente aos objectivos de uma sã e criteriosa gestão.

2. Quer através desta actuação quer em reuniões conjuntas com o Conselho de Gestão para que foi convocado, quer ainda pela análise de elementos solicitados a este Órgão, à Comissão Executiva e aos Serviços, o Conselho Fiscal constatou ter existido sempre a preocupação do cumprimento da Lei e dos Estatutos, no essencial.

3. Quando achou oportuno, emitiu recomendações defendeu pontos de vista ou fez chamadas de atenção para certos aspectos susceptíveis de melhoria, os quais na sua maior parte, tiveram implementação adequada. Não obstante, considera que com a reestruturação dos Serviços e remodelação das Instalações, se vai tornando urgente a regulamentação Interna prevista nos Estatutos, nomeadamente no que concerne a pensões complementares de reforma de acção social.

4. Procedeu às análises, verificações e exames, de forma exaustiva ou por amostragem, às Contas, Valores e Documentos-suporte de lançamentos contabilísticos, não tendo encontrado incorrecções dignas de nota. No entanto, foi reiteradamente preconizada a maior actualização dos registos, para melhor e mais oportuno controlo e análise conclusiva para efeitos de gestão ou ainda tempestivo cumprimento de prazos e formalidades legais.

5. Em trabalho de fim de ano e à medida da sua recepção, o Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas, de publicação obrigatória e afins tendo concluído que eles exprimem clara e inequivocamente a situação patrimonial, financeira e económica da Empresa e foram elaborados, no essencial, de acordo com as normas contabilísticas em vigor

Assim:

— as dotações às contas de amortizações e reintegrações e provisões, foram calculadas segundo as taxas máximas em vigor e contém-se dentro dos limites legais;

— os princípios do conservantismo, materialidade, especialização e solidariedade dos exercícios foram rigorosamente respeitados, quanto a custos, proveitos e património (valores activos e passivos);

— as existências foram avaliadas ao preço de aquisição ou custo de confecção, tendo havido um cuidadoso inventário físico de fim de ano, como consta das competentes fichas de inventariação, não tendo resultado diferenças significativas em relação aos registos;

— as imobilizações estão avaliadas ao preço de aquisição, tendo-se abatido os bens totalmente amortizados ou reintegrados;

— o escalonamento temporal dos débitos e créditos, no Balanço, está de acordo com as regras geralmente seguidas;

— os critérios de imputação de custos e proveitos às diferentes secções respeitam o princípio da uniformidade temporal e permitem apreciar com certo rigor os resultados obtidos em cada uma delas;

— não há quaisquer atrasos na liquidação das dívidas ao sector público, respeitando os saldos, constantes do Balanço às prestações ainda não vencidas, e dentro dos prazos legais;

— conquanto não significativas, algumas contas de clientes, pela sua antiguidade, carecem de um perseverante esforço de cobrança ou de regularização por meio de cobranças ou de regularização por meio das provisões.

6. Apreciado o Relatório do Conselho de Gestão, concluiu-se que o mesmo satisfaz as determinações legais, em conteúdo e forma, sendo de destacar o nível técnico e a abundância de elementos de juízo sobre a situação da Empresa e suas linhas de desenvolvimento. O Conselho Fiscal permite-se salientar apenas dois pontos:

a) necessidade de conter a Empresa num ritmo de crescimento de acordo com as suas possibilidades financeiras e estruturais e conforme a evolução do mercado (crescimento controlado);

b) a justeza do critério de fixação das remunerações do trabalho assente num sistema misto isto é, assegurando os números contratuais como salário mensal fixo e complementando-o através do salário variável, consoante os resultados económicos evidenciados no fim do exercício e a capacidade financeira da Empresa

Tal sistema coaduna-se perfeitamente com as características peculiares

da Empresa, é susceptível de estimular tudo e todos para serem atingidos padrões satisfatórios de produtividade e impede que uma fixação de salários mensais-base elevados, comprometa irreversivelmente o necessário equilíbrio económico e financeiro.

7. Em vista do que procede e tidas em conta as observações feitas, o Conselho Fiscal conclui, é de parecer e propõe que:

a) Aproveis o Relatório do Conselho de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo, apresentados por aquele Órgão e referentes ao exercício de 1980, na medida em que satisfazem as disposições legais e estatutárias e definem com clareza e suficiente exactidão o património e a Situação Líquida da Empresa;

b) Aproveis a proposta de aplicação de Resultados do Exercício nos precisos termos em que o Conselho de Gestão o faz;

c) Aproveis um voto de louvor aos membros da Comissão Executiva e do Conselho de Gestão, extensivos aos demais chefes e Encarregados e todos os Trabalhadores em geral pelo esforço, competência e zelo, amplamente demonstrados pela grandeza dos bons resultados obtidos.

Lisboa, 10 de Julho de 1981

O CONSELHO FISCAL

Alberto Helder Henrique dos Santos
 António Brito Gonçalves
 Carlos Alberto Amado Lopes Ribeiro
 Francisco de Lima
 José Alves de Almeida
 José Manuel da Conceição Duarte
 Laurindo dos Anjos Pessoa
 Manuel Dias Moreira Soares
 Victor Manuel Matias Miguel
 Virgílio Camilo Almeida André
 Dr. António Joaquim Pereira Silvão (ROC)

DESPORTO

Paço de Arcos:
os 60 anos

Está a comemorar 60 anos de vida o prestigioso Clube Desportivo de Paço de Arcos, instituição de utilidade pública que é bem um exemplo de pureza e um espelho de total entrega à prática da Educação Física que está na base do revigoramento de uma raça infelizmente depauperada por fenómenos de tal modo assustadores que a interrogação se coloca amiúde: como será o futuro das nossas crianças?

O Clube Desportivo de Paço de Arcos, marcou história maravilhosa nos tempos fabulosos de Jesus Correia, Correia dos Santos, Emídio Pinto e tantos outros ases do patim que enlouqueciam Portugal inteiro nos relatos apaixonados e vibrantes de Domingos Lança Moreira e Alfredo Quádruppo. Crescemos ao escutar as proezas desses mundiais campeões que tinham associado o nome deslumbrante do Clube Desportivo de Paço de Arcos. Hoje, é uma instituição de elevada projecção, onde se pratica patinagem artística, campismo, motonáutica, vela, pesca desportiva, tennis de mesa, andebol, karaté, ginástica, xadrez, ballet e, obviamente, esse hóquei patinado que foi nossa menina dos olhos anos a fio.

Muitas centenas de atletas têm desfilado pelo Clube Desportivo de Paço de Arcos: a festa dos seus 60 anos é como que um longo evocar de faustos e grandezas que ninguém pode deixar de saudar sem reticências, de chapéu na mão e aplauso bem dirigido.

Neves de Sousa

Motociclismo na URSS: evolução

O motociclismo nasceu, na União Soviética, em fins do século passado, portanto, ainda sob o regime czarista da Rússia.

A primeira «corrida de motos» realizou-se, precisamente, a 2 de Outubro de 1898, em S. Petersburgo (hoje, Leninegrado), tendo contado com a participação de, apenas, seis concorrentes. Os habitantes da então capital russa aderiram à prova com muito entusiasmo. Enquanto isto, fabricantes estrangeiros viram, aí, um novo «mercado» para venda das suas máquinas: atendendo a que a Rússia não possuía, ao mesmo tempo, produção própria.

Verificava-se, porém, que as motos só eram acessíveis a pessoas de grandes recursos financeiros (uma escassíssima minoria), já que o seu preço de custo era, de facto, muito elevado. Registe-se, por exemplo, que só 14 concorrentes participaram no primeiro campeonato de Moscovo, efectuado em 1913. De resto, apenas em quatro cidades

(S. Petersburgo, Moscovo, Odessa e Riga) a modalidade era praticada: e por reduzido número de desportistas.

A situação alterou-se no início dos anos vinte e, em muitas cidades do país, foram criados clubes onde a modalidade se desenvolveu: a própria federação soviética começou, no âmbito das várias repúblicas da União, a organizar campeonatos e competições diversas. Paralelamente, Moscovo e Leninegrado viram-se dotadas de pistas para corridas e o Estado subsidiou os clubes a fim de que estes pudessem comprar máquinas modernas ao estrangeiro, as quais foram colocadas gratuitamente à disposição dos respectivos associados.

O primeiro campeonato da União Soviética realizou-se em 1924, e, quatro anos depois, foi organizada a primeira «Espanha» da URSS, cujo programa de competições englobou o motociclismo.

Foi, porém, a partir de 1930, que a modalidade deu um «salto» tremendo, exactamente quando se iniciou a produção nacional de motos: a primeira fábrica ficou instalada em Leninegrado e em breve novas fábricas eram abertas (Ivieski, Taganrog, Podolsk e outras cidades) o que representou, de facto, um impulso absolutamente decisivo na evolução da modalidade.

Entretanto, novas perspectivas se rasgaram quando, em 23 de Outubro de 1935, o Governo soviético publicou um decreto-lei segundo o qual todos os assuntos no domínio do motociclismo (e, também, do automobilismo) passavam para a esfera de competência do Comité Nacional de Cultura Física e Desporto.

Assim, logo no ano seguinte começou a registar-se um novo incremento na prática da modalidade, tendo contribuído significativamente para o seu desenvolvimento as associações desportivas voluntárias do «Dinamo», do «Spartak» e do «Lo-

komotiv»: as que possuíam não só mais experiência na organização de provas como, também, mais disponibilidades financeiras, mercê da sua grandiosidade no que toca à movimentação desportiva de massas.

Aliás, graças ao fabrico dos motos em território nacional, o motociclismo passou a ser, igualmente, praticado no âmbito das empresas produtoras: facto que levou a que o campeonato da URSS, em 1938, fosse disputado, na sua globalidade, pela primeira vez, com máquinas de fabrico soviético. A partir de então, a URSS avançou na massificação da modalidade que, muito compreensivelmente, veio a dar os seus frutos em termos de alta competição.

Sublinhe-se, finalmente que, em catorze campeonatos do mundo, a União Soviética já ganhou doze: Gabrakhman Kadirov (seis títulos), Serguei Tarabanko (quatro), Boris Samorodov e Anatoli Bondarenko (um).

MICROSEPIO

Jorge
no andebol suíço

A equipa suíça Handeball Club Horgen está presente no Porto incluindo o ex-leão e ex-portista Jorge Rodrigues, contratado no final da última época (há dois meses) pelo clube helvético, cujas aspirações são a subida à 1.ª Divisão do seu país na próxima temporada. A turma suíça efectuou diversos jogos-treinos na capital do Norte.

Jorge Rodrigues conta da sua nova equipa:

«Sinto-me muito bem. Os companheiros são de elevado grau de educação social e desportiva, reagindo bem à minha entrada, que é vista como um reforço para ajudar a equipa a corporizar os seus anseios de subida de divisão. As relações com os meus companheiros são as melhores.»

Coelima
no Brasil

A equipa de seniores do Coelima deslocou-se ao Brasil, onde a partir de hoje e até ao dia 7 de Setembro vai disputar uma prova internacional de ciclismo a realizar em São Paulo. A Coelima faz-se representar pelos seguintes ciclistas: Luis Teixeira José Martins, Alfredo Gouveia e Celestino Severino, estando a orientação entregue a Mário Miranda.

Xadrez

Renasce luta
Korchnoi-KarpovAntónio
Sustelo:
lançamento
do disco

Antigo praticante desportivo, irmão de um grande campeão e excelente técnico (o professor Carlos Sustelo) o agora cançonetista António Sustelo, emigrado por essa Europa com carreira estabelecida em terras belgas, acaba de lançar mais um «single», que inclui as composições «Y'a du Soleil» e «A Faina», em que faz parceria autoral com J. Lamarche e J. Lousier. Agora de visita a Portugal e aos familiares e amigos, António Sustelo promete prolongar os seus êxitos artísticos sem descurar a paixão e a prática de várias modalidades desportivas, que lhe recordam tempos ainda recentes em que era exímio futebolista ou (como o irmão) bom lançador de martelo. Agora aí está, mas lançando o (seu) disco.

As autoridades soviéticas e o «grande mestre» Viktor Korchnoi envolveram-se em nova controvérsia sobre a bandeira a utilizar pelo xadrezista apátrida quando defrontar o titular Anatoly Karpov na final do campeonato do Mundo.

Korchnoi, que abandonou a União Soviética em 1976 e reside na Suíça, pretende utilizar a bandeira helvética durante a competição, que começa em 1 de Outubro, em Merano (Norte de Itália).

Os dirigentes soviéticos consideram que Korchnoi é um jogador apátrida e, por isso, opõem-se a que ele utilize a bandeira suíça. A posição soviética teve sucesso quando Karpov e Korchnoi se encontraram pela 1.ª vez na final do mundial de xadrez (em 1976), ganha pelo «grande mestre» mais jovem, por pequena margem.

Nessa altura desistimos da bandeira, mas agora não prescindimos, tanto mais que as leis suíças permitem que um jogador de xadrez utilize o seu símbolo nacional desde que viva no país há mais de um ano, como acontece com Korchnoi, disse o advogado helvético Walter Brodbeck, membro da equipa de Korchnoi.

«Luta de classes» num tabuleiro

A luta de classes, no plano real, é protagonizada por patrões versus trabalhadores, distribuídos pelas respectivas associações de classe. Ao longo dos tempos, diversas têm sido as tentativas de transportar esta luta para o terreno do lazer, mas quase sempre sem resultados práticos. Recentemente, um jornalista do «El País» (Espanha) divulgou um método, que retoma uma iniciativa com quase um sé-

culo de vida. Trata-se de uma forma de jogar o xadrez, a que o jornalista deu o nome de «luta de classes», método inventado em 1884 por Verney.

Verney estabeleceu que, para jogar, basta ter um tabuleiro de xadrez normal e colocar de um lado 32 peões (todos pretos) que encarnam o operariado e, do outro lado, as peças nobres do xadrez tradicional (torre, cavalo, bispo, rainha e rei) ou seja o patronato. Frente a frente os dois exércitos, a «luta de classes» começa no tabuleiro submetendo-se às seguintes regras: os peões avançam sempre uma casa em frente e «comem» na diagonal. Quando alcançam a última fila do adversário, ficam bloqueados e tornam-se inúteis.

Para evitar a derrota dos peões (operariado) o jornalista do «El País» introduziu no jogo de Verney uma alternativa capaz de manter o jogo mais uns momentos. A inovação é simples: dotar os peões de um dirigente que pode ser colocado em qualquer casa entre os «operários». O jornalista do «El País» aconselha que o dirigente deve ficar colocado na 2.ª ou 3.ª fila. Para fazer esta variante, as regras do jogo mantêm-se idênticas às indicadas por Verney e o rei, se porventura alcançar a última fila dos contrários, pode promover-se ao cargo que desejar e achar conveniente para combater os «patrões».

Para lhe facilitar a vida e dar capacidade operacional, este «rei» (dirigente dos peões) pode, caso lhe convenha e quando lhe aprouver, «comer» os próprios peões (que é como quem diz: «fazer rolar cabeças») para avançar no terreno.

A introdução do «líder» produz «nuances» qualitativas na movimentação dos peões e obriga as peças nobres (patronato) a manterem-se numa posição defensiva para evitar a sua despromoção.

A presença do «dirigente» obriga os peões a uma disciplina tática que passa, por vezes, pela situação de não poderem esquecer que ele tem a capacidade de os «comer» em favor do seu avanço no terreno. A abnegação dos peões, que devem estar prontos para «a morte», confere ao «líder» uma mobilidade que, em caso de distração das brancas (patrões) lhe pode permitir, de vez em quando, uma vitória, que pode ser repetida caso o jogador das pedras brancas (patrões) cometer alguma «gaffe» ou desconhecer a importância de um «líder» no meio dos peões (operários).

Natação da mais fina água

O recordista mundial norte-americano Craig Beardsley é um dos 34 elementos da equipa dos Estados Unidos que participa no «Meeting Internacional de Tóquio», dia 29 e 30. Beardsley (recordista mundial dos 200 metros mariposa) e o seu compatriota Chris Cavanaugh (detentor do máximo norte-americano dos 100 livres) são convidados de honra do torneio.

Nadadores dos Estados Unidos, União Soviética, China, Austrália, Canadá e Japão participam no encontro, que se efectua na piscina onde se disputaram os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964.

A Federação nipónica informou que não serão concedidas medalhas ou troféus aos vencedores das 29 provas em disputa.

Peter Szmid (recordista mundial dos 400 livres), lidera as equipas masculinas e femininas do Canadá, num total de 26 elementos.

Entre os oito homens e oito mulheres da União Soviética destaca-se a brucista Lina Kuskhite, recordista mundial do duplo hectómetro.

Tracy Wickham, recordista mundial dos 400 e 800 metros livres, encabeça a turma australiana de 20 nadadores, dez de cada sexo.

MARQUE
O GOLO
DA SUA
VIDA!

Publicidade

DC3

TOTOBOLA

21. ÉPOCA

DESPORTO

Belenenses apresenta protesto na Federação de Futebol

Ao fim da tarde de ontem, o Belenenses entregou, na Federação de Futebol, o formal pedido de inquérito à actuação do juiz santarenense Mário Luís, dizendo na sua exposição que **«poderão existir deturpações da verdade para procurar justificar as expulsões de jogadores do Belenenses, no relatório do árbitro do embate entre o Sporting e os «azuis»»**.

A propósito, relembra-se que, na jornada inaugural do campeonato do ano transacto, precisamente num jogo nocturno processado a um sábado (o Vitória de Setúbal-Amora), Mário Luís mostrou por três vezes o cartão amarelo e por outras tantas o vermelho. Os mais rigorosamente **«contemplados»** foram os amorenenses Figueiredo e Rebelo (que estavam em acção) e o suplente Manuel Fernandes que, tal como provavelmente acontecerá esta temporada a Cepeda, será castigado sem (oficialmente) ter dado um pontapé na bola!

Tibi no hospital

Deu ontem entrada no Hospital de Santa Maria (Porto), para ser operado ao joelho esquerdo, o guardião Tibi. O futebolista das Antas tem o joelho envolvido em gelo, assim permanecendo até desaparecer o derrame, para depois ser operado, o que acontecerá amanhã ou depois.

Conta o «keeper» portista que há 16 anos joga futebol e nunca lhe tinha aparecido uma lesão do mesmo tipo. Ela foi contraída no jogo particular que o FC do Porto realizou há 14 dias, em Braga.

«Um dos pitons das botas ficou preso na relva e torci o joelho, devendo ter sido aí a origem da lesão», conta o veterano guardião.

Sporting antecipa Europa

Está assente que o jogo Sporting-Red Boys, da 1.ª eliminatória da Taça UEFA, se realiza em Alvalade no dia 9 de Setembro, às 21 e 30, com uma semana de antecipação à data dos primeiros jogos da eliminatória. O segundo encontro da eliminatória (no Luxemburgo) realizar-se-á na data inicialmente marcada (30 de Setembro). Antes destes dois encontros o Sporting defrontará o Sporting de Braga (em Alvalade), e o Espinho (no campo deste), respectivamente.

«Magriço» às ordens

João Morais, o antigo sportinguista que integrou o grupo dos «Magriços», encontra-se em Vila do Conde, livre de compromissos como técnico de futebol.

Brasileiros em Viseu

Russo e Serginho, que jogavam no América do Rio de Janeiro, foram contratados pelo Académico de Viseu.

Outros no Bessa

Nelsinho (22 anos, 1 e 80 de altura, que jogava no Desportivo de Guaratinguetá) e Jorge Luis (24 anos, 1 e 82, que já esteve nas fileiras do Botafogo, do Rio de Janeiro) estão a tentar ficar no Boavista, mostrando as suas aptidões (respectivamente de dianteiro e de médio esquerdo) ao técnico Mário Lino. Os dois brasileiros são empresariados por Luís Campos.

Faro em Marrocos

É provável que o Sporting Farense realize um jogo em Meknes, defrontando o Codem de Marrocos (finalista da Taça do Trono) em Setembro próximo. Prevê-se, também, a retribuição da visita da equipa marroquina a Faro. Para o efeito, esteve na capital algarvia o tesoureiro do Codem.

Placard

Hóquei patinado

Infante de Sagres na 1.ª Divisão

A direcção da Federação em face da desistência dos Relógios Invicta (cujo patrocinador não esteve disposto a custear as verbas que lhe foram pedidas, este ano), acaba de indicar o Infante de Sagres, sétimo classificado da zona Norte do Nacional da 1.ª Divisão, para o substituir, na prova deste ano.

O Codem, que foi o quarto classificado da 1.ª Divisão de Marrocos, conta com quatro «internacionais»: Daidi, Hamid, Lachaal e Ghouini. Venceu (em 1969) a Taça do Trono, jogando então, no «onze» o guarda-redes português Carlos Gomes.

Caído em Chipre

Fernando Caiado, adjunto de Lajos Baroti no comando técnico do futebol do Benfica, deslocou-se em 3 de Setembro a Chipre, para observar o Nicósia, adversário da equipa da Luz na 1.ª eliminatória da Taça dos Campeões Europeus.

Particulares

Jogos particulares para hoje: Barreirense-Seleção do Kuwait, Ginásio de Alcobaça-Benfica de Castelo Branco e Desportivo da Guarda-Luso Stars, todos às 21 horas, e, ainda Ermeziende-Leça, às 21.30. Por outro lado, o Lusitano de Évora jogará em Espanha, no Torneio de Málaga.

Olivais e Moscavide

O Clube Desportivo dos Olivais e Moscavide, que esta época disputará o Campeonato Nacional da 3.ª divisão, renovou

contrato com a grande maioria dos seus seniores e promoveu quatro juniores. Em matéria de aquisições conta com Ramos (guarda-redes, ex-júnior do clube que, na época finda, jogou nos campeonatos amadores), Vieira (ex-Futebol Benfica), Teixeira (ex-Vialonga), Vavá (ex-Vialonga) e Madeira (ex-júnior do Clube, que na última temporada representou o Sacavenense). Prosseguem ainda negociações com dois outros atletas (um médio e um guarda-redes), que assim completarão o quadro dos jogadores da colectividade.

Rossi na «Squadra»

O director técnico da selecção italiana de futebol revelou, em Roma que tenciona convocar o suspenso avançado Paolo Rossi para a fase final do Mundial-82, em Espanha.

«Rossi merece uma chamada pelo que fez no Mundial da Argentina» — disse Enzo Bearzot, acrescentando: «Só depois de o ver em acção é que posso avaliar se está ou não em condições de se deslocar a Espanha».

Rossi encontra-se a cumprir um castigo de três anos pelo seu envolvimento no caso das apostas clandestinas, em Itália, em 1979. A pena expira em 1982, um mês antes do início do Mundial.

O futebolista, que alinhava no Lanerossi, foi recentemente contratado pela Juventus (Turim) apesar de não poder actuar na maioria dos jogos da Liga, que começa em Setembro.

Bearzot considerou a Argentina, o Brasil e a RFA como principais favoritos para o Mundial-82.

«Quiniellas»: a miragem e o azar

Com mais de dezasseis milhões de dólares de receita por semana (850 milhões de escudos), as apostas futebolísticas espanholas («Quiniellas») não só criam novos milionários como dão origem a histórias incríveis, que vão da falsificação à síncope cardíaca.

O último caso (por exemplo), é o de António Lopez, de Alicante, que quando ia depositar num banco local o boletim da «Quiniella» com os 14 resultados certos, tomou conhecimento de que a aposta havia sido falsificada e sofreu uma síncope que quase lhe causou a morte. António Lopez estava seguro de ter ganho um prémio de trinta e tal mil contos, mas não sabia que o seu próprio filho (Juan José) o havia enganado. O rapaz havia recebido do pai o boletim da aposta e o dinheiro para o depósito, mas gastou o dinheiro e, como em anteriores ocasiões, falsificou a cópia da aposta que entregou a seu pai. O destino, porém, quis que nesta ocasião a aposta de António Lopez não depositada tivesse sido exacta e o homem, delirante de entusiasmo, tentou cobrar o prémio: mas quando detectou a amarga realidade, sofreu um enfarte que quase o matou.

Um caso similar, menos dra-

mático, aconteceu com Marina Caiado (32 anos) de Tenerife, que falsificou um boletim para «mostrar a hipocrisia de certas pessoas». «Todos os que me consideravam uma pobre negra começaram a tratar-me de outra forma, quando perceberam que me tinha convertido em milionária».

Caiado lava pratos num restaurante e cuida de um velho cego. Segundo afirmou, só pretendia demonstrar certas coisas, sem nenhuma maldade: «A prova é que não quis receber cem mil pesetas que um Banco me oferecia por conta do prémio», observou.

Outra falsificação das «Quiniellas» pertenceu a Margarida Perez (de Gijón), mas esta foi longe de mais, pois recebeu de um banco uma antecipação de dois milhões de pesetas por conta do prémio. Detectada a fraude, o dinheiro foi recuperado, com excepção de 100 mil pesetas que Perez emprestou a uma amiga para pagar a operação de um filho.

Antes de descoberta a falsificação, Margarida Perez prestou longas e alegres declarações aos jornalistas e convidou todos os amigos a comer marisco e beber espumante francês no restaurante onde trabalha.



Allison: certa maneira de encarar a informação

A última acontece em Alvalade, com o chefe desta feliz casa, o treinador verde Malcolm Allison que, pelo que começa a entender-se, terá linhas muito próprias de actuação, especialmente no que toca à interferência dos Órgãos de Comunicação Social na vida futebolística do Sporting. O compatriota de Ronnie Allen (lembra-se, Manuel Marques?) acaba de decretar o seguinte:

1 — Que nenhum jornalista tenha entrada nas cabinas do estádio que é propriedade dos sportinguistas, como nas cabinas reservadas aos «leões» em outros campos, após os encontros em que participe a turma do clube presidido por João Rocha.

2 — Malcolm Allison não se importa de falar para os homens da Imprensa, da Rádio ou da Televisão, autorizando também que os futebolistas seus alunos dêem uma palavrinha para o Mundo, mas precisa que, antes disso, lhe seja entregue a lista dos nomes «cobiçados» para as entrevistas.

Allison, que parece deslumbrado com a sua situação no futebol português, pelo facto de estar à frente do «plantel» de um grande e prestigioso clube, tem de arrear imediatamente caminho, para não prolongar a infeliz temporada portuguesa de Ronnie Allen e, pelo contrário, ser digno de um dia ficar colocado junto ao compatriota John Mortimore, verdadeiro exemplo de correcção que todos nós, os da Informação, receberemos sempre com agrado geral e toda a consideração.

Volante do ano

Reutemann ou Jones?

O campeão mundial de «Fórmula Um», Alan Jones (Austrália) disse, em Monza, que vai lutar contra o seu colega de escuderia Carlos Reutemann (Argentina) enquanto tiver hipóteses de revalidar o título.

Jones e Reutemann pertencem à escuderia «Williams» e o segundo lidera o mundial de «Fórmula Um», quando faltam quatro «Grandes Prémios» para o final da competição.

Reutemann é favorito, mas ainda tenho hipóteses de chegar ao título. Se ganhar duas corridas e ele não ficar entre os primeiros, posso perturbá-lo — acrescentou.

Reutemann também corre em «Williams», mas é um adversário e, por isso, vou dar-lhe luta até ao fim — sublinhou Jones, confirmando indirectamente, as mas relações existentes entre os dois pilotos oficiais da escuderia.

«Ilha Lilás»

A volta em automóvel à ilha Terceira, denominada Rali Ilha Lilás, disputa-se de 11 a 13 de Setembro. A mais importante prova do calendário automobilístico da ilha Terceira terá a participação de 12 pilotos, seis das quais da ilha de S. Miguel.

Basquetebol

Atlético contrata nos EUA

Kenneth Kirkwood é o novo reforço do basquetebol alcantarense. Vindo dos Estados Unidos, Kenneth mede 1,90 m e tem 22 anos, sendo considerado um excelente lançador.

O Atlético (que este ano tem o apoio publicitário da Grundig) espera poder contar com um segundo americano, para além dos seguintes jogadores, Kirkwood (que já treinou com a sua nova equipa), Carlos Freire e Alvaro Mota — ambos ex-Barreirense — Jorge Matos, ex-Joazeiro, Artur Leiria, Seixá, José Vitor, José Gomes, Mota e Ezequiel, sendo ainda possível a utilização dos juniores António Leiria, Coelho, Mário Paulo e José Gentil, que já treinam com os seniores.

Entre os jogadores alcantarense foram também convocados responsáveis da Associação (convite) e da Associação (convite) a realizar o torneio (Espanha) nos dias 12 e 13 de Setembro, conjuntamente com as formações do clube do Basquetebol OAR de Alcantara.

«Mini» de futebol

Cerca de 100 jogadores participaram num torneio de minibasquete organizado pelo Município de Alcantara, em 11 de Setembro, na Escola Secundária do Funchal. A 1.ª e 2.ª de Setembro, foram as equipas de Santa Cruz e Alcantara (2.ª de Évora) a vencer, com a vitória (8).



O dr. José António Arsénio, cônsul de Portugal em New Bedford esteve de visita ao nosso país e voltou a encontrar-se com homens da Informação que sempre o encontraram, nas andanças pelo Mundo, como excelente cooperante dos jornalistas em função profissional.

Cineastas brasileiros preocupados com o problema índio



Joe Jackson «single» com nova formação

Depois de alguns meses de aparente inatividade, Joe Jackson regressa com um grupo totalmente novo. O nome é «Jumpin Jive» e Joe acentua que esta nova formação não é apenas totalmente diferente da sua banda anterior: também o repertório é outro e não há aqui canções de Joe Jackson.

O material da «Jumpin Jive» é aquilo que Joe descreve como «Jump Music, Jive Music e Swing, música dos anos 40; Cab Calloway, Louis Jordan e outros Hep Cats».

Joe aparece acompanhado por uma orquestra já nossa conhecida, o versátil Graham Maby no baixo, mas uma olhadela para o resto da formação deixa-nos entender que isto não é exactamente uma banda de «rock'n'roll»: Dave Bittelli (sax barítono e tenor e clarinete), Pete Thomas (sax alto), Raoul Oliveira (trompete), Nick Weldon (piano) e Larry Tolfree (bateria), são estes os nomes.

Segundo os peritos brasileiros, no ano 2000 os índios deixarão de existir quase por completo no país. «Os índios do Brasil são tão poucos que, seja o que for que eles façam ou que se lhes faça, não poderão influenciar o destino do país, nem prejudicar o desenvolvimento e progresso deste — disse o professor Darcy Ribeiro, um dos autores do filme «Terra dos Índios». Ao mesmo tempo, a presente situação dos índios, nossos concidadãos, prejudica grandemente a nossa dignidade nacional, apelando à nossa consciência. A solução do problema índio mostrará se seremos dignos de nos chamarmos pessoas civilizadas, se estaremos à altura do povo de que descendemos.»

A cinematografia brasileira não se esquivava a focar o problema do índio brasileiro. Uma grande parte dos filmes e documentários focam a trágica sorte do índio «integrado», incapaz de se integrar na sociedade «branca» que lhe é estranha, destruindo a sua comunidade étnica, abastardando a sua língua e esterilizando as suas tradicionais leis de vida e estrutura moral.

São de grande interesse etnográfico e antropológico os documentários como «Xingu Terra» (realização de Maureen Bisiliat), cujo tema é o Parque Nacional Xingu, uma das maiores zonas reservadas para os índios, «Os índios do Rio Gavião» (Masari), «Guarani» (Regina Gea), «Artesanias do Crão» e «A Lenda de Ubirajara» (André Luis de Oliveira). Frequentemente, os filmes contam lendas de várias tribos índias. Mas, não obstante todo o interesse e boas intenções dos autores, que pretendem uma descrição objectiva do exotismo, agora em decadência, estas obras não passam de ilustrações.

Não se pode dizer o mesmo em relação ao já referido «Terra

dos Índios», realizado por Zelito Viana, filme dedicado aos trágicos acontecimentos de 1977-1978, altura em que os rendeiros brancos desencadearam uma «guerra não-declarada» contra várias tribos e comunidades índias do Rio Grande do Sul.

Logo no início aparecem no écran títulos de jornais: «Os Índios ameaçam atacar as terras na região do Paraná», «Os colonos brancos abandonam o Paraná», «Os Índios perturbam a ordem legal no Paraná». Segue-se a parte documental: tanques irrompem em aldeias índias, levando soldados completamente armados para o combate; casebres em chamas, os sobreviventes — velhos, mulheres, crianças — a fugirem para o bosque... As seqüências documentais, alternam com entrevistas a representantes de comunidades índias.

«Reclamamos a justiça — declara Marçal, um líder da tribo guarani. Pretendemos denunciar a mentira ao conhecimento geral, a miséria, fome e humilhações que a civilização nos trouxe». Marçal e Tomás, um companheiro seu que, juntamente com ele, assistiu Z. Viana e D. Ribeiro na elaboração do documentário, são índios «educados», isto é, alfabetizados. Indivíduos como eles são muito raros entre os índios.

O realizador volta a dar a palavra aos dirigentes índios. «A cidade não tem nada do modelo de civilização que os brancos nos elogiam tanto. Temos a nossa própria noção da civilização. Na cidade, o índio torna-se num objecto de comércio.»

Na tela, surge uma cidade do Mato Grosso, na qual florescem a prostituição, as doenças e os crimes. Foram transferidos para ali centenas de índios, sob o pretexto formal de concretização do programa de «assimilação»; na verdade estava em causa o corte, em larga escala, da floresta situada nas suas terras. «A

madeira dá milhões de cruzeiros aos industriais e nós moramos em choupanas de folhas de palmeira que, por sua vez, nos são negadas», diz um ex-habitante da selva, hoje obrigado a pedir esmola à porta de um restaurante que imita, como é moda, a cabana índia.

À procura da divindade

Por mais de uma vez que os aborígenes se pronunciaram em defesa dos seus direitos. Muitos brasileiros guardam na memória a grandiosa «Marcha dos Índios», que exigiu na capital um encontro com representantes do governo. No entanto, o problema continua ainda sem resolução.

Entre os filmes dedicados aos índios, a maior repercussão, tanto no Brasil como no estrangeiro, foi dada a «Iracema», de Jorge Bodanzky e Orlando Senna. A apresentação no circuito comercial desta película, produzida em 1974, não foi autorizada antes do ano passado.

O enredo do filme, assinalado por uma brilhante interpretação de Edna de Cassia, atriz não-profissional em cujas veias corre o sangue índio, e por Paulo César Pereiro, é trágico e desesperado, como o é o destino de milhares de raparigas como Iracema, a protagonista principal.

Criado com base nas tradições do realismo crítico, este drama cinematográfico surge como uma severa condenação da sociedade burguesa, que se mostrou incapaz de resolver tanto os problemas de classe, como os raciais. Foi com toda a razão que vários críticos brasileiros qualificaram o filme como a melhor obra da cinematografia nacional dos últimos anos. O prémio Georges Sadoul, o da TV da RFA e o do festival de Taormina (Itália), por ele granjeados, testemunham o alto apreço também por parte da crítica de cinema europeia. (NOVOSTI)



Carlos Paredes prepara disco para nova editora

Carlos Paredes assinou contrato com a Polygram, passando agora a gravar, em exclusivo, para aquela editora os seus novos trabalhos discográficos.

Mestre incomparável da guitarra portuguesa, Carlos Paredes prepara já um novo álbum, o primeiro, a editar, pela nova firma, dentro de pouco tempo. Em nota informativa, onde revela o novo contrato com o popular artista, a Polygram não refere números. Admite-se, todavia, que as condições financeiras estabelecidas permitirão a Paredes uma maior disponibilidade para a criação musical num género de que, lamentavelmente, parece não ter continuadores.

Paulo de Carvalho lança a «Abracadabra»

Paulo de Carvalho acabou recentemente, o seu novo trabalho de originais que terá o título de «Abracadabra» e será igualmente lançado pela nova editora de Carlos Paredes.

A venda dentro de dias, o disco, que contém temas da autoria do próprio Paulo de Carvalho e de Isabel Bahia, teve produção e arranjos de Joni Galvão e foi gravado nos estúdios da R.P.E.

Como músicos convidados participaram em «Abracadabra» João Paulo (piano), Joni Galvão (guitarra), Luís Duarte (baixo) e Xavier Juan (bateria) para além duma secção de sopros, um percussionista e um teclista.

De referir ainda as participações no álbum de Rui Veloso e Adelaide Ferreira dois dos nomes mais significativos do chamado rock em português.

Segundo a opinião dos que já ouviram o álbum, trata-se talvez do melhor trabalho da auspiciosa carreira de Paulo de Carvalho, indubitavelmente uma das melhores vozes masculinas da canção portuguesa contemporânea.

«Doce»: disco de prata

As «Doce», classificadas na quarta posição no último Festival da RTP, acabam de receber um «disco de prata» pela venda de mais de 30 mil exemplares de «Ali Babá» — a sua canção corrente.

O conhecido quarteto feminino parece manter ainda elevados índices de popularidade, a avaliar pelos numerosos espectáculos ao vivo para que tem sido solicitado no corrente Verão.



CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE LOURES

PASSEIO PARA A TERCEIRA IDADE

- 1 — A Câmara Municipal de Loures, através dos Serviços de Cultura, Desportos e Tempos Livres, vai promover, no próximo dia 14 de Setembro, entre as 8 e as 20 horas, um passeio recreativo e cultural, destinado às pessoas da Terceira Idade, residentes no Concelho de Loures.
- 2 — Todas as despesas com o passeio (incluindo o almoço) serão suportadas pela Câmara Municipal de Loures.
- 3 — Podem inscrever-se todos os indivíduos, de ambos os sexos, com mais de 55 anos de idade, que sejam reformados, pensionistas, ou vivam por conta de outrem (não se encontrando, portanto, no activo), quer estejam a residir em Lares, Casas de Saúde ou Repouso, quer residam em casas particulares.
- 4 — As inscrições deverão ser feitas, em impresso próprio, nas sedes das Juntas de Freguesia, Casas do Povo, Lares para a Terceira Idade ou na Câmara Municipal de Loures, até ao dia 4 de Setembro de 1981, locais estes onde, também, podem ser consultados o Regulamento e Itinerário.
- 5 — Todas as informações serão fornecidas pelo Gabinete de Cultura, Desportos e Tempos Livres da Câmara Municipal de Loures, através do telefone n.º 983 00 12, durante as horas normais de serviço.

Loures, 20 de Agosto de 1981
O Vogal da Comissão Administrativa

(Victor Manuel Conceição Santos)



NÃO FUME EM RECINTOS FECHADOS



GRANDIOSOS DESCONTOS no ANIVERSÁRIO da MATUGULA

Mobiliás Império, Séc. XVII, Luis XVI e Modernas, Estantes, Maples e Sofás-camas em todos os modelos em pele Papel de parede, Alcatifas

NÃO DEIXE DE VER OS NOSSOS SOFÁS-CAMAS EM PELE TIPO FRANCÊS * CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EMIGRANTES

SEDE: Praça Paiva Couceiro, 1-1100 Lisboa SALÃO DE EXPOSIÇÃO: Rua Neves Ferreira, 4-A
Telefone 846839 Telefone 824840

ALCATIFAS SALDOS

NÃO COMPRE SEM NOS VISITAR

PESTANA & COUCEIRO

Largo Dr. António Sousa Macedo, 6 • Tel. 67 59 48 • (AO FUNDO DA CALÇADA DO COMBRO)

PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA
NÃO COMPRE SEM NOS VISITAR

AS MELHORES MARCAS
AOS MELHORES PREÇOS

milhares
de m ao
desbarato

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

Entregues à bicharada

Angola, terra de coragem nossa irmã, corre perigo. O **Telejornal** trata do assunto ao cair da folha, com indiferença. Muito preocupada com a objectividade: Angola diz que, a África do Sul diz que. Ou seja, no mesmo pé de confiança e de igualdade a palavra honrada e o ronquejar facista do **apartheid**. Isto não acontece por acaso. Isto acontece porque velhos escalrachos proençam e fagueiram na RTP.

Por essa e por outras é que a televisão obtém agora os mais baixos índices de audiência da sua história. O **Telejornal** — parcial, sucursal da desestabilização, factor de discórdia entre os portugueses, mal redigido, mal falado, mal organizado, órgão de propaganda da coligação no (des)governo — o **telejornal** tem grande responsabilidade no descrédito.

Hoje, a televisão, em termos de popularidade vive à custa da **Água Viva**. É um caso fétido de proxenetismo. Mas a quem quiser lá chegar, a televisão obriga-o a atravessar o deserto. Terrível preço!

Ontem, antes da purga do Miguel, tivemos uma emissão de 1+1Y1. José Augusto Seabra, em termos televisuais, esteve melhor do que de costume. Conversando, disfarça. Cómico, por todo ele artificial, aquele diálogo com um «telespectador»:

— Então, doutor, não tem apatado pela faculdade...
— Não esqueça que estamos em férias...

Ora se o telespectador é aluno, também deve estar em férias; se o não é, qual a razão do espanto?

A emissão não tem história: sem material novo, Seabra flechebeça sem qualquer interesse para a audiência. Rui Ramos aproveita para realizar um exercício de televisão, um tele-solfejo para encher tempo. Ficamos a saber, pela voz do próprio Seabra, perdão!, do doutor José Augusto Seabra, que o povo do Norte é mui apreciador dos seus programas culturais.

Compreende-se. A plebe tripeira andava lá muito sequiosa de notícias sobre a Renascença Portuguesa. Os metalúrgicos da pintura portuense chegaram ao ponto de ameaçar a RTP: «Ou nos falamos do saudosismo, ou deixamos de pagar a taxa.» Os rendeiros e lavradores do Norte declararam há semanas:

— Não fazemos finca-pé no escoamento das batatas, nem na carestia dos adubos, nem no subsídio do gásóleo. Mas numa coisa somos inflexíveis: queremos que o doutor José Augusto Seabra nos fale dos parâmetros da cultura plural. Dizem que é melhor do que a cultura dos hibridos.

A influência das emissões foi tal que as aprendizas de alfaiate trocaram a «Crónica Feminina» pela obra de Leonardo Coimbra. O doutor tem razão: a cultura pela televisão é uma coisa mesmo boa. Consta que a RTP, ciente desse facto, vai passar a emissão de meia hora para três horas. Talvez nessa perspectiva é que diversas agências funerárias estão abrindo sucursais por todo o País. As pessoas morrem de chateio — mas muito cultinhas, graças a Deus.

Por estas e por outras é que aquele cómico dizia: «Há quem não veja televisão; há quem prefira sair e divertir-se»...

José Augusto Seabra, não se iluda: os telespectadores estavam mas era à espera dos «Ropers». Sempre se entretêm alguma coisa. E, vamos lá, sem grande escândalo. Em termos de humor rasteirinho, a rubrica consegue ser preferível a certas produções americanas tipicamente tolas.

O humor é contagioso. Alastra, como uma nódoa de vinho. O **telejornal** sofre-lhe a proximidade e agora, como já referi, deu-lhe para a bicharada. Aquilo parece, antes, a arca de Noé.

Ontem o relevo foi para as tartarugas do Aquário Vasco da Gama e as imagens desmentiam as palavras: parece que as po-

bres não estão assim tão à vontade como isso.

Dos Estados Unidos vieram também imagens da apanha de jacarés num pântano da Florida. Os jacarés são depois enviados para diversas partes do mundo. Para Israel, por exemplo. Como, aliás, já se sabia. Nem Israel se atrevia a fazer o que faz, se não fosse a presença deles.

(E alguém nos pode garantir que não se sentem às secretárias da RTP uns jacarezinhos americanos e alemães?)

Claro que a fauna habitual, essa, continua. Mário Soares ultimamente aparece muito, a propósito de tudo e de nada, de qualquer modo, sempre mais a propósito de nada, que de tudo.

E pronto. Mais um programa visto, mais um dia da minha vida assassinado. Achar que me queixe à Judiciária? Não? Então a quem? A Deus nem pensar nisso. Diz Ele que vai mandar baixar uma lei considerando a televisão pecado mortal.

Batem-me à porta. São duas horas da madrugada.

— Quem é?

— Sou eu... Posso entrar?

Era a Lígia:

— Escute aí. Não quer que eu lhe dê uma massagem?

Por incrível que pareça, recuso. Só me apetece dormir, fingir que esqueço...

Hoje



Jogos Sem Fronteiras directamente de Sunderland

- 18.50 Abertura
- 18.52 Sumário
- 18.57 Tempo dos Mais Novos
- 19.30 País, País
- 20.05 Eurovisão — Jogos Sem Fronteiras
- 21.35 O Tempo
- 21.40 Telejornal
- 22.15 «Água Viva» — episódio n.º 130.
- 22.55 Últimas Notícias
- 23.00 Encerramento da Emissão



O maestro Leonard Bernstein ensaia Mahler



- 20.27 Abertura
- 20.30 Informação/2
- 21.00 «A Vida de Lord Mountbatten»
- 22.00 Recital de Violoncelo e Piano
- 22.40 Encerramento da Emissão

Amanhã



18.50: Abertura; 18.52: Sumário; 18.57: Tempo dos Mais Novos; 19.30: País, País; 19.50: Res-Pública; 20.25: O Tempo; 20.30: Telejornal; 21.05: Vamos Jogar no Totobola; 21.15: «Os Anjos de Charlie»; 22.10: «Água Viva»; 22.55: Últimas Notícias; 23.00: Encerramento da Emissão.

20.27: Abertura; 20.30: Informação/2; 21.00: Noite de Cinema; 22.45: Encerramento da Emissão.

Grupo A - maiores 6 anos

QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO ÀS 22h

CAVALEIROS

LUÍS MIGUEL DA VEIGA
JOÃO PALHA R. TELLES

ESPADAS

MÁRIO COELHO
VICTOR MENDES

FORCADOS

AMADORES LUSITANOS

8 TOIROS 8

DA SOCIEDADE AGRÍCOLA
VALE VIDAL Lda.
(Antes Tomás da Costa)

GRUPO DE CAMPOLIDE/ACADEMIA ALMADENSE

— T. 275 21 75

GUERRA NÃO, OBRIGADO

B. Brecht

19. 23 e 25 de Setembro, em Brandosa - Damaia - Venda Nova

EM ENSAIO - A RECTA GUARDA -
de Romeo Correia



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral
dos Serviços Eléctricos
EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º 1/5835, arquivo 9, para o es-

tabelecimento no concelho de Torres Vedras, de uma linha aérea a 10 kv. n.º 1088/R-20, com 56 m. do poste n.º 48 da linha n.º 1088 ao PT n.º 2684-C dos Serviços Municipalizados da C. M. de Torres Vedras, em Loubagueira.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, em 24 de Julho de 1981.

O Engenheiro Director,
João Carlos Oudinot Larcher
Nunes

O PUBLICO APLAUDE DE PÉ O NOVO NUMERO

«O VIRA DO CHICO PINTO PRIMEIRO!!!»

ADOCQUE
TELEF. 87 44 76

PAGA AS FAVAS!

De 3.ª a 5.ª às 21.30
6.ª e sáb. às 20.30 e 22.45
Domingos às 16 e 21.30

UM GRANDE ELENCO NUMA GRANDE REVISTA!



GRUNDIG
qualidade em toda a linha!



Jogos Sem Fronteiras
(20.05)

Recital
(22.00)



Além de um programa à escolha oferece-lhe



Resumo do episódio de hoje

Suely comunica a Jader que resolveu ir ao encontro de João, em Paris, porque não suporta mais a indiferença de Nelson em relação a ela e está cansada de todos a olharem com pena. Sem que ninguém saiba, Miguel encontra-se com um detective particular e contracta os seus serviços para uma investigação. Lígia convence Sandra a comemorar o seu aniversário dos dezoito anos, com uma festa na casa de Angra. Por sugestão de Suely, ela e Nelson saem à noite, numa espécie de despedida, embora ele não saiba que ela vai viajar. Suely sai com Maria Helena e despede-se, mas pede que ela não conte nada a Nelson. Suely viaja sem dar qualquer satisfação a Nelson. Dias depois, Nelson recebe um cartão postal de Paris, assinado por Suely e pensa tratar-se de uma brincadeira.

ASSISTENCIA TECNICA GRUNDIG

NACIONAL RÁDIO - Rua B. Jesus Carça 17 Carcavelos - Tel. 2112871



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA
E ENERGIA
SECRETARIA DE ESTADO
DA ENERGIA E MINAS
Direcção-Geral
dos Serviços Eléctricos
EDITOS

Faz-se publico que, nos termos para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul, sita em Lisboa, na Rua Pascoal de Melo, 81-3.º, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Franca de Xira, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no Diário da República, o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal-FDP, Direcção de Distribuição Tejo, a que se refere o processo n.º PT/5557-7/7, arquivo 9, para o estabelecimento no concelho de Vila Franca de Xira, de uma linha aérea a 10 kv, n.º 1125/R-16 com 589 m, do poste n.º 40 da linha n.º 1125 ao PT n.º 5557 em Casal da Bica (Ar. ena).

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção de Fiscalização Eléctrica, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Direcção de Fiscalização Eléctrica do Sul em 28 de Julho de 1981.
O Engenheiro Director,
João Carlos Oudinot Larcher Nunes

Música

O alaudista norte-americano **Hopkinson Smith** dá hoje um recital, às 21.30, na Igreja Paroquial de Carcavelos, integrada no VII Festival de Música da Costa do Estoril. Do programa, constam obras de Mouton, Weiss, Bach e Dufaut.

O VII Festival de Música da Costa do Estoril encerrará nos próximos dias 28 e 29 de Agosto com dois grandes espectáculos de danças populares, a cargo do mundialmente conhecido Grupo de Danças «Lénica» (danças eslovacas), procedente de Bratislava, composto por 60 figuras entre bailarinos, músicos e cantores. Estes espectáculos realizar-se-ão no Parque Palmela em Cascais, às 21.30 horas.

O I Festival de Música do Convento dos Capuchos (Costa de Caparica) prossegue amanhã, às 21.30, com um recital de alaúde pelo já referido Hopkinson Smith, que apresentará um programa sensivelmente igual ao do concerto que dará hoje em Carcavelos. No sábado, também às 21.30, haverá um recital de piano a quatro mãos, denominado «En Rouge et Noir», de homenagem a Stendhal. Olga Prats, Constança Capdeville, Janine Moura e João Paulo Santos interpretarão obras de Beethoven, Brahms, Schubert, Stravinsky e Erik Satie.

Jazz na rua. A Câmara Municipal de Cascais promove dia 29 do corrente um



O mestre do «suspense» esta noite nos Claustros do Convento de Jesus...

concerto de jazz com o Trio de Rão Kyao.

O concerto de jazz realiza-se no Largo Luís de Camões, em Cascais, ao ar livre, às 18 horas, com entrada gratuita.

Rão Kyao encontra-se a promover o seu disco «Cascais Jazz ao Vivo» já esgotado no mercado e devendo sair em breve nova edição. Será acompanhado pelo organista inglês Mike Carr.

Entretanto, nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de Agosto e 1 e 2 de Setembro, Rão Kyao (saxofone e flauta), Mike Carr (orgão) e Mário Barreiros (bateria) tocarão, às 22.30, na cave do Restaurante Nova Goa, na Rua Tomaz da Anunciação, 41, em Campo de Ourique.

«O Rock na Fábrica» volta a ser o título genérico para

roteiro cultural

Exposições

«Um olhar sobre o Barreiro» é o título de uma exposição patente naquela cidade, organizada por Augusto Valegas e Augusto Cabrita. Local: Rua Eusebio Leão, 20 (por trás da sede do Luso).

Raul Perez expõe nas Arcadas do Parque, no Estoril. A mostra, promovida pela Junta de Turismo da Costa do Sol, pode ser visitada diariamente, encerrando no dia 4 de Setembro.

Uma exposição de artes decorativas portuguesas está patente no Museu Nacional de Arte Antiga. Inclui um total de 175 peças, abrangendo períodos que vão do século XV ao século XVIII (móveis, têxteis, ourivesaria e objectos de vidro. A mostra pode ser visitada às terças, quartas, sextas-feiras e sábados, das 10 às 17 horas, e às quintas-feiras e domingos, das 10 às 19 horas.

Em Leiria, na Galeria Capital (R. Duarte Pacheco, 9) expõem trinta artistas. A mostra pode ser visitada das 9 às 13 e das 15 às 19 horas.

Teatro

Todas as quartas e sextas-feiras, às 21 horas, e às quintas às 19, Isabel de Castro representa a peça «O Desconcerto», de Jaime Salazar Sampaio, numa encenação de Glicínia Quartim. Trata-se de uma produção de «O Teatro à Beira da Estrada», por agora ancorado na Travessa dos Prazeres, à Rua Saraiva de

Carvalho, em Campo de Ourique.

Livros

Lançamento de «Arte Juvenil». Terá lugar na próxima sexta-feira, pelas 21.30, na Comissão de Moradores da Reboleira Norte/Centro (Av. D. José I, n.º 59-A), o lançamento do livro «Arte Juvenil» — colectânea de poemas e desenhos dos jovens Ana Adelaide, Custódia Rocha, Fernando Lobo Duarte, Rui Brás e José Paulo.

Poesia

Encontro de Poesia em Almada. Decorre até ao próximo dia 28, na Oficina de Cultura da Câmara Municipal de Almada e em terrenos e instalações circundantes, um encontro de poesia no qual participam alguns dos maiores nomes da poesia portuguesa. Armindo Rodrigues, Urbano Tavares Rodrigues, António Gedeão, Carlos Paredes, Romeu Correia, Joaquim Pessoa, José Carlos González, Maria Rosa Colaço, Pedro Tamen, Ary dos Santos, Mello e Castro e Pedro Alvim são alguns dos nomes que lançam um convite-desafio a todos os poetas, cantores, músicos, dançarinos e outros artistas, para um encontro-convivio com os cultores da poesia entre si com as populações dos distritos de Lisboa e Setúbal. Outros aliciados desta festa da poesia: «noitada» em torno de uma fogueira, recitais e canto a bordo de um cacifeiro que sulcará durante horas as águas do Tejo, coros alentejanos, etc.

Universidade do Minho

ANUNCIO

Por Edital publicado no Diário da República, II Série, n.º 187, de 17.8.81, está aberto concurso documental pelo prazo de trinta dias, para o recrutamento de assistentes ou assistentes estagiários, além do quadro, para as disciplinas no âmbito de:

Estudo do Trabalho;
Ergonomia;
Higiene e Segurança Industrial

As candidaturas podem apresentar-se candidatos com licenciatura ou curso superior equivalente adequado, com a informação de BOM.

As candidaturas, acompanhadas dos documentos indicados no Edital, devem ser enviadas à

CAPDI — Reitoria da Universidade do Minho, Largo do Paço, 4.719, Braga, Codex



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS

(Por unidade)

COMPRA VENDA

AFRICA DO SUL (rand)	52\$30	57\$30
ALEMANHA FED. (marco)	26\$30	27\$40
AUSTRIA (xelim)	3\$65	3\$85
BELGICA (franco)	1\$469	1\$669
BRASIL (cruzeiro)	\$395	\$645
CANADA (dólar - notas de 1 e 2)	54\$05	56\$05
(notas de 5 a 1000)	54\$55	56\$55
DINAMARCA (coroa)	8\$40	8\$81
ESPAÑA (peseta)	\$624	\$724
EUA (dólar - notas de 1 e 2)	65\$65	67\$65
(notas de 5 a 1000)	66\$15	68\$15
FINLÂNDIA (marka)	14\$25	14\$85
FRANÇA (franco)	10\$85	11\$55
HOLANDA (florim)	23\$70	24\$70
INGLATERRA (libra)	120\$85	124\$85
IRLÂNDIA (libra)	96\$75	100\$75
ITALIA (lira)	\$048	\$058
JAPÃO (iene)	\$260	\$295
NORUEGA (coroa)	10\$70	11\$20
SUECIA (coroa)	12\$45	13\$05
SUIÇA (franco)	30\$25	31\$35
VENEZUELA (bolivar)	12\$90	13\$90

Observações:

1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.



UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO

Lisboa Estoril Porto Guimarães Faro Portimão Madeira e Açores

rádio

Antena 1

16.00: Sem margem — um nome...
17.00: Jogo de antena; 18.00: Que literatura portuguesa temos?; 18.45: RDP-regiões; 19.00: Crónica da Rádio Vaticana; 20.00: Enquanto os outros vêem TV — sinfónico incompleto; 21.00: «Rôças na Província», de Júlio Dinis — programa da noite; 22.00: Inter-rádio; 02.00: Madrugada na RDP-Lisboa; 05.30: Terra e mar. Grandes blocos informativos: 13.00, 19.30 e 23.30.

Programa 2

16.00: Curiosidades musicais; 16.45: Música de cravo; 17.00: Intercâmbio musical; 18.00: Música portuguesa em foco; 19.00: Crónica da Rádio Vaticana; 19.10: O cinema nas palavras e nos sons; 19.30: Música de piano de Mozart; 20.05: Escrever hoje; 20.40: Música de câmara; 21.00: Temporada de 1980/81 da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa; 23.00: Música da Renascença; 00.00: Ciclos da música popular; 01.00: Fecho.

Rádio Comercial (283, 290 e 397m)

15.45: Teatro trágico; 17.03: Todos no topo; 18.08: Hora de ponta; 18.10: Espoço 3 P; 20.03: Quando o telefone toca (1.ª edição); 20.30: As cidades e as serras; 21.03: Telefone top; 21.30: Quando o telefone toca (2.ª edição); 22.03: Portugal e a CEE; 22.15: Hora literária; 22.30: Tempo de desporto; 23.08: 24.ª hora. Notícias de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; 18.03: Circulo em FM; 19.03: Em órbita; 20.03: Rolls rock; 21.03: Abandajazz; 22.03: Café concerto; 00.03: O vapor da meia-noite. Notícias de hora a hora.

RADIO RENASCENÇA

16.00: Aqui e agora; 17.00: Jornal da mulher; 18.15: Igreja em notícia; 18.25: Palavra do dia; 18.30: Transmissão do terço do Externato do Parque; 19.00: Programa da LAR; 20.00: Paju; 21.00: Pentagrama; 21.30: Diálogo e vida; 22.00: Quando o telefone toca; 22.30: Meta final; 23.10: Textos e pretextos; 23.55: Meditando.

Tiragem média diária do mês anterior: 43 493 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO PROBLEMA N.º 13 210

HORIZONTAIS

1. Bela. Rosto.
2. Ligei. Rei de Mércia que fez um tratado com Carlos Magno.
3. Consagrai. Tomar moça.
4. Fileiras. Costumes.
5. Quinto filho de Jacob. Hospedaria oficial na China. A Irlanda.
6. Erradiarias.
7. Íntimo. Preposição e artigo definido. (pl).
8. Aqui. Ouro (sq). Preposição.
9. Aterroriza. Nome de astro.
10. Foras para fora. Comentário.
11. Afies.

VERTICAIS

1. Mulheres que lavam roupa.
2. Sacrifica. Bigorna de ourives.
3. Creme. Toquei levemente.
4. Doutor. Apre.
5. Anelido. Passada. Batráquio.
6. Tempo do verbo ser. Centro. Pega.
7. Cume. Pegas.
8. Rio da Polónia. Em a.
9. Passaria junto de. Ribeira de Portugal.
10. Afémia. Dom natural (fig).
11. Clima. Nosso Senhor. Pronome pessoal.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9 070

HORIZONTAIS

1. Desabas. Derrotavas.
2. Espírito. Estavam.
3. Pátria. Curso de água natural e abundante (inv).
4. Frequente do concelho de Ponte de Sor.
5. Língua vernácula indiana. Instrumentos para atrair setas.
6. Coragem. Transpira. Seguia.
7. Sadias. Arpoar.
8. Clima. Espaço de trinta dias. Terceiro.
9. Colegas.
10. Fedor. Magnete natural.
11. Bebida usada no Peru. Nota musical. Raer.

VERTICAIS

1. Largo de Lisboa. Extras.
2. O mais. Avaliara.
3. Prefixo de negação. Ninhos. Oceano.
4. Pular. Bate.
5. Autores. Possuirá.
6. Gritas. Apellido.
7. Clima. Roldana de guindaste de proa. Claridade.
8. Basta. Levantariam.
9. Sacrifico. Trilhar.
10. Fechai as asas para descer mais depressa.
11. Líquido que se separa do leite e do sangue depois de coagulados. Brisa. Grande quantidade.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 209

HORIZONTAIS

1. Sa. PEDRA. CV.
2. Ovar. Ourelo.
3. Limes. Mal.
4. Ta. Vénia.
5. Arrecadaria.
6. Na. Oras.
7. Na. Os. Mor.
8. Amar. Ramola.
9. Pisas. Sal.
10. Reais. Modo.
11. Morsa. Casos.

VERTICAIS

1. SOLTA. NAO.
2. Aviam. Ro.
3. Am. Aper.
4. Prevenias.
5. Seca. Sia.
6. Do. Na. Oras.
7. Ru. Idosas.
8. Ar. Aar. Ma.
9. Em. Ramosos.
10. Cla. Isolado.
11. VOLTA. Ralios.

PROVERBIO: PEDRA SOLTA NAO VOLTA

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9 069

HORIZONTAIS

1. Sabá. Urrava.
2. Cammona. Sor.
3. Laore. Ramo.
4. Sra. Tarim.
5. Avia. Arm. Ta.
6. Acio. As.
7. Atia. Pa. Cr.
8. Noa. Atena.
9. Aa. Trai. Las.
10. Drs. Air. Cas.
11. Aa. Asso. Ara.

VERTICAIS

1. SC. Catanada.
2. Aal. Toara.
3. Brasília.
4. Amora.
5. Ora. Aras.
6. Une. Acatais.
7. Ra. Trpeiro.
8. Ramo.
9. Asar. Calca.
10. Vomitar. Aar.
11. Aromas. Ossa.

cartaz de cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A

Às 14.30, 17.15, 21.30 e 24

- 13 a.

WEST SIDE STORY
c/ Natalie Wood

SALA B

Às 14.45, 17, 19, 21.30 e 23.45

- N. ac. men. 18 a.

LENNY

c/ Dustin Hoffman
Realização de Bob Foss

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Para Todos

LUCKY LUKE A BALADA
DOS DALTON
c/ Elliot Gould, Genevieve Bujod
e Ricky Schroder
Technicolor

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A

Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 23.30

- Int. men. 18 a.

E TUDO O FUMO LEVOU
c/ Cheech Marin e Tommy Chong
Um filme de Lou Adler
4.ª Semana

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Aqui o tén... chegou o revólver mais
rápido da fronteira, no mais «emotivo» e
terrífico dos duelos do Oeste
AS CINHAS PISTOLAS
/ Cantinflas

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

GENTE VULGAR
Com Donald Sutherland, Mary Tyler
Não acons. men. 13 anos
22.ª Semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Para Todos

Walt Disney Productions apresenta
O VERÃO MÁGICO
DO PATO DONALD
Falado em português
5.ª Semana

CASTIL 530194

Rua Castilho

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- Int. men. 13 a.

Malcolm McDowell, o genial actor de «A
Laranja Mecânica», na mais polémica
comédia dos anos 70
UM HOMEM DE SORTE

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)

Às 15.15, 18 e 21.30

PRIMEIRA NOITE

A Mulher, o Amor e o Ódio

Não acons. men. 18 anos

às 24.00

não acons. men. 13 anos

A FUGA

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B

Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30

- Int. men. 18 a.

JÚLIA, UMA MÁQUINA SEXUAL

Pornográfico - Hardcore

Às 24h. Int. men. 18 anos

BRIGADA SUICIDA

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

VESTIDA PARA MATAR

c/ Michael Caine, Angie Dickinson
e Nancy Allen

Às 24 h. N. ac. m. 13 anos

A CAÇA

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15

Às 14.15, 16.30 e 21.30h.

Não acons. men. 13 anos

O ÚLTIMO COMBATE DE BRUCE LEE

Um filme de Raymond Chow

com Bruce Lee, Karim Abdull Jabbar

CITY CINE 549999

Rua Tomás Ribeiro, 34

Às 21.30

CORTINA RASGADA

Não acons. men. 13 anos

2.ª Semana

Às 23.45

Não acons. men. 13 anos

DOM GIOVANI

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Int. men. 18 anos

AVENTURA NAS

CARAIBAS

Realização Philippe Manneri

(Colorido)

5.ª Semana

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 18 a.

O MISTÉRIO DA ADOLESCENTE

VIOLADA

c/ Fabio Testi e Christine Kaufmann

Um filme de Alberto Negrin

Eastmancolor

ESTÚDIO 555134

Alam. Alfonso Henriques, 35

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- Int. men. 18 anos

Provém-me sou uma delícia!

UM FILME DOCE (Sweet movie)

C/ Carole Laure, Pierre Clementi e Sami Frei

Um filme de Dusan Makavejev

Este filme contém cenas eventualmente
chocantes

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B

Às 15.30, 18.30 e 21.30 h.

- Int. men. 13 anos

A comédia das suas férias...

VIEMOS PARA GOZAR

Com: Marco Perrin e Sylvain Green

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35

Às 15.15, 18.30 e 21.30

- Int. men. 13 anos

O VOO DAS ÁGUAS

Quando a emoção se chama cinema

Michael Caine e Donald D. Sutherland

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

DAS 9 ÀS 5

c/ Jane Fonda, Lily Tomlin
e Dolly Parton

7.ª Semana

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- Int. men. 13 a.

SEIS GLORIOSOS PATIFES

Às 24

O REGRESSO DO INSPECTOR

MARTELADA

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha

Às 15.15 e 21.00 - N. ac. men. 13 a

BEN-HUR

c/ Charlton Heston, Stephen Boyd
e Haya Hararaet

70m

N. B. Não se realiza a habitual sessão
das 18.15

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A

Às 15, 18 e 21.15

- N. ac. men. 13 a.

A grande aventura do Homem desde a
sua origem

A BIBLIA

Um filme de John Huston

70mm

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B

Às 14, 16.15, 18.30 e 21.30

- Int. men. 13 a.

A PRIMEIRA FESTA

c/ Claude Brasseur, Brigitte Fossey
e Denise Grey

Um filme de Claude Gineau

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 e 20

Às 15, 18.15 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

Um poema de amor e violência

QUO VADIS

c/ Robert Taylor e Deborah Kerr

O filme é exibido no início da sessão



Amante ou marido... Enredada numa teia de paixão! Lee Remick e George Peppard em «ENTRE DOIS AMORES», filme de Delbert Mann em exibição no cinema STAR

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- N. ac. men. 13 a.

DO INFERNO A VITÓRIA

c/ George Peppard e Anny Duperey

Colorido

POLITEAMA 326305

R. Portas de St. António

Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30

- Não acons. men. 13 anos

Eles aí estão, em...

CARAMBOLA

c/ Michael Coby e Paul Smith

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16

SALA 1

às 14.30, 16.45, 19, 21.15, 23.30

- Int. men. 13 anos

VIVA ZAPATA

real. Elia Kazan

SALA 2

às 15, 17, 19, 21.30, 23.30

- Int. men. 18 anos

cenas event. chocantes

DOROTHEA

real. Peter Fleischmann

SALA 3

às 14, 16.30, 19, 21.30

- Int. men. 18 anos

FEIOS, PORCOS E MAUS

real. Ettore Scola

filme de qualidade

SALA 4

Às 14.30, 16.45, 19, 21.15 e 23.30

- M. 18 a.

TAXI DRIVER

Realização de Martin Scorsese

Filme de qualidade

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém

Às 15.30 e 21.30

- Não acons. men. 13 anos

A espectacular superprodução
de ficção científica

O CHOQUE DAS ESTRELAS

com Christopher Plummer

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N

Às 15.30, 18.30 e 21.30

- Para Todos (M. 6 a.)

E só saúde... e gargalhadas na melhor

comédia de Les Charlots

OS MALUCOS NO SUPERMERCADO

3.ª Semana

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Não acons. men. 13 anos

AEROPORTO 80

Col.º com Alain Delon e Susan Blakeley

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61

4 sessões, 14, 16.30, 19, 21.30

- não acons. men. 13 anos

A FILHA DO MINEIRO

17.ª semana

7.ª ARTE CINEMA 730715

Av. da República - (junto ao

Apeadeiro da CP de Entrecampos)

Às 14.45-17, 19, 21.30-24

- N. ac. men. 13 a.

007 Vive e Deixa Morrer

com Sean Connery

Domingo às 11.15

Matinée infantil

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 15, 18.15 e 21.30

- Não acons. men. 13 anos

ENTRE DOIS AMORES

com George Peppard e Lee Remick

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30

- N. ac. men. 13 a.

Sete magníficos soldados numa épica

batalha além das estrelas

A BATALHA ALEM DAS ESTRELAS

c/ John Saxon e George Peppard

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188

Às 14, 16.30, 19 e 21.30

- Não acons. men. 13 anos

O COMBOIO DOS MALUCOS

Um filme de Hal Needham - Colorido

Não ac. m. 13 anos

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879

15.15, 18.15 e 21.15

- Não acons. men. 18 anos

O DESAFIO DAS ÁGUAS

c/ Richard Burton, Clint Eastwood e Mary Uire

70m/m

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9 - P. Restaurado-

res

Às 14, 15, 16.30, 19 e 21.30

- Int. m. 13 anos

AL PACINO E O ESPANTALHO

Vencedor da Palma de Ouro

O melhor filme do Festival de Cannes

outros cinemas

Lisboa

CAPITÓLIO - «Bacanales Escaldantes»

às 21.00 e 23.00 (18 anos)

PARIS - «Os Discípulos de Shaolin», às

21.30 (18 anos)

OLIMPIA - «Suecas Perversas» - ses-

sões permanentes (18 anos)

EUROPA - «O Doce Apartamento», às

21.30 (13 anos)

PROMOTORA - «Os Cães do Ódio», às

21.30 (13 anos)

2000 - «A Chama da Liberdade», às

21.30 (18 anos)

DL

PORTE
PAGO

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
Administração, Redacção, Serviços Técnicos
e Publicidade:
RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA
Telefones: 321154/5 - 320271/2/3
Publicidade: 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º - 1100 LISBOA
Telefones: 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro: 321154
Redacção: 320271/2/3
Mensagens gravadas: 320229

Endereço telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

Delegação do Porto:
Rua do Almada, 30-2.º - 4000 PORTO
Telefones: 20954/5

MARÉS DE HOJE

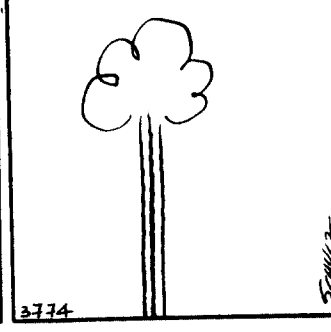
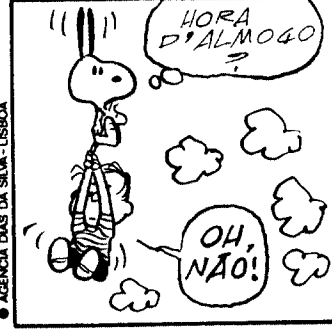
PREIA-MAR BAIXA-MAR

Dia 26
1.14 3,5 m 7.02 1,4 m
13.41 3,8 m 19.41 1,2 m

Dia 27
2.13 3,7 m 7.55 1,2 m
14.35 3,9 m 20.30 1,0 m

TEMPERATURAS DO AR
ÀS 9 HORAS

VIANA DO CASTELO	15°
BRAGANÇA	22°
VILA REAL	23°
PORTO	16°
P. DOURADAS	23°
COIMBRA	18°
C. CARVOEIRO	16°
PORTALEGRE	25°
LISBOA	25°
ÉVORA	22°
SINES	23°
BEJA	23°
SAGRES	23°
FARO	25°
P. DELGADA	21°
FUNCHAL	22°



últimas

ALEMÃO LESOU O «SHE-RATON» em 108.975\$00 importância correspondente ao período de catorze dias de hospedagem naquele hotel, que não liquidou por estar completamente desprovido de fundos. A PSP interveio a pedido da respectiva gerência e já esta noite, o cidadão da RFA, Hadach nascido em Berlim há 33 anos, gozou gratuitamente da hospitalidade daquela Polícia nas suas instalações do Governo Civil na zona do Chiado.

ASSALTARAM UM POLÍCIA esta madrugada na Avenida da Liberdade e conseguiram apoderar-se da carteira, embora dois dos seus assaltantes se tivessem deixado prender. Eram três da manhã, Joaquim dos Santos e Carlos Tomás, de 29 e 23 anos respectivamente, com quatro outros, abordaram dois transeuntes a quem exigiram os valores. Um deles, guarda da PSP destacado na Polícia Municipal trajando a paisana ficaria sem a carteira depois de receber algumas «carícias» violentas.

O ESTATUTO DE REFUGIADO foi concedido pelas autoridades portuguesas ao cubano Rafael Bailly Cadiz que na passada sexta-feira interrompera em Lisboa a viagem de Moscovo para Cuba. O médico cubano de 31 anos decidiu estabelecer-se em Portugal, depois dos serviços consulares da Embaixada dos Estados Unidos no nosso país terem indeferido ontem o seu pedido de entrada naquele país, argumentando que Cadiz não preenchia os requisitos exigidos pelas leis de emigração.

ELECTRODOMÉSTICOS NA MIRA dos assaltantes continua a ser notícia diária no relatório da Polícia. Esta noite foi a vez do estabelecimento situado na Rua Saraiva de Carvalho em Campo de Ourique, Lisboa, onde entraram por meio de arrombamento e fizeram um saque de perto de 300 contos.

A morte de Glauber Rocha

Médicos portugueses respondem às acusações brasileiras

Os médicos César Abel e Fernando Rodrigues, assistentes no hospital da Cuf, do recentemente falecido cineasta brasileiro Glauber Rocha, emitiram esta manhã um comunicado em que rebatem as acusações de que têm sido alvo por parte de fontes brasileiras.

Textualmente é o seguinte o conteúdo do esclarecimento dos referidos clínicos:

«Em face das notícias emanadas do Brasil e divulgadas pelos órgãos de informação do nosso e de outros países os signatários vêm esclarecer a opinião pública:

1.º **GLAUBER ROCHA** foi internado em 3 de Agosto de 1981 no Hospital Cuf pelo médico da Embaixada do Brasil dr. Cassiano Neves. A pedido da Embaixada do Brasil, um dos signatários (César Abel) ficou como médico assistente impondo como condição ser acompanhado de outro assistente um especialista em pneumotisiologia (o 2.º signatário Fernando Rodrigues).

2.º O diagnóstico de «broncopneumonia» como causa de morte que noticiaram os jornais e outros meios de infor-

mação é incompleto e o termo inadequado.

Nos documentos proporcionados aos colegas brasileiros era feita referência a uma forte presunção de doença muito grave subjacente à pneumonia, além de factores exógenos actuando desde há muito longa data no sentido de enfraquecer as defesas orgânicas do doente.

Nenhum destes aspectos figura nas notícias vindas do Brasil.

3.º A afirmação de que hoje já não se morre de infecção quando esta é diagnosticada e tratada precocemente, revela uma falta enorme de informação pois sabido é que as pneumonias por «bactérias gram-negativas» têm uma mortalidade de cerca de 50% o mesmo sucedendo quando uma pneumonia surge num doente com um tumor maligno pulmonar. Isto por exemplo nos E.U.A. em centros altamente especializados.

4.º Por força das circunstâncias (partida precipitada do doente a pedido de sua mulher) apenas pôde ser elaborado um resumo de relatório de 9 páginas manuscritas acompanhando abundante

documentação clínica, mas os médicos (César Abel e Fernandes Rodrigues) colocaram-se à inteira disposição dos colegas brasileiros para todo e qualquer esclarecimento julgado necessário, tendo indicado todos os números de telefone e endereços, e ficado na expectativa de um telefonema ou telex directos ou por intermédio da Embaixada do Brasil em Lisboa.

Nem durante o período decorrido entre a chegada do doente ao Brasil e o seu falecimento nem após este foi recebido pelos médicos assistentes qualquer pedido de informação.

As notícias vindas do Brasil baseiam-se numa selecção de aspectos parcelares que terão transpirado do relatório, carecendo de uma larga base objectiva e ao mesmo tempo que se apoiam em declarações de pessoas, ou não médicas ou alheadas de problemas da especialidade de pneumologia ou mesmo de medicina interna.

5.º Os signatários responsáveis pela assistência de **GLAUBER ROCHA** que tiveram a colaboração médica do prof. catedrático Cortez Pi-

mentel (Anatomia Patológica) do prof. catedrático Aires de Sousa (Tomografia Axial Computorizada) do dr. Arménio Ferreira (cardiologista Chefe de Clínica dos Hospitais Cívicos de Lisboa), do dr. Ruas da Silva, especialista em pneumotisiologia e Endoscopia do Hospital de Pulido Valente e ainda da equipa médica do Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Cuf, lamentam profundamente a campanha levantada por uma imprensa sensacionalista sem escrúpulos que chegou ao ponto de dar «informações» tão extremamente caluniosas como falsas.

Não se poderá deixar de registar a colaboração sempre pronta dada pelo sr. embaixador do Brasil Dário Castro Alves, do senhor Cônsul Geral Ministro Félix Baptista Faria e do escritor Jorge Amado.

Aprezamos ainda agradecer a excelente colaboração do Corpo de Enfermagem e restante pessoal do Hospital Cuf, bem como a dos enfermeiros acompanhantes do doente em destaque para o senhor enfermeiro Belmiro Santos. Assinam os drs. César Abel e Fernando Rodrigues.

Um caso que apaixonou a RFA

Dirigente neonazi acusado de assassinar editor judeu

Um editor judeu assassinado, um chefe neonazi acusado, após nove meses de inquérito: toda a RFA se pergunta se «O Caso Shlomo Levin» vai ser esclarecido.

O Ministério público de Nuremberg, que acaba de inculpar Karl-Heinz Offmann, 43 anos, antigo chefe da organização ilegal neonazi «Grupo Paramilitar Desportivo Offmann», e a sua companheira Franziska Birk-

mann, 31 anos, no «Caso Levin», parece em qualquer caso seguro do seu procedimento.

«O caso» começou em 19 de Dezembro último, no arrabalde residencial de Erlangen, perto de Nuremberg, importante lugar histórico do nazismo, onde vive uma pequena comunidade judia de que o editor Shlomo Levin foi presidente.

Respondendo a um toque de campainha, Levin abre a porta. Neste momento, para usarmos as palavras da Polícia, foi «friamente executado» por quatro balas, bem como a sua companheira Frida Poeschke. Uma emoção considerável apossa-se da RFA perante o que parece ser o primeiro atentado contra um dos 30 000 membros da comunidade judaica alemã-occidental do pós-guerra.

O inquérito orienta-se rapidamente, sem contudo obter conclusões, para os meios de extrema-direita. A personalidade da vítima parece misteriosa. O general Moshe Dayan desmente que Shlomo Levin tenha sido em tempos seu ajudante de campo, como afirmava. O Exército israelita desmente que ele tenha sido um dos seus oficiais e os Serviços Secretos israelitas

afirmam que nunca trabalhou para eles.

Do que se tem a certeza é que Shlomo Levin, filho de um rabino nascido em Jerusalém, passou a sua juventude na Alemanha, estudou em Wrocław, na Polónia, e em Colónia, ensinou numa escola judia em Sarre antes de ser preso pelos nazis. Conseguiu evadir-se e chegar a Paris e, em 1938, terá seguido para a Palestina e feito a guerra na brigada judia do Exército britânico.

Em 1960 volta à Alemanha, deixando a mulher e os filhos em Israel. Antes de se instalar em Erlangen, tornou-se presidente da pequena comunidade judia de Nuremberg, secretário-geral da Associação Judaica Cristã, proprietário da casa editora judia «Ne Tamid» («Luz Eterna»). Recebeu a Ordem de Mérito Federal do presidente da República Federal.

A inculpação do «Fuhrer Hoffmann» no caso Levin, ocorrida na quarta-feira, se vier a ser confirmada poderá desferir um golpe fatal no movimento nazi oeste-alemão.

Hoffmann, com efeito, não é um desconhecido para a Polícia alemã-occidental: um dos seus lugar-tenentes, Gundolf Kohler,

de 21 anos, tornou tristemente célebre o «Grupo Desportivo Paramilitar Hoffmann». Morreu esquartejado, em Setembro último, em consequência duma bomba que matou doze pessoas e provocou 211 feridos durante a **Festa da Cerveja** em Munique. Preso, libertado, preso de novo, o «Fuhrer Hoffmann» encontra-se detido desde Junho último, em Nuremberg, por «constituição de organização criminosa».

Personagem de cores vivas, que de boa mente se apresentava na televisão com um uniforme semelhante aos dos «SS» e se passeava com um puma pela trela, ele dirigiu, até à proibição dos seus movimentos,

uma organização de cerca de 500 pessoas, incluindo 80 membros activos.

A organização obtinha os seus fundos visíveis da venda de veículos a países estrangeiros, nomeadamente ao Líbano, segundo o ministro bávaro do Interior, Gerold Tandler. Em Janeiro de 1980, a Polícia de Hesse, na Baviera, e a de Bade Württemberg capturavam um arsenal impressionante, desde carabinas a veículos blindados.

Se se provar que Hoffman assassinou o editor, Shlomo Levin, incorre em prisão perpétua. De momento, o Ministério Público de Nuremberg observa o mais absoluto dos silêncios.

EXCURSÕES abreu
EM AUTOPULLMAN
TRADIÇÃO NA QUALIDADE

• ANDALUZIA e CEUTA - 11 dias
Partidas 11/6 (feriados); 16/7, 6/13 e 20/8; 3 e 17/9

• ESPANHA, ANDORRA e LOURDES - 11 dias
Partidas 11/6, 2/16 e 30/7; 6/13 e 20/8; 3/10 e 17/9; 1/10

• ESPANHA e FRANÇA - 15 dias
Partidas 7/6 (feriados); 12/7, 2/16 e 30/8; 6 e 20/9

• MARROCOS IMPERIAL - 11 dias
Partidas 11/6 (feriados); 2 e 16/7; 6/13 e 20/8; 3 e 17/9; 1/10

PROGRAMAS E INSCRIÇÕES
abreu
(fundada em 1840)

PORTO Av. Alameda, 207 • Telef. 31 79 21
LISBOA Av. Liberdade, 160 • Telef. 37 13 41
Av. de Roma, 66 • Telef. 80 36 09
COIMBRA Rua da Sota, 2 • Telef. 270 11/2
FARO Av. República, 124 • Telef. 250 35/6
FUNCHAL Rua Gonçalves • Telef. 310 77/8

ferias nas ILHAS

PALMA DE MAIORIA
8-15 dias 15 900\$ 20 590\$
part 5.º ferias de JUN a SET

MADEIRA
7-8 dias 10 840\$ 11 140\$
part diárias de MAIA OUT

ACORESIS Miguel Circ Acor
7-8 dias 17 500\$ 29 100\$
part 4.º ferias de JUN a OUT

MUNDIRAMA
R. DO CRUCIFIXO N.º 33
1100 LISBOA/TELEF.
32 88 50-360302

CONSULTE-NOS

MARQUES
CAMILLUX
ORÇAMENTOS GRÁTIS

Escritórios e Salão de Exposição:
Rua Francisco de Sá, 25-A
Tel. 776 616-776 626-776 636
1100 LISBOA